

Denise Pini Rosalem da Fonseca

Tereza Marques de Oliveira Lima

Organizadoras

*Outras  
mulheres*

mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI

# **Outras mulheres:**

mulheres negras brasileiras  
ao final da primeira década do século XXI



*Reitor*

Pe. Josafá Carlos de Siqueira, S.J.

*Vice-Reitor*

Pe. Francisco Ivern Simó, S.J.

*Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos*

Prof. José Ricardo Bergmann

*Vice-Reitor para Assuntos Administrativos*

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

*Vice-Reitor para Assuntos Comunitários*

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

*Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento*

Prof. Sergio Bruni

*Decanos*

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBM)

# **Outras mulheres:**

mulheres negras brasileiras  
ao final da primeira década do século XXI

**Denise Pini Rosalem da Fonseca**

**Tereza Marques de Oliveira Lima**

Organizadoras



© Editora PUC-Rio  
Rua Marquês de S. Vicente, 225  
Projeto Comunicar – Casa Editora / Agência  
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900  
Telefax: (21) 3527-1760 / 1838  
www.puc-rio.br/editorapucurio  
edpucurio@puc-rio.br

*Conselho editorial*

Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio, Cesar Romero Jacob, Fernando Sá, José Ricardo Bergmann, Luiz Alencar Reis da Silva Mello, Luiz Roberto Cunha, Miguel Pereira e Paulo Fernando Carneiro de Andrade.

*Revisão de provas*

Livia Salles

*Projeto gráfico de miolo e capa*

José Antonio de Oliveira

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Outras mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI / Denise Pini Rosalem da Fonseca, Tereza Marques de Oliveira Lima, organizadoras. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, 2012.

232 p. ; e-book.

Inclui bibliografia

ISBN (impresso): 978-85-8006-070-6

ISBN (e-book): 978-85-8006-086-7

- I. Mulheres negras - Brasil. I. Fonseca, Denise Pini Rosalem da.
- II. Lima, Tereza Marques de Oliveira.

CDD: 305.48896

## SUMÁRIO

### **Prefácio**

Jurema Werneck..... 7

### **Apresentação**

Tereza Marques de Oliveira Lima..... 11

### **Introdução**

**Sujeito político e objeto de estudo: as mulheres negras que falam aqui**

Denise Pini Rosalem da Fonseca..... 17

### **Parte I – Quem são elas?**

**Outras discussões ontológicas e epistemológicas.....37**

#### **Mulheres negras e relações de poder**

Vanessa Santos do Canto..... 39

#### **Intelectuais não canônicas:**

#### **mulheres negras militantes antirracismo**

Antonia Lana de Alencastre Ceva ..... 59

#### ***Obirin Dudu*: pertença religiosa e identidade da mulher negra**

Caroline Fernanda Santos da Silva ..... 79

### **Parte II – Onde elas (não) estão?**

**Outras aproximações do estabelecido no Rio de Janeiro ..... 103**

#### **Encarceramento feminino:**

#### **em pauta as vozes das mulheres negras**

Adriana Severo Rodrigues..... 105

#### **Vencedoras, estrategistas e invisibilizadas:**

#### **mulheres negras nas empresas do setor de energia**

Jussara Francisca de Assis..... 121

<b>Branças virtuais: mulheres negras no setor bancário</b>	
Vanessa Santos do Canto.....	141
<b>Trajetórias de mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e o silêncio se desfez</b>	
Sandra Regina de Souza Marcelino.....	161
<b>Epílogo – Por onde já se caminhou?</b>	
<b>Outras profissionais: mulheres negras e mercado de trabalho</b>	
Reinaldo da Silva Guimarães .....	181
<b>Posfácio</b>	
Lúcia Xavier .....	201
<b>Bibliografia</b> .....	205
<b>Índice de termos</b> .....	225
<b>Autoras</b> .....	229

## PREFÁCIO

Jurema Werneck\*

Todos sabiam do que ela era chamada, mas ninguém em nenhum lugar sabia seu nome. Esquecida e não registrada, ela não pode estar perdida porque ninguém procura por ela; e, mesmo que procurasse, como poderia chamá-la se não sabe seu nome? Embora reivindique, não é reivindicada. No lugar onde se abre o capim comprido, a moça que esperou ser amada irrompe em suas partes separadas para melhor poder ser engolida pela gargalha que mastiga.  
*Não era uma história para se passar adiante.*

Toni Morrison, *Amada*.

O SUJEITO que buscamos aqui sempre esteve e nunca esteve. Sempre foi e nunca foi. Sempre falada e silenciada... Sempre.

Trata-se da mulher negra, sujeito singular construído a partir da validação política da raça, do sexo, do gênero e mais: da construção de diferenças e hierarquias entre humanos. E mais ainda em resistências.

Múltipla, fruto de articulações entre heterogeneidades, mulher negra é sempre uma e, ao mesmo tempo, ela é quem representa – e são tantas!

Há muito tempo a sociedade brasileira se desenvolve permeada profundamente por visões e práticas racistas patriarcais. Nela, nós mulheres negras, descendentes de diferentes povos africa-

---

\* É coordenadora da Organização de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (Crioula), médica, mestre em Engenharia de Produção pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, UFRJ (2000) e doutorada em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Tem experiência na área de saúde coletiva, com ênfase em saúde da população negra e atua nos seguintes temas: biopolítica, biotecnologia genética, bioengenharia, saúde e população negra, raça, racismo, gênero, cultura afro-brasileira, música negra e samba.

nos, herdeiras e criadoras de diferentes matrizes culturais, temos ocupado as piores posições, seja na perspectiva política e econômica, seja nos aspectos da afirmação simbólica e cultural da nacionalidade brasileira. Temos sido descritas como seres inferiores, hipersexualizadas, trabalhadoras braçais desqualificadas e ignorantes, com reduzidas qualidades humanas e incapazes de transpor o profundo fosso das carências para habitar de forma protagônica a civilização brasileira.

Gilberto Freyre, canonizado como intérprete maior desta nacionalidade, assim descreve as relações sociais fundantes do Brasil:

Vencedores (...) sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram entretanto de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. (...) *Sem deixar de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de "superiores" com "inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas*, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base (Freyre, *Casa Grande e Senzala*, grifo meu).

Capturada nesse cenário, a mulher negra ganha sentido nos papéis de "inferior" e "passiva" e, a partir daí, o Brasil republicano se organiza e se afirma como terra inóspita (para dizer o mínimo) para nós.

Tal imagem, reiterada uma infinidade de vezes pela sociedade desigual, oferece sustentação aos estereótipos e invisibilizações que enfrentamos até hoje. Essa representação, insuficiente, desfavorável, cruel, se constrói e se reitera a partir dos interesses e necessidades dos envolvidos nas disputas de poder entre diferentes segmentos sociais, participando dos diferentes mecanismos institucionais que constroem economias, políticas, direitos. Nessas disputas, desnecessário dizer, têm primazia a população branca e o gênero masculino.

Na citação com que abro este texto, a grande escritora Toni Morrison nos lembra do que é feita a invisibilidade que nos encobre: violência, recusa, abandono. Tudo isso traduzindo o que o racismo é, o que o racismo patriarcal busca fazer das mulheres negras.

Já faz muito tempo, nós, mulheres negras, temos trilhado outros caminhos – os caminhos da brasilidade e da vida na diáspora africana na contramão desses silêncios. Todo esse tempo, temos sido o que somos, temos dito o que somos. A novidade deste momento é termos rompido outras barreiras e podermos contar com mais ouvidos para ouvir, mais olhos para ver. Não somente nossas dores – que são muitas! Não somente nossas derrotas incontáveis – pois o racismo patriarcal sempre teve (ainda tem?) muitos aliados. Mas principalmente as conquistas de sermos o que somos, apesar de... As conquistas de irmos adiante do que fomos, de projetarmos o que seremos e seguirmos na direção de...

Dentre as coisas que aprendi com as minhas mulheres negras mais velhas está o respeito a esta longa trajetória de lutas, de participação, de presença na cena pública, que não é de hoje, não começou agora. Mesmo que a memória dessas trajetórias esteja guardada somente em nós.

Onde começa este caminho? A tradição diz que não começa, é. Sempre foi. E deve sempre ser.

É assim que entendo a produção reunida neste livro: dizer de novo, dizer um pouco mais, dar a conhecer, explicar. Seguir em frente. Os conteúdos e conhecimentos narrados aqui neste livro são, felizmente, histórias para se passar adiante.



## APRESENTAÇÃO

Tereza Marques de Oliveira Lima

**OUTRAS MULHERES: MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS AO FINAL DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI** busca trazer ao grande público vozes de um novo sujeito feminino político. As autoras que aqui se apresentam são egressas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, que vem se ocupando sistematicamente deste objeto de estudo desde 2003, sob a supervisão da professora Denise Pini Rosalem da Fonseca. Por conseguinte, ao apresentar um panorama que a grande maioria dos leitores desconhece, este livro inova ao mapear o discurso de sujeitos políticos que falam a partir de um lócus bem particular: o das mulheres negras intelectuais brasileiras que produzem conhecimento e buscam promover revoluções ontológicas e epistemológicas.

O livro é dividido em duas partes e em títulos autoexplicativos: (1) **QUEM SÃO ELAS? OUTRAS DISCUSSÕES ONTOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS**; e (2) **ONDE ELAS (NÃO) ESTÃO? OUTRAS APROXIMAÇÕES DO ESTABELECIDO NO RIO DE JANEIRO**. Essas duas partes são antecedidas por uma introdução e seguidas por um epílogo que buscam oferecer chaves de leitura para o conjunto dos capítulos e apontar, assertivamente, para um devir político, respectivamente.

Na introdução intitulada “Sujeito político e objeto de estudo: as mulheres negras que falam aqui”, Denise Pini Rosalem da Fonseca analisa o perfil sociopolítico das seis autoras responsáveis pelos capítulos que compõem este livro. Primeiramente a autora nomeia e discute os quatro grandes aspectos que norteiam o presente texto e, em seguida, apresenta excertos de registros de memórias dessas seis mulheres negras, os quais vão ilustrar e aprofundar os temas abordados:

- (1) a construção das pertencas (racial e de gênero), com ênfase na infância e na adolescência;
- (2) as distintas percepções e estratégias de militância;

- (3) o papel da Educação Superior no processo de construção da consciência; e
- (4) as agendas políticas contemporâneas.

Seu texto evidencia como esse novo sujeito, as mulheres negras, é plural, em termos das vivências concretas resultantes da interseção entre pobreza, sexismo e racismo, e é, ao mesmo tempo, único, ao desvelar a existência de uma unidade em construção em termos de agendas e práticas políticas.

No ensaio “Mulheres negras e relações de poder”, Vanessa Santos do Canto discute o tema sob uma perspectiva materialista que nos mostra um diálogo no qual se destacam o pós-estruturalismo francês e a teoria *queer*. Nele, a autora propõe uma categoria de análise que possibilita a discussão sobre as bases ontológicas e epistemológicas a partir das quais são desenvolvidos os estudos feministas, de gênero e de mulheres. Dessa forma, o devir “mulher negra” surge como uma proposta biopolítica, de resistência e materialista. O objetivo de seu ensaio consiste em colocar em destaque a importância do debate contemporâneo que discute o papel da identidade, não só como base para a ação política dos movimentos sociais, mas para a agenda acadêmica no Brasil.

Em “Intelectuais não canônicas: mulheres negras intelectuais militantes antirracismo”, Antonia Lana de Alencastre Ceva expõe um estudo comparativo que apresenta as narrativas literárias de quatro mulheres negras escritoras: no Brasil, Conceição Evaristo com seu romance *Ponciá Vicêncio* (2003) e Vanda Machado, educadora e historiadora, com seu Projeto Político Pedagógico sobre mitos africanos, *Ire Ayó* (Caminho da felicidade), implantado desde 1999 numa escola pública que funciona dentro do *Ilê Axé Opô Afonjá*, um terreiro de Candomblé em Salvador. Provenientes de Angola, surgem Maria Celestina Fernandes e Maria João Chivalavela apresentando dois contos infantojuvenis que revelam, desvelam e denunciam práticas construídas ao longo dos séculos visando ao apagamento e à invisibilização da cultura africana e afrodescendente. A comparação entre seus países de origem é feita levando-se em consideração três aspectos:

- (1) a possibilidade de buscar outros paradigmas epistemológicos para os estudos sobre feminismo negro no Brasil, geralmente apoiados na crítica norte-americana;
- (2) o fato de esses países terem vivido processos históricos de redemocratização de sua sociedade nos anos 1970/1980; e
- (3) sua proximidade linguística, histórica e cultural.

Caroline Fernanda Santos da Silva, em *“Obirin Dudu: pertença religiosa e identidade da mulher negra”*, discute o papel desempenhado pelo Batuque no estado do Rio Grande do Sul na construção da identidade racial de mulheres negras moradoras da cidade de Porto Alegre, mostrando sua trajetória a partir da Constituição de 1988 na qual a mulher negra surgiu como “novo” sujeito de direitos. Assim, o leitor acompanha tanto a mudança de tendência nas políticas sociais e na construção da cidadania quanto a relação das mulheres negras com as políticas públicas brasileiras. Além de apresentar o relevante papel que o Batuque exerce na construção do “novo” sujeito social mulher negra, a autora põe em foco a importância das políticas públicas no que diz respeito ao processo de construção da cidadania desse novo sujeito.

A segunda parte do livro, intitulada ONDE ELAS (NÃO) ESTÃO? OUTRAS APROXIMAÇÕES DO ESTABELECIDO NO RIO DE JANEIRO, é encabeçada pelo ensaio “Encarceramento feminino: em pauta as vozes das mulheres negras”, de Adriana Severo Rodrigues. Neste artigo são apresentados os resultados da análise de entrevistas realizadas com 10 mulheres negras internas e egressas do sistema prisional do estado do Rio de Janeiro, mas cujo recorte final contempla somente cinco dentre essas. Suas identidades são preservadas por meio de palavras escolhidas pelas entrevistadas e que tivessem algum significado para elas, além de conterem a inicial de seu primeiro nome: Amor, Coragem, Esperança, Liberdade, Lutadora, Tristeza, Jovem, Kardecista, Sentença e Vitoriosa. Assim surgem instigantes histórias de vida nas quais são desveladas lembranças do período em que viveram no cárcere e que o antecederam, permitindo ao leitor acompanhar os estágios da construção de suas identidades.

O ensaio “Vencedoras, estrategistas e invisibilizadas: mulheres negras nas empresas do setor de energia”, de Jussara Francisca de Assis, analisa um programa criado para promover a igualdade de oportunidades entre gêneros em empresas e instituições por meio da mudança da cultura organizacional e da gestão de pessoas. O foco principal foi verificar se mulheres negras realmente foram contempladas no referido programa e, para tanto, sua pesquisa colheu dados em três grandes empresas que participaram do programa e que se encontram localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Foi verificado que, no espaço de tempo no qual a pesquisa foi realizada, o Programa Pró-Equidade de Gênero (PPEG) não promovia qualquer mudança no quadro de desigualdades que envolviam as mulheres negras nessas empresas. Desse modo, para a autora, essas mulheres são consideradas vencedoras, pois ocupam uma posição socioeconômica diferenciada. São também estrategistas, pois, para chegarem à posição que ocupam e aí se manterem, necessitaram, necessitam e necessitarão de táticas. Entretanto, são invisibilizadas, porque nos espaços empresariais o racismo e o sexismo ainda são presentes, pertencentes a uma estrutura de longa duração.

Vanessa Santos do Canto retorna em um ensaio que se move na mesma direção do ensaio que o precede. Em “Branças virtuais: mulheres negras no setor bancário”, ela descreve o setor bancário brasileiro como um dos mais dinâmicos do mundo, caracterizado por apresentar um sindicato bem atuante e por garantir os direitos de seus empregados. No entanto, conclui ela, suas bases de sustentação têm sofrido com o impacto da atual crise do capitalismo. Se por um lado houve uma emergência de demandas por direitos relacionados com processos identitários de gênero e raça, por outro se observa que padrões desenvolvimentistas ainda são mantidos. Neste ensaio, apoiado na corrente teórica originada a partir do operaísmo italiano sobre as transformações do capitalismo, e no pós-estruturalismo, nos estudos culturais e feministas, a autora apresenta os processos de rees-

truturação no setor bancário, seus efeitos sobre a subjetividade dos trabalhadores e alguns resultados da sua pesquisa que analisou o discurso de mulheres negras empregadas nesse setor no município do Rio de Janeiro. Assim, o leitor adentra as formas de resistência empreendidas por esse sujeito e suas percepções sobre as mudanças ocorridas nesse espaço.

Sandra Regina Souza de Marcelino, em “Trajetórias de mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e o silêncio se desfez”, apresenta o discurso feminino na sociedade brasileira como um todo, e no Rio de Janeiro em particular. Segundo a autora, ao abordar essas falas surge uma história tecida por narrativas que são, em sua maioria, silenciosas, anônimas e submissas. Um silêncio que não mais existirá, um silêncio que será cortado por meio de vozes marcadas por seu gênero, sua raça/etnia e sua orientação sexual. Partindo desse eixo, seu ensaio apresenta depoimentos de quatro mulheres negras lésbicas, militantes do Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), que, ao confrontar tanto o heterossexismo como o racismo, desvelam suas vivências e os desafios que tiveram de enfrentar. Segundo a autora, nos dias atuais, as mulheres lésbicas ainda lançam mão da clandestinidade como estratégia de “proteção pessoal” não só contra o preconceito, mas contra a discriminação e outras formas de violência. Desse modo, “falar de lesbianidade e negritude é apresentar um grau maior de vulnerabilidade, pois gênero e raça no Brasil são eixos estruturantes dos padrões de desigualdades e exclusão social”. É a partir dessa interseccionalidade excludente que a autora enuncia a questão.

No epílogo, “Por onde já se caminhou?”, Reinaldo da Silva Guimarães – ele também um egresso da Pós-Graduação do Serviço Social da PUC-Rio – apresenta no ensaio intitulado “Outras profissionais: mulheres negras e mercado de trabalho”, com foco no Rio de Janeiro, resultados da pesquisa que realizou durante o seu doutorado. Aqui, o autor aborda as trajetórias de vida de mulheres negras beneficiárias de ações afirmativas num momento

crucial em suas trajetórias de vida: sua inserção no mercado de trabalho após a graduação. São abordados os aspectos ligados à esfera do trabalho, com ênfase no ingresso, na posição ocupada na hierarquia ocupacional e na mobilidade de posição dentro da instituição escolhida, além de analisar as transformações ocorridas na vida material, social e cultural dessas mulheres, as quais são avaliadas qualitativamente. No epílogo discute-se ainda a forma como as transformações ocorridas nas condições de acesso às universidades brasileiras possibilitaram uma mudança na realidade de pobreza cultural e econômica das comunidades pobres brasileiras. É nesse contexto que o autor busca oferecer uma contribuição para visibilizar um processo sociopolítico que aponte para uma “afrocidadanização”, a qual dará ênfase às perspectivas futuras para os indivíduos da população negra brasileira, “afrocidadanização” vista como “uma realidade a ser construída como concretude de uma verdadeira ‘democracia racial’ na sociedade brasileira” (Guimarães, 2007).

Seis mulheres, seis mulheres negras, seis mulheres negras brasileiras, seis mulheres negras brasileiras intelectuais que um dia decidiram lutar e reescrever as suas histórias e escrever e revelar a de tantas outras mulheres negras, permitindo, assim, num movimento espiralado, que outras mulheres se tornem sujeitos e, mais ainda, se vejam e ajam como sujeitos políticos, cômicos do seu poder de mudança.

São exemplos para um novo momento e um novo capítulo da História do Brasil no qual suas vozes irã, cada vez mais, fazer a diferença, criando novos espaços e revitalizando os antigos.

## INTRODUÇÃO

### SUJEITO POLÍTICO E OBJETO DE ESTUDO: AS MULHERES NEGRAS QUE FALAM AQUI

Denise Pini Rosalem da Fonseca

#### QUEM SÃO elas?

Algumas definições as homologam, contornando um sujeito político relativamente recente no Brasil.

No decorrer de minha trajetória, [minha identidade] passou por um longo processo de maturação e veio a ser construída e a se estabelecer efetivamente como uma identidade racial “negra” mais recentemente. Tinha, naturalmente, consciência da minha condição de negro desde a minha infância e adolescência, mesmo tendo como referencial familiar um grupo de não-negros (...) tinha conhecimento das lutas empreendidas pelo movimento negro, mas não as julgava como “minha luta” (...) informado fortemente pela ideologia do embranquecimento (...) me faltava uma coisa primordial: a formação e a informação necessária para atuar em instâncias superiores da sociedade (Guimarães, 2007: 22).

Elas são jovens adultas, letradas e intelectuais – na acepção gramsciana do conceito – posto que “Gramsci valoriza com singularidade o saber popular, defende a socialização do conhecimento e *recria a função dos intelectuais, conectando-os às lutas políticas dos ‘subalternos’*” (Semeraro, 2006: 376, grifo nosso). Dessa maneira, e com estratégias distintas, elas são militantes das lutas de resistência política de muitos dos “subalternos” brasileiros – atuais e históricos: racial, de gênero, de pertença sexual, social ou religiosa etc.

Hoje eu posso dizer que me considero outra pessoa – uma pessoa melhor – (...) quando se tem plena consciência da existência de discriminações pode-se lutar contra ela, a favor de

uma equidade nas oportunidades, a favor da justiça social e de uma democracia ampla, sem necessariamente se empreender algum tipo de radicalismo e inverter o “racismo”. Esta é também a essência do que chamo de “afrocidadanização”. Dito isto, posso afirmar que sou negro e que tenho me posicionado no mundo com esta afroconsciência (Guimarães, 2007: 22).

Elas falam de Direitos e reclamam políticas públicas específicas. São profissionais. São ou serão egressas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade da primeira década do século XXI.

A partir do momento em que ingressei na PUC-Rio (...) comecei a “denegrir”, ou seja, “tornar-me negro” em todos os sentidos (...). O processo de “saída da caverna”, em função de minha entrada no Ensino Superior, contribuiu para que todo o processo através do qual as relações de poder atuam sobre a identidade social do indivíduo da população negra no Brasil se tornasse menos obscuro para mim. É inegável que a entrada na universidade opera um processo de mudança nas maneiras de se perceber as relações sociais, especialmente as relações de poder, que incidem diretamente sobre as relações raciais (Guimarães, 2007: 23).

Elas são mulheres de família (materiais ou simbólicas): irmãs, mães, avós e filhas, vivenciando amiúde as pechas sociais que pairam sobre as famílias estritamente negras ou interracialias. São mulheres de palavras: falam, escrevem e publicam para dar a conhecer a sua existência e reexistência, até quando falar sobre si mesmas – e sobre suas dolorosas vivências do racismo – possa colocá-las em situações ainda mais desqualificadoras ou perigosas:

Cheguei a vivenciar uma situação de abuso sexual [com um colega de escola] (...), mas na ocasião minha ingenuidade não me permitiu denunciar (...). Hoje percebo que o silêncio frente a essa situação também foi um dos resultados do peso do racismo na minha vida (Colaboradora, 2011).

São brasileiras e, neste contexto, ficaram, foram ou continuam sendo pobres. São negras, ou... “denegriram-se”, em uma síntese ambiciosa – e dolorosa – das agendas políticas de Simone de Beauvoir (1949) – tornar-se mulher – e de Neusa Santos Souza (1990) – tornar-se negro.

A duras penas elas se tornaram mulheres negras – sujeito político coletivo – e, neste processo de construção “de si e para si”, elas estão reinventando a práxis política da mulher negra brasileira: um agente social relativamente novo para nós. É bom lembrar que

para Gramsci filosofia da práxis é a atividade teórico-política e histórico-social dos grupos “subalternos” que procuram desenvolver uma visão de mundo global e um programa preciso de ação dentro do contexto em que vivem, com os meios que têm à disposição, visando a construir um projeto hegemônico alternativo de sociedade (Semeraro, 2005: 30).

Este “projeto alternativo”, que vem sendo pautado por esta nova geração de “feministas negras” (?), “mulheres negras” (?), “mulher negra” (?), é ainda tão nascente que a própria nomenclatura definidora do sujeito político está em discussão.

O que já se sabe, no entanto, é que o projeto político em construção tem características ontológicas já bastante definidas, que são marcadamente iconoclastas e emancipadoras: (1) é antirracista; (2) é antissexista; (3) é *gay friendly*; (4) luta pela afro-cidadanização dos indivíduos da população negra – homens e mulheres, jovens e adultos; (5) aposta fortemente na Educação Superior como forma de superação da guetificação econômico-político-social desta população; (6) busca na História, na memória social e/ou nas pertencas religiosas de matriz africana “Outras” possibilidades de ser no mundo. Em uma palavra: trata-se de uma “Outra” utopia política.

Para dela nos aproximarmos, creio ser importante recuperar as considerações de Paul Ricoeur (1991) a respeito do conceito utopia:

Sugiro que comecemos pela ideia principal de *nenhures*, implícita na própria palavra “utopia” e nas descrições de Thomas Moore: um lugar que não existe em nenhum lugar real, uma cidade fantasma; um rio sem água; um príncipe sem povo, etc. O que há que acentuar é a vantagem desta extraterritorialidade especial. Deste “lugar nenhum”, é lançado um olhar exterior à nossa realidade, que repentinamente parece estranha, nada sendo já tido como certo (...). Trata-se, portanto de um campo para *maneiras alternativas de viver* (Ricoeur, 1991: 88, grifo nosso).

Mas, de que “não-lugar” estas mulheres se enunciam? Creio ser do lócus da dupla exclusão: são materialmente pobres, porém financeiramente educadas; são negras, porém profissionais altamente capacitadas; são mulheres, porém politicamente poderosas; encarnam exceções, negações, desnaturalizações. Por serem habitantes de “lugar nenhum”, suas presenças provocam desconforto em cenários cristalizados e fortemente estruturados por democracias falaciosas. De lá, elas nos obrigam o exercício de uma vigilância permanente sobre o uso da linguagem, pois, quando descontraídos, repetimos naturalizados símbolos subalternizantes do Outro.

Esse é, certamente, um lugar no qual facilmente se constroem utopias. Porém, outras definições as separam, desessencializando o sujeito político contornado.

São provenientes de distintas regiões do Brasil: o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, com todos os semitons sociais e culturais que existem no interior de cada uma dessas regiões. Consequência: percepções geopolíticas distintas das suas pertencas sociorraciais.

São provenientes de extratos sociais distintos. Consequência: as experiências da pobreza e das pertencas raciais se interseccionam com outras questões político-sociais.

Têm orientações sexuais diferentes. Consequência: o sujeito político se torna mais complexo internamente, expondo relações de poder mais subterrâneas, corrosivas e hierarquizantes dos estigmas sociais.

Têm formações acadêmicas diferentes. Consequência: manejam conceitos polissêmicos e utilizam metodologias nem sempre sinérgicas.

Têm matizes de cor da pele muito variados. Consequência: dispõem de mecanismos de negociação de pertença racial muito desiguais.

Professam distintas pertenças religiosas. Consequência: sentem-se mais ou menos confortáveis com a fé – e confortadas pelas religiões – em suas sagas sócio-raciais pessoais.

Semelhanças e diferenças que se combinam na construção política de um agente social que apenas começa a demonstrar sua potência.

O que se segue é um ensaio polifônico sobre todos estes aspectos, construído um pouco à maneira utilizada por Ecléa Bosi (1994) para recontar a História Social da Cidade de São Paulo, a partir da percepção de um agente social também bastante subalternizado no Brasil: os velhos.

### **Infância e adolescência: o doloroso palco da percepção do racismo**

Sou uma mulher negra. Apesar de minha cor da pele sempre ter sido esta, posso dizer que minha identidade racial foi definindo-se ao longo de minha vida. Os diversos percalços causados pela convivência constante com o racismo e a discriminação racial fizeram que (...) ter a cor da pele negra chegasse a me causar incômodo (...). Minha infância foi permeada pela busca de associações com meninas que se diferenciavam muito de mim, pois estudei em uma escola particular e sempre fui a única menina negra (...). Por isso tomava todo cuidado para tirar boas notas e ter um comportamento exemplar (...). Meu cabelo era diferente. (...) por um longo período de minha vida odiei as lindas tranças que minha mãe passava o dia todo fazendo nos meus cabelos (Caroline, 05/2011).

Sou negra. A construção de minha identidade racial se deu de forma paulatina. Quando criança me percebia negra porque

havia as diferenciações feitas pelos coleguinhas da escola e do bairro (Jussara, 05/2011).

Sou mulher negra, hoje consciente da minha pertença racial. Nem sempre foi assim. Minha história não é diferente de tantas outras crianças negras. Nasci numa família negra, sendo meu pai de pele negra e mãe de “cor negociável” (...). Cresci ouvindo (...) “A gente que é preto e pobre tem que ser diferente” ou “Negro só consegue algo estudando”. A escola para a criança negra é um complicador, pois a menina e o menino negros não encontram representatividade (...). O máximo a que cheguei foi ser vice-representante do meio ambiente na terceira série primária, pois além das boas notas eu era muito comprometida com a limpeza da escola (...). O cabelo é outro fator que traduz a negritude e eu fui “instruída” desde cedo a ‘tratar’ do meu cabelo – como se ele fosse doente. (...) certa vez minha mãe preparou alguns chocolates para eu dar à professora no dia de Páscoa. Como eu queria comer o chocolate (...) inventei uma história de que a professora não quis receber meus chocolates porque eu era “pretinha” (...). Hoje, após meu processo de conscientização racial, consigo compreender essa atitude (Sandra, 05/2011).

(...) minha identidade racial (...) está sendo sempre construída e reconstruída. Mas hoje posso dizer que me considero uma mulher negra. Digo isso porque sempre tive dificuldades em me enquadrar ou me sentir enquadrada em algum grupo específico desde pequena (...). Nunca tive dúvidas de que sou negra, mas não tinha a dimensão do que isso significaria ao longo da minha vida. Durante muito tempo, o racismo não parecia ser algo determinante nas relações que eu iria estabelecer na sociedade. Nasci (...) e cresci na Baixada Fluminense (...). Estudei em uma escola particular (...) [cujos] donos eram um casal de negros presbiterianos (...). Apesar de a maioria das meninas da escola ser negra, as princesas e rainhas sempre eram brancas e, de preferência, loiras (...). Minhas irmãs não viam muitos problemas nisso (...). Afinal, nosso pai é negro e nossa mãe é branca de olhos verdes (...). Para elas, aqui tem democracia racial. Mas elas talvez não entendam porque podem negociar melhor a sua aparência. Elas não se perce-

bem como mulheres negras. Mas essa tensão somente se revelou mais forte para mim a partir da adolescência, na medida em que eu saía da Baixada Fluminense e passava a circular em outros espaços (Vanessa, 06/2011).

A adolescência foi chegando e com ela os primeiros interesses afetivos e amorosos. Aí o desastre foi ainda maior (...) passei a ocupar o lugar de “melhor amiga” (...). Mas ninguém se interessava por mim (...). Passei a violentar meus cabelos (...), mas nunca ficava satisfeita com ele (...). Minhas roupas também eram diferentes (...). E o convívio social que eu tinha fora da escola também era outro, então eu jamais me permitia comentar (...) minha ida à escola de samba, com a mãe ou à sessão de Batuque (...) com minha avó (...). Com o passar do tempo, outras relações foram se estabelecendo... (Caroline, 05/2011).

Na adolescência essas diferenciações passaram a ficar mais evidentes. Expressões do tipo: “nega do cabelo duro” e “cabelo de mato queimado” eram comuns. Os meninos sempre queriam namorar minhas colegas brancas... (Jussara, 05/2011).

Quanto à identidade racial me autodeclaro como mulher negra, apesar de constar no meu registro de nascimento a cor parda. A construção da minha identidade racial teve início ainda na adolescência a partir do olhar do outro. Foi na escola que o fator racial começou a ser questionado, tendo em vista que uma prima notadamente branca estudava na mesma escola. As pessoas questionavam se éramos realmente primas. Isso fazia com que eu explicasse que a mãe dela havia casado com um homem branco e a minha com um homem negro. Meu avô materno era branco e tinha os olhos claros e casou-se com minha avó, que era filha de índios com brancos (Adriana, 08/2011).

## **Mulher e negra: pertencças construídas**

Sou considerada socialmente branca, no Brasil, mas defino minha identidade como negra (...). Essa construção de minha negritude se deu de uns sete anos para os dias de hoje. Sempre fui moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro e sempre

convivi em espaços, e com pessoas, de classe média (...). Conheci meu marido com 21 anos, um homem negro, e a partir de então despertei para o racismo e para as relações raciais existentes na sociedade brasileira. Como sempre tive uma vocação acadêmica, para a pesquisa, resolvi transformar esta ferramenta numa estratégia de luta antirracismo. Portanto, minha militância é acadêmica (Antônia, 07/2011).

Quando ingressei no mercado de trabalho (...) as manifestações de racismo se concretizavam de maneira mais intensa (...) em uma clínica onde trabalhei (...) como auxiliar de consultório dentário (...). Eu sempre auxiliava a recepcionista (...). Numa dessas situações o dono da clínica (...) me chamou e perguntou o que eu estava fazendo ali. Respondi que estava ajudando a colega (...). Ele disse que ali não era meu lugar e que eu deveria procurar outra coisa para fazer no interior dos consultórios... [Em outra clínica o fato se repetiu] Estava cobrindo o almoço, também da recepcionista, quando a dona da clínica me viu na recepção e fez a mesma pergunta da situação anterior: “O que você está fazendo aqui? (...). Aqui não é o seu lugar! Pode ir lá para dentro que eu mesma fico na recepção”. Passado algum tempo fiquei sabendo que essa senhora havia declarado que era perigoso eu ficar na recepção, já que era o local onde os clientes faziam seus pagamentos (Jussara, 05/2011).

A vida afetiva da mulher negra também é complicada. Em minhas experiências com o sexo oposto não vivi situações de racismo, mas em relações com pessoas do mesmo sexo isso aconteceu. Em uma das vezes, uma pessoa fez questão de em um primeiro encontro dizer que “até para uma mulher negra eu era bonita”. (...) em uma sala de bate-papo [na internet] buscava perceber o grau de preconceito em relação às negras. Quando eu me identificava como negra e descrevia meu estilo, pouco era abordada e quando isso acontecia eu precisava passar por uma série de perguntas que comprovassem que minha negritude se aproximava do branqueamento. (...) se em seguida eu entrasse com um perfil de mulher branca ou “morena” clara, cabelos lisos, olhos claros etc., aconteciam muitas chamadas para conversa (...). Esse experimento que fiz, foi justamente para perceber o discurso virtual em torno da mulher lésbica negra (Sandra, 05/2011).

Acho que é sempre difícil falar de mulheres e, em se tratando de mulheres negras, ainda mais, pois são (...) experiências únicas relacionadas à vivência do racismo. Como falar de algo que teoricamente não existe, mesmo tendo na legislação uma lei que pune o racismo? No cotidiano são experimentadas através de atitudes preconceituosas que podem acontecer em uma loja, ao estar aguardando um ônibus, em um barzinho... A forma como nos vestimos; o cabelo que incomoda somente o Outro que está olhando; a nossa dança e a forma de encarar a vida. Afinal, somos mulheres e somos negras (Adriana, 08/2011).

Minha mãe sempre falava para mim e minhas irmãs que uma mulher deve trabalhar e ter o seu próprio dinheiro para não depender do marido, deve estudar para melhorar de vida e que não deve aceitar apanhar de homem. Minha mãe recebeu os mesmos ensinamentos e os seguiu à risca (Vanessa, 06/2011).

Eu diria que a maternidade contribuiu muito [para tornar-me mulher]. (...) foi um momento em que percebi (...) o amadurecimento de meu corpo e de minha sexualidade. Minha pesquisa atual sobre ‘mulher negra’, a construção de um sujeito político, me faz refletir sobre esta dupla discriminação: de gênero e racial. Faz-me refletir, também, que não me excluo desse processo, pois se a sociedade é machista, sexista e racista, eu também vivencio esses conflitos, essas assimetrias, e me coloco como mulher, como um sujeito político (Antônia, 07/2011).

A condição feminina, diferentemente da condição racial, sempre foi por mim percebida de forma bastante nítida. Sou a filha mais nova de uma família com cinco mulheres e um único homem, então essa questão sempre foi tranquila (...). Tomei o tema da mulher negra como objeto de minha produção intelectual (...) ao desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso na graduação em Serviço Social. A partir daí todo o meu esforço intelectual centrou-se na condição de vida das mulheres negras, em diferentes acepções: adolescência, religiosidade, formas de violências associadas (...). Foi na ONG Maria Mulher [durante o estágio profissionalizante] que eu comecei a encontrar possibilidades de associar a militância política com a prática profissional, pois [em Vila Cruzeiro, Grande Porto Alegre, RS, onde atuava] o fato de eu ser negra

- reconhecendo-me como tal - influenciava diretamente meu papel profissional (Caroline, 05/2011).

Desde que nasci fui apresentada ao universo feminino associado à questão do “ser menina”, do “usar cor-de-rosa”. Cresci questionando esses lugares determinados do “não pode” por ser menina, por ser mulher. Lembro que detestava ser mulher (...). Somente aos 25 anos nasce a mulher dentro de mim, mulher essa que não é a mulher socialmente construída, mas a mulher dona da própria identidade. Depois vi em uma amiga do trabalho esse “ser mulher” que eu estava a buscar e não encontrava nas representações das mulheres do meu cotidiano (...). Foi no ambiente do meu trabalho que conheci pessoas que me ajudaram, e muito, no meu empoderamento e nessa consciência de quem eu sou nas múltiplas identidades. A mulher negra nasce através da fala de uma grande amiga (...). [Eu] não queria admitir que falava da mulher negra a partir de mim, mesmo reconhecendo os desafios vividos. Eu me via muito mais como parceira da causa do que como sujeito (Sandra, 05/2011).

Tornei-me mulher após o nascimento da minha primeira filha, tendo em vista a necessidade de exercer a maternidade. Deixava de ser apenas filha [pois foi mãe adolescente], comecei então a assumir outras responsabilidades, afinal tinha uma criança na minha vida. Contudo nos termos de Beauvoir, isso se deu com a maturidade e, particularmente, após a primeira separação conjugal, momento no qual tive que enfrentar muitas vezes o preconceito das pessoas por estar separada (Adriana, 08/2011).

\* \* \* \* \*

Frequento, atualmente, um terreiro de candomblé, em Santa Teresa, mas não sou filha de santo e não tenho um compromisso com a religiosidade de matriz africana (Antônia, 07/2011).

A vivência religiosa de matriz africana veio coroar essa minha trajetória de vida, visto que a iniciei aos 24 anos de idade, embora tenha convivido bastante com a religião enquanto

criança. Na minha concepção, isso era o que faltava para oferecer a coerência necessária às minhas práticas como mulher negra militante – alinhar discurso e prática – aliás, [esse] é o maior desafio que eu me proponho a enfrentar como mulher negra (Caroline, 05/2011).

## **Educação Superior: um divisor de águas**

Em 2005, me inscrevi para um curso em Salvador, denominado *Fábrica de ideias* (...) que é uma referência internacional nos estudos sobre relações raciais. Na ficha de inscrição, eu precisava classificar minha cor, já que era um curso com uma política de cotas reservadas para pesquisadores negros. Classifiquei-me como branca, em função da classificação do IBGE, mas coloquei em parênteses “identidade negra” (...). Voltei de Salvador muito crítica, pois percebi que o racismo é uma doutrina ideológica que atinge a América Latina, a América do Norte, o continente africano; e que nossa suposta “democracia racial” é um grande entrave para nossa luta antirracismo. Foi um momento decisivo em minha trajetória de vida, na construção de uma identidade negra, pois além de me engajar academicamente nesta luta antirracismo, eu me casei [com um homem negro] (Antônia, 07/2011).

O ingresso no Ensino Superior representou bastante para mim, embora outras duas de minhas três irmãs já tivessem também ingressado nele. Circular pelo espaço da universidade, conviver com pessoas advindas de outras vivências foi chamando (...) minha atenção para as grandes lacunas existentes entre as classes sociais. Muitas vezes circulando nesses espaços recordava a sensação de solidão experimentada também na escola, quando era a única negra em uma multidão de pessoas. Ali eu comecei a pensar que isso não podia ser por acaso. Então passei a pensar que eu deveria, ao ocupar esses espaços, fazer algo a mais, agora para demarcar de vez minha diferença, que estava posta (Caroline, 05/2011).

A consciência de minha condição de mulher veio após minha entrada na universidade. Até então, os papéis sociais eram naturalizados para mim. Na minha imaginação as coisas eram

como eram e ponto final. Não havia a reflexão de que esses papéis sociais são construídos e que podem ser desconstruídos (Jussara, 05/2011).

(...) eu estava me formando em uma profissão (assistente social) em que atuaria com pessoas majoritariamente pobres e, conseqüentemente, negras, e eu não tinha um olhar específico para essa população. Isso tudo fez uma revolução dentro de mim e foi onde eu busquei entender que o fato de eu ser mulher negra me inseria em lugares diferenciados, participações diferenciadas, tratamentos diferenciados. A mulher negra em mim nasce desse processo, desse momento (Sandra, 05/2011).

A discussão sobre o tema surgiu no curso de especialização em direitos humanos, a partir de uma intervenção profissional como assistente social, com uma mulher negra que cumpriu a sentença em regime semiaberto. Durante a entrevista essa mulher revelou as injustiças, o racismo que sofrera por ser uma mulher negra. Refleti sobre os fatos apontados por ela e comecei a questionar se havia alguma relação com a questão de gênero e raça, ou seja, a questionar se as mulheres negras não estavam sendo mais penalizadas quanto a sua sentença criminal (Adriana, 08/2011).

(...) o tema da “mulher negra” enquanto objeto de estudo foi se construindo ao longo da minha vida, de minhas experiências pessoais e familiares. Mas, enquanto preocupação teórica, acadêmica, isso é bastante recente. Creio que foi a partir de minha inserção no curso de Direito que essas preocupações começam a se consolidar. Na minha turma, eu era a única aluna negra. (...) a partir do meu estágio no Ministério Público do Trabalho eu percebi, mais nitidamente, o que significava ser uma mulher negra e trabalhadora (Vanessa, 06/2011).

O início de minha militância política se deu no movimento estudantil em Serviço Social, quando fui representante regional da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Nesse espaço a sensação de solidão novamente se fez presente e me acompanhou por diversas vezes, pois viajando pelo interior do Rio Grande do Sul houve ocasiões em que eu era a única negra em um auditório com 200 alunos e ali eu estava novamente em evidência: ocupando o centro das atenções, passando orientações. Qual a diferença? A situação de estar no centro das atenções não me incomodava mais! Nesse momento aconteceu a “descoberta” da causa negra, quando passei a usar os espaços onde estava para denunciar a solidão que me acompanhava, pois se eu era a única negra presente, onde estavam as/os demais? O que as/os impedia de acessar tais espaços? (Caroline, 05/2011).

Minha militância é acadêmica. Sou um sujeito político, mas não estou engajada em nenhum movimento de resistência social; apesar de estar, atualmente, como pesquisadora de uma ONG feminista (...). A intelectualidade é a minha melhor ferramenta de militância antirracismo e espero que meus estudos contribuam para elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres negras (Antônia, 07/2011).

Costumo dizer que tudo o que escrevo e estudo sobre as mulheres negras faz parte de minha história. Contudo, a prática política se iniciou a partir do meu ingresso como estagiária em Serviço Social na (...). Percebi que as mulheres negras estavam sub-representadas na sede da empresa e tomei esse tema como objeto de pesquisa de uma das disciplinas do curso (...). Além disso, tive o privilégio de ter como supervisora uma grande mulher (...) feminista, sindicalista e marxista. A partir de então, essa tem sido a questão à qual dedico meus estudos. Considero-me militante, embora não participe ativamente de nenhum movimento social relacionado às mulheres negras ou ao movimento negro (Jussara, 2011).

Abraço a causa do movimento LGBT, frequentando alguns espaços, falando a partir desse lugar. No movimento negro eu milito dentro do meu cotidiano, assim como no movimento

de pessoas portadoras do vírus HIV. Nesses movimentos, eu não estou filiada oficialmente, mas atuo de outra forma. Sou filiada ao Movimento de Educadores em Direitos Humanos (MEDH), apesar de estar junto aos educadores há anos (Sandra, 05/2011).

Já fui militante de movimento social negro, hoje me coloco como uma ativista em direitos humanos e, dessa forma, participo de um curso de capacitação para defensoras e defensores de direitos humanos no meu Estado, no qual as temáticas da questão racial e do racismo são sempre apresentadas nos debates que participo (Adriana, 08/2011).

Talvez eu não me considerasse militante porque achava que para isso era preciso estar ligado a algum grupo, participar de passeatas, gritar palavras de ordem. Cresci vendo a militância ser feita nesses termos. Minha relação com a militância sempre foi complicada. Nunca concordei muito com as relações de poder que se estabelecem no interior dos grupos organizados (...). Eu queria fazer política de outra forma (...). Hoje considero que se pode militar por uma causa de várias formas (...). Acho que é dentro dos locais em que são estabelecidas as normas, as leis, o que é legítimo enquanto formas de saber e conhecimento, que se podem realizar grandes mudanças. Mas o risco pessoal e político é sempre muito grande. É preciso ser forte para não sucumbir, não se deixar abater ou cooperar por um caminho mais fácil (Vanessa, 06/2011).

\* \* \* \* \*

Considero-me uma intelectual militante, nos moldes do “intelectual orgânico” de Gramsci. A intelectualidade na minha práxis cotidiana é uma ferramenta de militância política e de aproximação das questões sociais (Antônia, 07/2011).

(...) ser intelectual exige uma série de coisas, visto que essa definição possui características peculiares (...), difíceis de adaptar às condições de vida de uma mulher negra. Ter atividades e horários de trabalho diferenciados, bem como receber mais

ou menos, ou até não receber, pelo trabalho desenvolvido como intelectual, faz parte desta batalha. Explicar aos familiares e pessoas próximas o interesse por, e/ou necessidade de, continuar os estudos (...) quando a maioria das pessoas não chega a completar o Ensino Médio ou Fundamental faz parte destas questões (Caroline, 05/2011).

Sinto-me privilegiada por ter tido formação acadêmica em uma universidade tão renomada e de qualidade quanto a PUC-Rio. Esta formação me legitima afirmar que sou uma intelectual. Vale dizer que o conjunto formado pelas experiências pessoais e acadêmicas me torna intelectual (Jussara, 05/2011).

Até tempos atrás eu não me reconhecia como uma intelectual, pois, para mim, intelectual era aquele que sabe muito sobre muitas coisas, domina vários idiomas, lê o *Le Monde* ou o *New York Times*, tem um “saber formal” advindo de uma formação diferenciada. Ao entrar para a universidade, ler e conhecer Gramsci, descobri que intelectual é aquele que tem um saber, seja ele vindo da academia ou do movimento social. Ainda hoje me soa estranho essa palavra intelectual referida a mim, mas me vejo como uma, nessa perspectiva gramsciana. Tem também a questão racial que pesa, pois nós, negros/as, não temos o conhecimento de intelectuais negros/as, como existe o referencial branco. Neste sentido, fica difícil a gente se ver nesse local (Sandra, 05/2011).

(...) ao me perguntar se me considero uma intelectual, digo que este é, para mim, um processo ainda em construção. Não é fácil. Minhas colegas que militam em movimentos sociais me acusam de utilizar um discurso branco para falar contra o racismo. Afirmam que é preciso construir outra linguagem, uma autêntica linguagem militante. Afirmo que isso não existe. Que lutar por qualquer tipo de pureza é sempre perigoso. Considero que é preciso conhecer bem o discurso daqueles que estabelecem o que é legítimo ou ilegítimo. É preciso ser estratégica (Vanessa, 06/2011).

## Agenda política: sinergias entre o pessoal e o coletivo

(...) existe uma construção histórica de reificação e sexualização da mulher negra; fatores que contribuem ainda mais para sua invisibilização. A partir de então, resolvi me aprofundar nos estudos sobre escritoras negras brasileiras e angolanas, como forma de visibilização deste sujeito político que está fora dos cânones, mas que utiliza a literatura como instrumento de resistência sociocultural e militância antirracismo (Antônia, 07/2011).

(...) acredito que o movimento feminista ainda trabalhe numa perspectiva universal, não se atendo às assimetrias existentes entre as mulheres. Entre as mulheres brancas, negras, indígenas, asiáticas, africanas, existem muitas assimetrias e desigualdades. Falo aqui de assimetrias sociais, culturais, raciais que atingem as mulheres de forma diferenciada e não homogênea. Portanto, uma agenda política do movimento feminista não contempla todas essas assimetrias. Devido a esse fato, não me considero uma feminista *stricto sensu*, mas estou sempre em alerta para perceber como as relações de poder (sexista, racista, machista e outras) se processam na sociedade e na vida privada (Antônia, 07/2011).

Movimento feminista ou movimento de mulheres? Onde as mulheres negras se encaixam afinal? Acredito que haja uma resistência (não só de minha parte) ao declarar-me uma militante do movimento feminista. Talvez isso se deva mesmo a um ranço, construído historicamente, entre mulheres negras e brancas... Então eu, particularmente, me filio ao movimento de mulheres negras, entendendo que há questões que o diferenciam do movimento feminista (Caroline, 05/2011).

Me defino como feminista, mas não militante ativa como nos demais movimentos em que transito. Defendo questões nos ambientes que frequento que são pertinentes ao universo da mulher, tais como: o direito de escolha, saúde reprodutiva, liberdade sexual. Defendo a “não fragilidade” da mulher, sua potencialidade (Sandra, 05/2011).

(...) mesmo reconhecendo que o movimento feminista teve um marco histórico nas bandeiras de lutas das mulheres do mundo, percebo que as mulheres negras se diferenciam pelas buscas e conquistas dos espaços públicos e privados (Adriana, 08/2011).

Acho que sempre fui feminista. Sempre acreditei que a mudança social, a justiça, passava por mudanças nas relações que homens e mulheres estabeleciam entre si por mais que eles fossem fisicamente diferentes. Minhas pesquisas se voltam para as mulheres negras, mas essa é uma decisão política. O gênero como é importado para o Brasil, de uma forma pouco crítica, acaba por restabelecer novas hierarquias. Acho que é importante marcar uma posição. Não se trata, ao menos para mim, de fazer o discurso da mulher negra vítima, tampouco da heroína infalível, mas não se pode ignorar que nós temos acesso diferenciado aos espaços da sociedade. Sempre temos que pensar em estratégias para superar barreiras. O racismo é a pior delas. Não basta ser uma boa profissional, ter alta escolaridade ou ser dedicada na área acadêmica. Devemos aprender a fazer coalizões que não venham a ferir nossos valores pessoais e políticos (Vanessa, 06/2011).

\* \* \* \* \*

O que eu gostaria de acrescentar é que ter a minha pertença racial afirmada me tornou mais sujeito da minha história. Hoje eu ajudo a construir dentro da minha família e com os amigos a discussão sobre a questão negra. Hoje eu educo as minhas sobrinhas a reconhecer e a valorizar a cultura negra. Hoje eu falo sem medo e sem acanhamento de ser mulher negra e de fazer parte desse universo feminino guerreiro. O meu processo de tomada de consciência racial me levou ao interesse em falar de mulheres negras, pois é parte da minha história, narrada por vozes e lugares diferenciados: vozes lésbicas, idosas, universitárias, jovens (...). Somos mulheres negras e ainda precisamos gritar alto e destemidamente que somos mulheres negras sim, e com orgulho! (Sandra, 05/2011).

A política refere-se à forma como se dão as relações entre as pessoas e preocupar-se com a forma como as mulheres negras se relacionam entre si, com os outros segmentos sociais e com o Estado de forma geral é preocupar-se com a reprodução de modos de vida dessas mulheres. Seus modos de vida nos sinalizam a reprodução de relações sociais permeadas pelo racismo, pela subalternidade e pela “não cidadania” construída historicamente por aqueles que detêm o poder neste país. Essa subalternidade, aliás, é a grande barreira que essa militância política precisa ultrapassar (Caroline, 05/2011).

Acredito que a partir do momento em que abordamos temas de cunho racial, defendendo a valorização da população negra e descortinando os mecanismos de opressão que fazem com que essa população seja menos favorecida em todas as dimensões da vida social, estamos militando em prol desta causa. É um movimento político importantíssimo (...). Minha missão é repassar esses conhecimentos à minha comunidade e à sociedade como um todo (Jussara, 05/2011).

Venho de uma família humilde, sou a filha mais nova de uma família de nove irmãos e também a única com curso superior e pós-graduação *stricto sensu*. Tive dificuldade de acesso à universidade, por ser aluna trabalhadora, com filhos ainda pequenos e sem renda para cursar uma universidade particular. Durante os quatro anos de graduação, dividia-me entre cuidar dos filhos, estudar de manhã e de noite e trabalhar à tarde. No penúltimo ano da graduação engravidei do meu terceiro filho, mas continuei com a mesma rotina, pois precisava terminar meu curso. Atualmente tenho mais de 10 anos de experiência como assistente social e tenho observado o crescimento principalmente das mulheres negras e pobres nos cursos de graduação. Fico feliz, pois sei que o exercício em busca da liberdade e o reconhecimento para as mulheres negras tornam-se uma tarefa árdua no cotidiano. Vivemos em busca de uma vida normal, com desejos de liberdade e igualdade e, acima de tudo, tentando garantir o respeito à nossa integridade, historicamente negado na sociedade brasileira (Adriana, 08/2011).

## Considerações finais

Quem são elas? Uma e muitas.

Uma, quando se trata de dialogar com muitas outras formas de ser no mundo que, em suas lutas históricas por afirmação de Eus-políticos, negaram, subalternizaram, invisibilizaram ou, simplesmente, não se ocuparam da mulher negra pobre brasileira: o feminismo branco, urbano, letrado e de classe média; o movimento negro, masculino e sexista; as esquerdas organizadas, imersas em ideologias cujas utopias de sociedade foram essencializadoras e desprovidas de nexos com as vidas por elas vividas em sua tangibilidade.

Muitas, quando falamos das vivências e percepções pessoais do racismo, do sexismo, da homofobia, da intolerância religiosa e de tantas outras formas vigentes de negação da pluralidade que nos envolve.

## Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos* [1949]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. *Educação superior, trabalho e cidadania da população negra: o que aconteceu com os estudantes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede beneficiários das ações afirmativas da PUC-Rio*. 241 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

### Publicações acessadas pela Internet

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e (neo)pragmatismo, *Revista Brasileira de Educação*, n.29, p. 28-39, mai-jun-jul-ago./2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n29/n29a03.pdf>. Acesso em 13/10/2011.

\_\_\_\_\_. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade, *Caderno Cedes*, Campinas, v.26, n.70, p. 373-391, set-dez./2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 13/10/2011.

**Parte 1**

**QUEM SÃO ELAS?**

**OUTRAS DISCUSSÕES ONTOLÓGICAS E  
EPISTEMOLÓGICAS**



# MULHERES NEGRAS E RELAÇÕES DE PODER

Vanessa Santos do Canto

## Introdução

O MOVIMENTO feminista se constituiu por meio de uma longa trajetória de lutas e resistências das mulheres contra a condição de subalternidade que marca sua presença na sociedade ocidental. Assim, as três grandes ondas do feminismo<sup>1</sup> foram importantes não só para a consolidação de uma pauta abrangente e profundamente marcada pelas diversas correntes teóricas que influenciaram e influenciam o movimento até os dias atuais.

Pode-se dizer que, no campo dos estudos feministas, existe um eixo comum que fundamenta as análises feitas pelas diferentes abordagens teóricas e metodológicas: “Tal eixo – a dominação dos homens sobre as mulheres – é constituído fundamentalmente por uma análise *sobre* e uma luta política *pelo* poder” (Meyer, 1996: 42, grifo nosso). Diante disso, a análise das relações entre poder e saber se torna essencial para compreender os embates existentes no “interior” do movimento feminista e do movimento de mulheres e “entre estes grupos”. Dessa forma, a análise aqui realizada adota a noção de poder de Michel Foucault (2007a), principalmente no que se refere aos elementos políticos e subjetivos

---

1 Esquemáticamente costuma-se afirmar que a primeira onda do feminismo tem seu início em meados do século XIX, sendo profundamente marcada pelo pensamento liberal e na qual têm destaque os movimentos sufragistas. A segunda onda é percebida com maior intensidade na Europa e nos Estados Unidos na década de 1960, sob o lema “o pessoal é político”, quando eclodem diversos movimentos sociais que já demonstram a fragilidade do modelo de produção fordista. A terceira onda do feminismo, que se delinea a partir da metade dos anos de 1970, é marcada pela crítica epistemológica, sendo que, no campo político, as reivindicações estão centradas na ampliação da agenda da saúde sexual e reprodutiva da mulher, constituição dos seus direitos sexuais e reprodutivos e na criminalização do assédio sexual.

daí decorrentes. Por outro lado, é discutida a categoria gênero e a materialidade do corpo a partir do pensamento de Judith Butler (2003). O cerne da discussão consiste no debate contemporâneo acerca do papel da identidade como base para a ação política dos movimentos sociais e da agenda acadêmica feminista.

### **Uma questão ontológica: ser ou tornar-se “mulher negra”? Ou do devir “mulher negra”**

Ao refletir acerca da desconstrução operada por Butler (2003), é inevitável retomar a célebre frase de Simone de Beauvoir (1970) “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Essa afirmação significou uma profunda transformação nas práticas e nos estudos feministas. De fato, muito do que se tem produzido até hoje em termos de pensamento feminista é ancorado, de alguma forma, nas ideias dessa intelectual francesa. As ideias de Beauvoir ecoam até hoje no projeto de emancipação das mulheres e suscitam acalorados debates entre as feministas “brancas” e as “não brancas”.

E é preciso destacar que essa afirmação trata de uma questão ontológica, pois a ontologia diz respeito àquilo que se refere ao ser. Então, talvez seja necessário reformular a questão. A indagação que se coloca não é saber que sujeito é este que, não nasce, mas se torna mulher, e sim refletir sobre os processos de subjetivação.<sup>2</sup> Nesse sentido, Butler (2003) realiza críticas importantes a Simone de Beauvoir, na medida em que sua leitura parece pressupor um sujeito preexistente ao ato que realiza, ou seja, o ato de tornar-se mulher, bem como um determinismo entre o corpo sexuado e o gênero que assume. Isso porque, para Beauvoir, a as-

---

2 Gilles Deleuze (1992: 123), ao refletir sobre alguns aspectos da obra de Michel Foucault, no que se refere à questão do sujeito, salienta que “um processo de subjetivação, isto é, uma produção de modo de existência, não pode se confundir com um sujeito, a menos que se destitua este de toda a interioridade e mesmo de toda identidade. A subjetivação sequer tem a ver com a ‘pessoa’: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento (...). É um modo intensivo e não um sujeito pessoal”.

sociação do feminino com o corpo (ainda que o considere como uma situação) e, por outro lado, a rejeição do corpo masculino, levam ao entendimento de que a liberdade radical é necessariamente incorpórea (Butler, 2003).

Segundo Butler, para Beauvoir, o sujeito é sempre masculino e se diferencia “de um ‘Outro’ feminino que está fora das normas universalizantes que constituem a condição de pessoa, inexoravelmente ‘particular,’ corporificado e condenado à imanência” (Butler, 2003: 31). Ademais, questiona se o corpo não admite genealogia, pois destaca que mesmo para Foucault, em seu artigo “sobre o tema da genealogia, o corpo é apresentado como superfície e cenário de uma inscrição cultural” (p. 186), que é atravessado pela história em seu “gesto essencial e repressor” (p. 187).

Continuando sua exposição, Butler argumenta que “a investigação crítica que levanta as práticas reguladoras no âmbito das quais os contornos corporais são construídos constitui precisamente a genealogia do ‘corpo’ em sua singularidade, capaz de radicalizar a teoria de Foucault” (Butler, 2003: 190). Além disso, apresenta a noção de “abjeto”, retirada de Julia Kristeva, que “designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento”, tornado literalmente “Outro”, para fazer compreender que essa “construção de um ‘não eu’ como abjeto estabelece as primeiras fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito” (p. 190-191). Ao partir de Iris Young (e de sua leitura de Kristeva) que toma a noção de abjeto para compreender o sexismo, o racismo e a homofobia, Butler (2003: 191) afirma que

o repúdio de corpos em função de seu sexo, sexualidade e/ou cor é uma “expulsão” seguida por uma “repulsa” que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade. Em sua apropriação de Kristeva, Young mostra como a operação da repulsa pode consolidar “identidades” baseadas na instituição do “Outro”, ou de um conjunto de Outros, por meio da exclusão e da dominação.

Butler, apesar de já apresentar importantes considerações acerca da noção de abjeto e de materialidade do corpo em *Problemas de gênero* (2003), é em *Bodies that matter* (1993) que aprofundará essas questões, bem como oferecerá interessantes pontos para análise da problemática que se coloca ao se pensar o devir “mulher negra” enquanto ontologia, a partir de uma leitura da performatividade como subversão de gênero. Segundo a autora, a performatividade do gênero deve ser entendida, não como um “ato” singular ou deliberado, mas como reiteração de uma norma ou conjunto de normas, uma repetição, por meio da qual o discurso produz os efeitos que nomeia, que qualifica (1993).

Ao tentar reformular a questão da materialidade do corpo no pensamento filosófico do Ocidente, ela propõe que, em vez de se pensar em termos de construção, seja resgatada a noção de matéria não como um lugar ou superfície, mas como um processo de materialização que estabiliza a todo o momento a produção dos efeitos limitados, fixados e aparentes do que se denomina matéria (Butler, 1993). Além disso, realiza um resgate das várias conotações que a matéria assume no pensamento grego e latino, na filosofia de Aristóteles (comparando-a com o *Vigiar e punir* de Foucault<sup>3</sup>) e de Platão. Em relação a Platão, a autora faz uma consideração importante no que se refere à questão da exclusão não apenas das mulheres, mas também uma exclusão racializada de Outros que, devido à sua natureza, seriam menos racionais.

Assim, a entrevista que Judith Butler concede a Baujke Prins e a Irene Costera Meijer (2002) é esclarecedora, principalmente no que se refere à ideia de corpos abjetos, de corpos que não são inteligíveis e, dessa forma, não têm uma existência legítima, não se

---

3 Na realidade, Judith Butler aborda a leitura dessa obra de Foucault em três momentos distintos: em *Problemas de gênero*, em que a autora afirma que pode ser lida como uma reescrita da doutrina da internalização de Nietzsche; em *Bodies that matter*, quando trata da noção aristotélica de *schema* em relação aos corpos como um nexa historicamente contingente de saber/discurso e, em *The psychic life of power* (1997b), em que retoma o processo de subjetivação do prisioneiro e o compara criticamente com o processo de formação da consciência em Freud.

materializam, pois vivem à sombra da ontologia. Por outro lado, esses corpos existem como poder excluído, disruptivo. Esse é um ponto importantíssimo para as reflexões aqui colocadas sobre ontologia, já que

[t]odo esse território da ontologia que o bom filósofo, aquele conceitualmente puro, considera óbvio já vem profundamente corrompido em sua origem. (...) O que eu poderia dizer é que “há corpos abjetos”, e isso poderia ser um performativo ao qual eu *atribuo* ontologia. Eu atribuo ontologia exatamente àquilo que tem sido sistematicamente destituído do privilégio da ontologia. O domínio da ontologia é um território regulamentado: o que se produz dentro dele, o que é dele excluído para que o domínio se constitua como tal, é um efeito do poder (Butler *apud* Prins & Meijer, 2002: 161).

Nesse sentido, ao se colocar a questão de ser ou tornar-se “mulher negra”, ou melhor, ao se refletir sobre o devir “mulher negra”,<sup>4</sup> na realidade, interessa menos a discussão entre construtivismo *versus* essencialismo (embora seja uma questão importante),<sup>5</sup> mas a ausência da(s) mulher(es) negra(s) da dimensão ontológica. Essa questão é esclarecida na medida em que a noção de abjeto se refere não apenas ao sexo e à heterossexualidade compulsória, mas “a todo tipo de corpos cujas vidas não são conside-

---

4 O devir é um conceito que tem destaque especial na obra de Gilles Deleuze. No que se refere à epistemologia feminista, o conceito é de extrema importância para se pensar a subjetivação enquanto processo. Segundo Deleuze (1992: 211), “O devir não é a história: a história designa somente o conjunto das condições, por mais recentes que sejam, das quais desvia-se a fim de ‘devir’, ou seja, de criar algo novo”. O devir é uma potência criadora. Além disso, ao refletir sobre as mulheres negras, é esclarecedor o que o filósofo denomina devir minoritário, pois “uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo” (p. 214).

5 “(...) o debate essencialismo/construtivismo tropeça em um paradoxo que não é facilmente, ou na verdade, não é jamais superado. (...) argumentar que o corpo é um referente evasivo não equivale dizer que ele é apenas e sempre construído. De certa forma, significa exatamente argumentar que há um limite à construtividade, um lugar, por assim dizer, onde a construção necessariamente encontra esse limite” (Butler *apud* Prins & Meijer, 2002: 158).

radas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como não importante” (Butler *apud* Prins & Meijer, 2002:161). Tais considerações remetem a outros dois conceitos que estão presentes no pensamento de Foucault, quais sejam as noções de biopoder e de biopolítica. A relevância de se compreender esses conceitos se relaciona com o papel que desempenham para a compreensão do abjeto e de sua legitimidade para a ação política, bem como para a compreensão do papel que o corpo desempenha nos processos produtivos contemporâneos.

A noção de biopoder aparecerá pela primeira vez na *História da sexualidade*, volume 1 (2007a),<sup>6</sup> mas Foucault irá retomá-la nas obras *Em defesa da sociedade* (2000) e *Segurança, território, população* (2008b). Segundo o filósofo, o biopoder consistirá na inversão que o direito no século XIX irá realizar em relação ao antigo direito de soberania. Nesse sentido, passar-se-á de um direito de fazer morrer ou deixar viver para um poder de fazer viver e de deixar morrer. Para Antonio Negri (2003) o biopoder significa o momento em que o Estado expressa seu comando sobre a vida através de suas tecnologias e dispositivos de poder. Por outro lado, o conceito de biopolítica<sup>7</sup> aparece em Foucault nos cursos intitulados *Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica* (2008a) e sugere certas transformações que ocorrem entre o fim do século XVIII e começo do século XIX que passam

---

6 Obra publicada na França em 1976.

7 É importante salientar que esse conceito traz consigo duas contradições. Segundo Revel (2005), a primeira diz respeito ao fato de que em um primeiro momento Foucault se refere à biopolítica relacionando-a à manutenção da ordem e da disciplina por meio do crescimento do Estado e, posteriormente, parece significar a ultrapassagem da dicotomia Estado *versus* sociedade. E a segunda contradição diz respeito à forma de se pensar a biopolítica como conjunto de biopoderes. Nesse sentido, Negri (2003) complementa o comentário de Revel e atribui uma dimensão de resistência à noção de biopolítica a partir dos estudos da obra de Foucault que desenvolvem esse conceito. Segundo o autor, “fala-se em biopolítica quando a análise crítica do comando é feita do ponto de vista das experiências de subjetivação e de liberdade, isto é, de baixo” (Negri, 2003: 107). Assim, o conceito se refere às resistências e aos conflitos decorrentes dos choques com o poder.

a governar não apenas os indivíduos por meio de processos disciplinares, mas uma população. Além disso, se relaciona com o surgimento do liberalismo.<sup>8</sup>

E por que são realizadas tais considerações a esse respeito? Por que conjugar uma ontologia em que se demonstra a necessidade de se incluir corpos abjetos e, em seguida, apresentam-se noções como biopolítica e biopoder? Por que tais considerações são realizadas ao se pensar uma ontologia, o devir “mulher negra”? Ora, as respostas a tais questões, ainda que de maneira parcial, são encontradas em Lélia González (1983). Esta feminista e militante do movimento negro brasileiro inova ao refletir acerca do papel ocupado pelas mulheres negras nos discursos sobre o racismo e sexismo, a partir de Freud e de Lacan, e ao retomar a ideia de lugar natural apresentada na filosofia de Aristóteles.

Na realidade, seu texto pode ser lido como um esforço para demonstrar os processos pelos quais a materialidade de determinados corpos é constituída *através de* processos linguísticos e na cultura, tornando-os os de mulheres negras, aos quais são destinados certos lugares na sociedade, pois a “mulher negra, *naturalmente* é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (González, 1983: 226, grifo nosso). Segundo a autora, as mulheres negras também são vistas, naturalmente, como mulata, doméstica e/ou mãe preta. Nesse sentido, a naturalização, perpetrada por meio do racismo e do sexismo (também naturalizados por múltiplas práticas discursivas), constitui a dimensão abjeta desses corpos *negros*. E, por serem corpos abjetos, são os principais alvos do biopoder. Por outro lado, esses corpos abjetos, apesar de não serem considerados inteligíveis e, portanto, destituídos de legitimidade política e normativa, existem e resistem. Nesses termos, a dimensão biopolítica, a resistência, se dá a partir do aspecto excluído, disruptivo, de que trata Butler (1993: 210), pois “assim como as superfícies corporais são

---

8 Ver principalmente Foucault em *Nascimento da biopolítica* (2008a).

impostas como o natural, elas podem tornar-se o lugar de uma *performance* dissonante e desnaturalizada, que revela o *status performativo* do próprio natural”<sup>9</sup> (p. 210).

Frantz Fanon (1983) também contribui para a formulação desta proposta ontológica (e epistemológica) do devir “mulher negra” a partir da ideia de que o negro deve se libertar de um corpo que o enclausura no seu processo de identificação, atando-o a uma concepção monolítica, evolucionista e orgânica da história e a uma ancestralidade essencializada.<sup>10</sup> Para o autor, a liberdade é o único destino. E, nessa perspectiva, somente existe liberdade radical quando o negro produz a si mesmo a partir da experiência cotidiana de cada dia vivido, longe de qualquer predeterminação transcendental. Nesse sentido, Fanon (1983: 188) afirma:

Há de um lado e do outro do mundo, homens que procuram. Não sou prisioneiro da História. Nela não devo procurar o sentido do meu destino. Devo me lembrar, a cada instante, que o verdadeiro salto consiste em introduzir a criação na existência. No mundo para o qual eu me encaminho eu me renovo continuamente. Sou solidário do Ser na medida em que o ultrapasso.

Além disso, a dimensão da experiência, aqui entendida tanto como experiência individual, quanto algo além de si, como prática coletiva de resistência aos dispositivos do poder e aos processos de assujeitamento, torna-se essencial para a compreensão desta proposta do devir “mulher negra” sobre a qual se reflete. Dessa forma, compreende-se o devir “mulher negra” como ontologia, nos termos propostos por Butler (2003), em que não há diferencia-

---

9 Para uma leitura esclarecedora acerca da performatividade enquanto subversão, ver Butler (1997a).

10 Embora Homi K. Bhabha (1998) afirme que Fanon rejeita a ontologia, acredita-se que sua rejeição se refira àquela que prevê um sujeito anterior à ação, pois para ele a ação é primordial. Contudo, ao se compreender a ontologia nos termos aqui propostos, acredita-se que há total coerência com sua perspectiva da construção de um novo homem, de um novo humanismo.

ção entre mente e corpo. Uma “mulher negra” que abandona o ser, conforme propõe Fanon. O mesmo corpo que a torna mulher/mulheres negra(s) deve Ser seu instrumento de subversão. Esse devir “mulher negra” que se propõe aqui é uma construção política, ou talvez fosse melhor afirmar, é uma construção biopolítica, que se impõe às investidas do biopoder que busca prendê-la em um corpo constituído (objeto) e mantê-la fora da ontologia e, consequentemente, da legitimidade política.

### **Uma questão epistemológica: devir “mulher negra” como categoria de análise**

Diante da introdução dos estudos de gênero e das críticas ao sujeito universal e estável da modernidade, a mulher, enquanto categoria de análise e sujeito do feminismo, passou a ser cada vez mais questionada devido à sua ligação à ideia de uma identidade biológica que a definiria *a priori* e resultaria em uma natural irmandade entre todas as mulheres, não obstante as diferenças existentes entre elas.

Assim, destaca-se que Cláudia de Lima Costa (1998), ao tratar do que denomina o “tráfico do gênero”, realiza uma síntese bastante interessante sobre os debates acadêmicos travados acerca do sujeito do feminismo. Afirma que algumas feministas criticam a dissipação do gênero diante da crescente heterogeneidade implementada pelas feministas de “cor”, naquele movimento que ficou conhecido como “feminismo da diferença”. Outras, por sua vez, segundo a autora, acusam as feministas ligadas ao pós-estruturalismo pela perda de sentido das categorias gênero e mulher, na sua ânsia de romper com os essencialismos, binarismos e lógicas identitárias, pois compreendem que essas são categorias que remetem a uma proposta política conservadora.

Sueli Gomes Costa (2004: 24-25), por sua vez, defende o retorno da mulher como categoria de análise, pois “[n]os debates feministas sobre relações de gênero, o tema das desigualdades

entre as mulheres, além de ocupar menos espaço e emoção, encontra-se subordinado, regularmente, ao das desigualdades entre os sexos”.<sup>11</sup> A autora destaca o fato de que as disputas acadêmicas acerca de se abolir os estudos sobre as mulheres em detrimento dos estudos de gênero, em muitos casos, revelam questões relativas às disputas sobre a relevância dos temas a serem estudados. Trata-se, em suma, da questão relativa à produção de verdade, conforme destaca Michel Foucault. Nesse sentido é que se opta por uma epistemologia que questiona a categoria gênero por considerá-la problemática sob vários aspectos.<sup>12</sup> Esta opção também demarca uma opção política, pois se compreende que o fazer acadêmico não é neutro. Ademais, a epistemologia, segundo Margareth Rago (1998: 3),

define um campo de conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto

---

11 Prins & Meijer (2002) afirmam que a heteronormatividade também obscurece poderes performativos *entre* as mulheres. Segundo elas: “Historiadoras feministas têm mostrado que a estabilidade das identidades de gênero não depende automaticamente de negociações heterossexuais, mas também de diferenças *entre* mulheres ‘respeitáveis’ e outras mulheres, entre homens ‘respeitáveis’ e outros homens” (p. 164). Embora Butler insista no fato de que nesses casos a questão da homossexualidade feminina não é nominada, não entra nas discussões acerca do que é próprio e do que é impróprio.

12 Muitas feministas, com efeito, visualizam aspectos extremamente positivos na categoria gênero. Rago (1998), por exemplo, afirma que o gênero é um importante instrumento para a realização de pesquisas históricas, pois abre um campo de possibilidades ainda não exploradas. Já Lia Zanotta Machado (1998), ao analisar a passagem dos estudos das mulheres para os estudos de gênero, acredita que este último se constitui em um novo paradigma metodológico, superior ao primeiro. Contudo, esse otimismo não é compartilhado de maneira unânime por todas as feministas. Para Sandra Azerêdo (1994: 207), o gênero deve ser problematizado “tanto como uma categoria de análise quanto como uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista”. Ao criticar certas visões parciais acerca do gênero, a autora chama a atenção para outras produções teóricas que, pelo menos desde a década de 1980, revelam que o gênero muitas vezes encobre as diferenças existentes entre as mulheres, bem como reforça certa visão conservadora da ação política.

do conhecimento e a própria representação do conhecimento como verdade de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou um projeto feminista de ciência .

Não é demais enfatizar que pensar em termos epistemológicos não é tarefa trivial, tendo em vista as dificuldades encontradas acerca desse debate no campo de estudos feministas. Além disso, Rago (1998: 2-3) afirma que no Brasil

é visível que não há clarezas, certezas em relação a uma teoria feminista do conhecimento. Não apenas a questão é pouco debatida mesmo nas rodas feministas, como, em geral, o próprio debate nos vem pronto, traduzido pelas publicações de autoras do Hemisfério Norte. Há quem diga, aliás, que a questão pouco interessa ao “feminismo dos trópicos”, onde a urgência dos problemas e a necessidade rápida de interferência no social não deixariam tempo para maiores reflexões filosóficas.

Assim, não se trata apenas de inventar uma categoria de análise, mas de enfatizar a importância do problema, que também assume grande relevância política. Ainda que a tarefa seja complexa, é preciso enfrentar essa questão. Porém, tem-se a necessidade de contextualizar a historicidade dessas reflexões em relação ao Brasil, antes de se adentrar na discussão aqui proposta. Sueli Gomes Costa (2002) lembra que o discurso feminista brasileiro da década de 1980 ainda era marcado pelo ideal de sororidade ou irmandade como categoria que remetia a uma unidade/solidariedade das mulheres, pautada, em última instância, no mito da maternidade, em uma identidade biológica.

Dessa forma, o movimento feminista brasileiro parecia preso a um discurso que sofria sérios ataques, pois as feministas europeias e norte-americanas “brancas” e “não brancas” já pensavam em categorias de análise que pudessem romper com os discursos biologizantes e universalistas para incluir a questão da diferença existente entre as mulheres em suas discussões políticas e traba-

lhos acadêmicos. Diante desse contexto, a sororidade passa a sofrer inúmeras críticas no debate internacional porque não era capaz de apreender as desigualdades de raça/etnia, classe, orientação sexual e geração existentes entre as mulheres. Contribuía para que permanecessem invisíveis as mulheres que historicamente sofreram outras opressões além do sexismo, tornando-as mais subalternas do que outras e, neste caso, Sueli Carneiro (2003: 118) esclarece que

em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo continuaram no silêncio e na invisibilidade.

Uma das explicações para a ausência de uma abordagem do problema racial talvez possa ser encontrada na própria história do desenvolvimento desse movimento no Brasil, bem como da dificuldade em se discutir o racismo no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, momento em que se consolida uma espécie de “mito fundador” da identidade nacional brasileira pautado na ideia de uma democracia racial.<sup>13</sup> Isso porque as primeiras mulheres a se envolverem em movimentos de emancipação pertenciam ao grupo que constituía a elite política e econômica do país. Nesse sentido, embora Nísia Floresta fosse contra a escravidão, sua preocupação não se voltava para a discussão sobre a igualdade de direitos entre as mulheres.

---

13 Essa expressão se tornou célebre no livro de Gilberto Freyre (1973) e consiste, *grosso modo*, na ideia de que a miscigenação resultante das relações estabelecidas entre brancos, negros e índios teria formado uma sociedade harmônica e livre de conflitos étnico-raciais. Entretanto, é importante destacar que essa ideia já se encontrava presente outros autores.

Nota-se que as primeiras manifestações de mulheres a obterem mais visibilidade, desde Nísia Floresta até Bertha Lutz no princípio do século XX, visavam a um exercício mais aprimorado da maternidade e maior harmonia entre homens e mulheres no convívio doméstico. Entretanto, é preciso destacar que Bertha Lutz desempenha importante papel no que se refere ao direito de atuar na esfera pública, na medida em que era uma forte liderança em relação às reivindicações pelo exercício dos direitos políticos (Costa, 2002; Pinto, 2003).

Ao tratar especificamente do movimento feminista durante a ditadura militar que se instaurou com o golpe militar de 1964, Cynthia Andersen Sarti (2004: 36) afirma que “embora influenciado pela experiência européia e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país (...)”. Para a autora, questões relacionadas à identidade de gênero, como uma pauta especificamente feminista, somente obtiveram maior importância a partir do início do processo de redemocratização do país no final da década de 1970.<sup>14</sup> É na efervescência desse contexto que o pensamento de militantes e intelectuais negras brasileiras na década de 1970 e, mais fortemente na década de 1980, configura-se como um novo desafio para o movimento feminista que até esse momento tinha na oposição ao regime militar então vigente sua principal agenda de lutas e reivindicações.

Kia Lilly Caldwell (2001), ao realizar uma análise comparada sobre a política de produção de conhecimento acadêmico relativo à questão das mulheres negras no Brasil e nos Estados Unidos,

---

14 A autora ainda salienta que “A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal” (Sarti, 2004: 39).

observa que os primeiros estudos sobre as mulheres negras brasileiras foram realizados por militantes, o que imprimia um forte caráter de denúncia nesses trabalhos. Azerêdo (1994) também realiza uma crítica sobre a restrita produção acadêmica relativa às mulheres negras no Brasil e a ausência de discussões de temas relacionados a essas mulheres nas publicações feministas brasileiras. Assim como Caldwell, a autora destaca o quase desconhecimento das obras de mulheres negras dos Estados Unidos que têm uma reflexão mais ampla sobre as múltiplas opressões vividas pelas mulheres negras.

Por outro lado, Paul Gilroy (2001), ao abordar questões epistemológicas relativas à produção intelectual de negras e negros, a partir dos elementos culturais forjados na diáspora transatlântica, notadamente aqueles marcados pela experiência da escravidão na América do Norte e no Caribe, salienta que Patricia Hill Collins defende uma epistemologia do ponto de vista das mulheres negras, pois entende que o pensamento ocidental que conforma as ciências humanas tem sistematicamente estado preso às lógicas binárias, ao pensamento dualista, e tem excluído o pensamento das mulheres negras.<sup>15</sup> Mas como propor uma epistemologia sem cair nestas armadilhas que se procura incessantemente evitar? Nesses termos, recorre-se mais uma vez a Butler (2003). Autora propõe algo que possibilita pensar em uma epistemologia que apreenda a dimensão ontológica conforme é

---

15 Contudo, Gilroy (2001) tece severas críticas a Patricia Hill Collins no que se refere à questão da unidade e à presença de um essencialismo que, segundo ele, permeia o pensamento da autora negra. Para ele: “Não há nenhum contra-argumento explícito de Hill Collins para o valor superior de uma compreensão essencialista da subjetividade feminina negra. Entretanto, outra versão de essencialismo racial é contrabandeada pela porta dos fundos mesmo quando Hill Collins eloquentemente a expulsa pela porta da frente. Em sua transposição, o termo ‘negro’ cumpre uma dupla obrigação. Ele cobre as posições do conhecer e do ser. Suas dimensões epistemológicas e ontológicas são inteiramente congruentes” (p. 120). Além disso, o autor critica a posição de Collins no que se refere à sua ideia de que a massa de mulheres negras precisa de intelectuais que as ajudem a articular politicamente o seu ponto de vista.

sugerida neste trabalho. Pois, ao refletir sobre as ações que são impedidas por um sujeito definido *a priori*, Butler afirma que se deve adotar uma perspectiva em que a

passagem de uma explicação *epistemológica* da identidade para uma que situa a problemática nas práticas de *significação* permite uma prática significativa possível e contingente. Além disso, a questão da *ação* é reformulada como indagação acerca de como funcionam a significação e a re-significação (Butler, 2003:210).

Assim, o devir “mulher negra” que só pode “ser” no ato mesmo que realiza, rejeitando qualquer identidade definida previamente, pode ser entendido como prática de re-significação nos termos propostos por Butler (2003) e, dessa forma, a dimensão ontológica se confunde com a epistemológica e possibilita uma crítica ao sujeito definido *a priori* e ao essencialismo.

### **Considerações finais**

Atualmente, as discussões sobre racismo e sexismo estão presentes não apenas no Brasil, embora adquiram conotações específicas de acordo com o contexto de cada sociedade na qual o debate é realizado. O questionamento da metafísica ocidental, além forma como seus discursos contribuíram para uma divisão sexualmente hierarquizada do mundo, foi primordial para se compreender o processo de surgimento do feminismo e de um discurso próprio.

Assim, ao abordar as mulheres negras e as relações de poder, bem como o nexos existente com a produção de verdade, afirmou-se a necessidade de adotar uma concepção aberta e produtiva acerca da identidade, em detrimento das abordagens excludentes e essencialistas. Ou seja, foi adotada uma perspectiva em que a identidade possui uma dimensão, subversiva, pois não pressupõe um sujeito predefinido.

Além disso, implicitamente foi adotada a posição de Butler (1993) de que a “raça” é parcialmente produzida como um efeito da história do racismo, mas que, apesar disso, pode ser utilizada como uma prática para contestá-lo. Segundo a autora, essa perspectiva é fundamental para se resistir ao modelo do poder que busca mostrar o racismo, a homofobia e a misoginia como relações paralelas, pois obscurece o processo de reflexão ou a proposição de novas formas de sociabilidade. Então, o desafio colocado é pensar uma categoria de análise que abarque questões ontológicas e epistemológicas: o devir “mulher negra”, como uma proposta biopolítica, de resistência e materialista.

Dessa maneira, afirma-se que essa categoria pode ser útil não apenas para denunciar as relações existentes entre saber e poder. Nesse sentido, considera-se que são abertas novas possibilidades de investigação crítica acerca dos discursos e práticas políticas, tanto em relação aos conservadores quanto àqueles que, apesar de seus ideais de emancipação, acabam por legitimar novas formas de opressão, dominação e exploração nas sociedades contemporâneas.

## Referências bibliográficas

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. In: *Revista estudos feministas*. CIEC/ECO/UFRJ, Número especial, out./1994, p. 203-216.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4.ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970 [1949].

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. Nova York/Londres: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *The physic life of power: theories in subjection*. Califórnia: Stanford University Press, 1997b.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: *Estudos feministas*, v.8, n.2, 2000, p. 92-108.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: *Estudos avançados*, n.17(49), 2003, p. 117-132.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: *Cadernos Pagu*, n.19, 2002, p. 59-90.

\_\_\_\_\_. O tráfico do gênero. In: *Cadernos Pagu*, n.11, 1998, p. 127-140.

COSTA, Sueli Gomes. Movimentos feministas, feminismos. In: *Revista estudos feministas*, Florianópolis, n.12 (N.E.): 264, set-dez./2004, p. 691-703.

\_\_\_\_\_. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: *Revista estudos feministas*, n.2, 2002, p. 301-323.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. A vida como obra de arte. In: *Conversações 1972-1990*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: 34, 1992, p. 118-126.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Maria Adriana da Silva Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *A hermenêutica do sujeito: curso no Collège de France (1981-1982)*. Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade (v. I): a vontade de saber*. 18.ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 33.ed. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão; revisão da tradução por Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão; revisão da tradução por Claudia Berliner São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 16.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo/Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.). *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? In: *Cadernos Pagu*, n.11, 1998, p. 107-125.

MEYER, Dagmar Estermann. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero & saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRINS, Baujke; MEIJER, Irene Costera. “Como os corpos se tornam matéria”: entrevista com Judith Butler. In: *Estudos feministas*, v.10, n.1. Florianópolis, 1º. semestre, 2002, p. 155-167.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Carlos Piovezani Filho, Nilton Milanez; revisão técnica de Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: *Estudos feministas*, Florianópolis, v.12, n.2, mai.-ago./2004, p. 35-50.

### **Publicações acessadas pela Internet**

BUTLER, Judith. Merely cultural. In: *Social text*, n.52/53, Queer transexions of race, nation, and gender (Autumn - Winter, 1997a), p. 265-277. Duke University Press Stable URL. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/466744>. Acesso em 17/09/2008.

CALDWELL, Kia Lilly. Racialized boundaries: women's studies and the question of "difference" in Brazil. In: *The journal of negro education*, v.70, n.3, Black women in the academy: challenges and opportunities (Summer, 2001), p. 219-230. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3211212>. Acesso em 17/09/2008.



# INTELECTUAIS NÃO CANÔNICAS: MULHERES NEGRAS MILITANTES ANTIRRACISMO

Antonia Lana de Alencastre Ceva

Meu rosário é feito de contas negras e mágicas.  
Nas contas de meu rosário eu canto Mamãe Oxum e falo  
padres-nossos, ave-marias.  
Do meu rosário eu ouço os longínquos batuques  
Do meu povo  
e encontro na memória mal adormecida  
as rezas dos meses de maio de minha infância.  
As coroações da Senhora, em que as meninas negras,  
Apesar do desejo de coroar a Rainha,  
tinham de se contentar em ficar ao pé do altar  
lançando flores ...

Conceição Evaristo, 2008.

## Introdução

ESTE ARTIGO tem por objeto as mulheres negras intelectuais militantes antirracismo e o que se propõe é um estudo comparativo sobre mulheres negras escritoras brasileiras e angolanas. Uma primeira aproximação desse objeto nos leva a questionar: quem são as mulheres negras intelectuais militantes antirracismo no Brasil e em Angola? Como elas se comparam? E, finalmente, mas não com menor importância: qual a procedência da comparação entre Brasil e Angola?

Iniciaremos por essa última questão. Por que fazer dialogar a narrativa literária do mais populoso país negro das Américas com a de uma jovem democracia africana, cuja população deve beirar a pouco mais que um décimo da população negra brasileira? Para responder a isso destacamos três aspectos.

O primeiro deles – de ordem pessoal – é que nos motiva buscar outros paradigmas epistemológicos, tendo em vista que pensar negritude no Brasil – adotando uma perspectiva plural – implica

buscar outros *modi vivendi*, outras lógicas, que, apesar de distintas da nossa, permitam novas intersecções e diálogos renovados. Nossa esperança é a de que novas epistemologias ofereçam outras possibilidades de leituras para os estudos sobre o feminismo negro no Brasil, que têm, como marcada referência, os estudos teóricos há muitos anos desenvolvidos nas universidades norte-americanas.

O segundo aspecto é o fato de que ambos os países viveram processos históricos comparáveis de redemocratização em meados dos anos 1970/1980, no que tange ao limitado reconhecimento social da contribuição das mulheres, e, particularmente, das mulheres negras.

No Brasil, durante a década de 1980, a sociedade vivia uma euforia democrática; um período de distensão do regime militar e de anistia política generalizada. Foi nesse contexto histórico e político que emergiu o feminismo negro brasileiro, como uma forma de resistência e de visibilização de um sujeito político que até então estivera silenciado pelos cânones tradicionais.

O fim dos anos 1970 e início dos 1980 foi um momento decisivo para o ressurgimento de vários movimentos sociais, em especial para o movimento negro. Embora tenha absorvido as experiências de reordenação social do país no período de redemocratização, assim como herdado as aspirações de superação de episódios históricos e de conscientização étnica, o movimento de mulheres negras já vinha se esboçando distintamente em épocas anteriores (Schumacher & Vital Brasil, 2006:327).

O movimento feminista<sup>1</sup> motivou as mulheres negras militantes a se organizarem politicamente, tendo em vista que os encontros nos quais se analisava a situação da mulher brasileira

---

1 Movimento feminista aqui está compreendido como um movimento organizado por mulheres de classe média, brancas, letradas: "(...) o movimento feminista que -à época- basicamente centrado no enfoque exclusivo de um gênero branco e ocidental, se mostrava ainda inábil para a superação das assimetrias que atingiam as mulheres, em especial as afrodescendentes (Schumacher & Vital Brasil, 2006:327).

contemplavam, na sua agenda política, apenas as assimetrias de gênero, ou seja: as relações de poder desiguais entre homens e mulheres, sem levar em consideração a questão racial.

O tema da raça não era pautado nesses encontros por duas razões. A primeira, de ordem histórica, na medida em que o mito da democracia racial estava – e ainda está – presente no imaginário da sociedade brasileira, e, com isso, permanecia a negação do racismo no Brasil. O movimento feminista não constituiu uma exceção nesse aspecto:

gostaríamos de chamar atenção para a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminista em nosso país. (...) Em recente encontro feminista realizado no Rio de Janeiro (Encontro Nacional da Mulher, 1979), nossa participação causou reações contraditórias. Até aquele momento, tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocavam uma série de exigências quanto à luta contra a exploração da mulher, do operariado. (...) No momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras (Gonzalez, 1982: 101).

A segunda motivação para a ausência da pauta racial no bojo do movimento refere-se à agenda política do feminismo brasileiro de então, que, muito focado na questão de gênero e nas desigualdades de poder entre mulheres e homens, não se ocupava das assimetrias existentes entre mulheres – brancas, negras, indígenas, asiáticas, lésbicas etc.

Durante esse período, é impossível não destacar a figura icônica de Lélia Gonzalez, antropóloga, militante negra e co-fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU/1980). Não tememos endossar a ideia de que Lélia Gonzalez “feminizou o movimento negro”, até então liderado por homens negros, e “enegreceu o movimento feminista” (Barreto, 2005), até então liderado

por mulheres brancas. Lélia propunha um movimento negro brasileiro único, que se fundamentasse no legado cultural de matriz africana presente na sociedade brasileira, politizando-o.

A partir da ação de Lélia, o movimento feminista começou a pontuar em seus relatórios finais as reivindicações das mulheres negras brasileiras.

No Primeiro Congresso da Mulher Fluminense, realizado em 14 e 15 de junho de 1980, todas as propostas que nós, mulheres negras, apresentamos, foram aprovadas por unanimidade pela plenária e constam das resoluções finais do Congresso. Por aí se vê como, com um ano de diferença, houve profundas mudanças nas perspectivas feministas ou femininas com relação à questão racial. Importante ressaltar, é claro, que as mulheres negras também buscaram se organizar e se fazer representar de maneira mais decisiva (Gonzalez, 1982:100).

O ano de 1988, da comemoração do centenário da abolição da escravidão no Brasil, tornou-se um marco de mobilização social e política; de tomada de consciência racial; de luta por direitos e pela cidadania participativa da mulher negra brasileira. Naquele ano foi realizado na cidade de Valença, RJ, o I Encontro Nacional da Mulher Negra. Esse acontecimento histórico visibilizou a “mulher negra” como sujeito político, um agente social que até então havia sido silenciado sistematicamente pelos cânones tradicionais. De maneira comparável, as mulheres negras angolanas lutaram na cena política nacional e se mobilizaram pela conquista da democracia plena no seu país.

Em 1975, Angola conquistou a independência do jugo colonial lusitano e, ainda no bojo de uma euforia libertadora, a nação foi assolada por uma guerra civil entre dois partidos políticos antagônicos: o Movimento Popular para a Libertação de Angola e a União Nacional para Independência Total de Angola – MPLA e UNITA.

Esses dois partidos, desde a sua fundação, possuíam alas femininas, e as mulheres negras angolanas militantes políticas, apesar de não serem reconhecidas como protagônicas nesta luta,

participaram ativamente das frentes de combate. Algumas abdicaram do convívio familiar e da vida doméstica. Outras permaneceram em casa, administrando a vida social e econômica da família. Essa permanência, acompanhada da ausência dos homens, propiciou uma re-configuração das relações sociais; transformou os núcleos domésticos em matrilineares e re-significou valores morais e socioculturais.

A OMA (Organização da Mulher Angolana/MPLA) teve uma influência crucial no apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola. Os relatórios sobre as atividades da OMA mostram que seus membros contribuíam para a produção de alimentos para o exército guerrilheiro, organizavam campanhas de alfabetização e de cuidados básicos de saúde e transportavam armamentos e alimentos a grandes distâncias. Os esforços da OMA resultaram na introdução do Código da Família, nos anos 1980, uma das conquistas mais significativas da organização. A OMA também forneceu assistência técnica às mulheres e promoveu o debate e discussão de assuntos anteriormente considerados tabus, como o casamento habitual e o aborto (Ducados, 2004).

Nos anos 1980, em pleno contexto de guerra civil pós-independência, uma vasta produção literária aflorou em Angola, sendo a palavra impressa utilizada como mecanismo de resistência sociocultural e política. Nesse contexto de grande vigor literário as mulheres negras angolanas estão plenamente incluídas, com suas obras principalmente dirigidas para o público infantil. Naquele tempo já se configurava uma forte preocupação com a criança no período da guerra, devido ao afastamento e ausência de sua família e, muitas vezes, a perda do seu núcleo familiar. A possibilidade de redemocratização da sociedade e de construção de uma nação independente e democrática também eram fatores de motivação para intelectuais escritores. A narrativa literária pode ser considerada uma forma, não só de expressão e manifestação, mas um instrumento de resistência e denúncia social na Angola de então.

Apesar da relevante produção literária que ocorreu nesse contexto, em termos qualitativos e quantitativos, pouco se sabe sobre a contribuição da “mulher negra” escritora angolana. Também pouco se conhece sobre os papéis que foram exercidos pelas mulheres negras daquele país não só no período da guerra civil, mas também no período anterior a 1975. Encontramos depoimentos na Internet que abordam esses temas, mas não há uma bibliografia sistematizada que esgote esse assunto.

Finalmente, a proximidade linguística, histórica e cultural entre Brasil e Angola constitui o terceiro aspecto que justifica a comparação entre esses dois objetos.

\* \* \* \* \*

Voltemos então à questão que nos ocupa: quem são as mulheres negras intelectuais militantes antirracismo no Brasil e Angola?

No Brasil, as mulheres negras intelectuais militantes antirracismo existem<sup>2</sup> e são conhecidas<sup>3</sup> como escritoras. No entanto, apesar de visibilizadas socialmente – e o próprio feminismo negro as conhece – elas não são, necessariamente, canonizadas como escritoras pelos círculos literários, como militantes antirracismo pelos círculos de militância.

Em Angola, o cânone literário é hegemonicamente masculino; portanto, as escritoras negras angolanas são conhecidas, mas não canonizadas, embora elas tenham tanta visibilidade quanto as escritoras brancas. Dedicam-se à literatura infantil, ao resgate de valores étnicos através da oralidade e da escrita, mas não

---

2 Agradeço à professora Denise Pini Rosalem da Fonseca o relato de uma mulher negra argentina militante antirracismo que afirmou em um colóquio realizado na Universidad de Buenos Aires em 2003: “(...) eu levei 10 anos para me convencer de que eu existo”.

3 O fato de ser conhecido não transforma um escritor em reconhecido. É a essa diferença que este trabalho se refere ao falar de cânones oficiais.

abordam a questão racial. Vale ressaltar que a sociedade angolana como um todo tem muita dificuldade em pautar a questão racial como tal.

Cabe aqui uma explicitação do argumento central deste trabalho. Estamos convencidas de que o texto literário, de acordo com a autoria e as temáticas abordadas, se constitui em um instrumento de resistência sociocultural e de militância política, mesmo quando não o faça de forma explícita. Nesse sentido, o texto é documento que expressa pertença, agenda política, estratégias de luta e valores éticos e estéticos.

Os gingongos<sup>4</sup> passavam muito tempo em redor da mangueira, tratavam-na e conversavam com ela com tanto carinho; era como se de uma pessoa se tratasse. Com o passar do tempo, a mangueira começou a florir, e aqui foram surgindo as primeiras contradições. Os donos da mangueira falavam dos futuros frutos com muito entusiasmo e o mesmo se verificava em relação aos irmãos, porque achavam que a árvore também lhes pertencia por direito, e pronto! (Fernandes, 2009: 23)

Maria Celestina Fernandes é uma escritora negra angolana e neste conto denominado “A árvore dos gingongos” privilegia o resgate sociocultural da etnia quimbundo,<sup>5</sup> povo de que descende.

A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
ecoou lamentos  
de uma infância perdida.

---

4 *Gingongo* é o jeito angolano de chamar o gêmeo, de indicar aquele que nasceu junto, que dividiu a casa da barriga por nove meses e saiu para o quintal do mundo acompanhado. Nascimento de *gingongos* pede festa dobrada.

5 A etnia quimbundo forma o grupo banto que habita as províncias do Bengo e Luanda, o Cuanza Norte, Malanje, o Cuanza Sul e parte do Bié, em Angola. Esse povo fala o quimbundo, língua da família banta. (*Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, 2001.)

A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela...  
(Evaristo, 2008: 10).<sup>6</sup>

Conceição Evaristo, escritora afro-brasileira, recupera através da sua literatura a questão racial e a ancestralidade dos povos africanos dirigindo-se, no poema acima, principalmente, à mulher negra brasileira. Ela fala de memórias, com ênfase na tradição oral, para legitimar um discurso de luta contra a opressão; contra a lógica da dominação branca; contra a invisibilização e o silenciamento das mulheres negras; contra os estereótipos construídos social e historicamente, que estigmatizaram e reificaram a mulher negra, impondo-lhe um lugar de subalteridade e inferioridade.

Ao falarmos de literatura negra, não nos baseamos somente numa referência racial, mas pensamos, antes de tudo, na maneira como o escritor vai tratar, vai lidar com esse dado étnico que ele traz em si. Falamos de uma literatura cujos criadores buscam conscientes e politicamente a construção de um discurso que dê voz e vez ao negro como sujeito que auto se apresenta em sua escritura (Evaristo, 1996: 2).

Para finalizar, estamos convencidas também de que muitas dessas escritoras negras não são reconhecidas pelos cânones – literários ou políticos – de seus países. Nesse sentido, o próprio fe-

---

6 Evaristo, C. “Vozes mulheres”, *Poemas de recordação e outros movimentos*, 2008.

minismo negro brasileiro sustenta uma imagem de mulher negra militante antirracismo que não necessariamente corresponde à de muitas das escritoras negras brasileiras. Na mesma medida, a sociedade angolana prefere manter a literatura nacional canônica em mãos masculinas, reservando para as escritoras negras angolanas a esfera da família e da criança.

É importante enfatizar que esta distância entre tornar-se conhecida como escritora e ser reconhecida como uma militante antirracismo está vinculada aos processos históricos vividos por cada uma das escritoras negras.

Ser escritora significa uma exposição na vida pública; significa se fazer presente em espaços do masculino, na medida em que público e masculino se confundem; significa invadir territorialidades historicamente construídas por Outros. Ser escritora é, por definição, ser intelectual.

Nosso principal argumento, portanto, é que ser escritora negra é um ato de rebeldia intrínseco. É invadir a territorialidade do Outro: masculina, branca, intelectual etc. Ser escritora negra é negar todas as históricas reificações da mulher negra brasileira. Ser escritora negra é lembrar que a luta das mulheres angolanas foi também a luta de muitos dos seus heróis.

### **Do meu rosário eu ouço longínquos batuques**

As narrativas literárias que aqui apresentaremos são de autoria de quatro escritoras negras, duas brasileiras: Conceição Evaristo (1946) e Vanda Machado (1942); e duas angolanas: Maria Celestina Fernandes (1945) e Maria João Chipavela (1960).

Conceição Evaristo é uma escritora mineira, nascida em Belo Horizonte, mestre em Literatura Brasileira pela PUC-Rio e doutora em Literatura Comparada pela UFF. Sua estreia na literatura acontece em 1990 na série *Cadernos Negros*, uma antologia editada anualmente pelo grupo Quilombhoje, de São Paulo, um coletivo de escritores afro-brasileiros reunidos desde 1978.

Na sua dissertação de mestrado intitulada *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), utiliza a narrativa literária para marcar um território negro, um espaço de resistência cultural e militância política.

Suas obras literárias são *escrevivências*.<sup>7</sup> Ao assumir uma escrita literária comprometida com sua existência, Conceição assume seu compromisso político como e com a “mulher negra”. Em recente encontro na UFRJ, a autora iniciou sua fala definindo-se como “escritora afrobrasileira”, pois para ela a criação literária, o ser escritora, é mais do que um comprometimento político, é um projeto costurado em prosa e verso.

Em seu romance *Ponciá Vicêncio* (2003), a personagem principal que dá nome a obra vive de memórias, é sempre interrompida em seus pensamentos, e ligada à imagem de seu avô falecido e que mal conhecera. A ancestralidade está marcada nessa obra, sobretudo quando a menina reproduz no barro a estética perfeita do avô. O braço magro, cotoco e virado para trás é a evidência de que se trata mesmo do avô que nunca foi visto pela personagem. Com o tempo, a semelhança entre *totem*<sup>8</sup> e personagem se acentua. Como seria de se esperar, o tempo é de extrema importância nesta obra, pois o passado e o presente se confundem, assim como os pensamentos de Ponciá: “A vida era um tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-depois-ainda. A vida era uma mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser” (Evaristo, 2003: 127).

---

7 No prefácio do livro *Poemas da recordação e outros movimentos*, Constância Lima Duarte declara que, em conhecida entrevista, Conceição Evaristo revelou a natureza íntima de sua criação literária através de uma única e sonora palavra: *escrevivência*.

8 Estamos convencidas de que esse pequeno objeto, essa imagem do avô no barro, representa um *totem*. Totem [De or. Algonquiana.] S. N. Animal, vegetal ou qualquer objeto considerado como ancestral ou símbolo de uma coletividade (tribo, clã), sendo por isso protetor dela e objeto de tabus e deveres particulares (*Novo dicionário Aurélio*, 1975:1392).

Ponciá Vicêncio experencia um processo de desterritorialização ao migrar do campo para a cidade, e nessa turbulência ela não encontra uma pertença. Outros fatores cotidianos pincelados na narrativa contribuem para que a protagonista fique cada vez mais presa a suas lembranças e ao avô reproduzido em barro, imagem que não se separa dela. A arte é um elemento de ligação entre a família: a mãe e a filha produzem estatuetas em barro. Essas estatuetas tinham um significado ancestral para a família, como se contassem a sua história.

Luandi José Vicêncio olhava o rosto conturbado da irmã, que caminhava em círculos. Ela era bonita, muito bonita. Desde pequena trabalhava tão bem o barro, tinha as artes de modelar a terra bruta nas mãos. Um dia ele voltaria ao povoado e tentaria recolher alguns trabalhos dela e da mãe. Eram trabalhos que contavam partes de uma história. A história dos negros talvez (Evaristo, 2003: 126).

Luandi é o irmão de Ponciá, que na narrativa vem para a cidade para se tornar um soldado. Para ele, ser soldado representava algo imponente. Mas seus pensamentos estavam sempre voltados para o momento de reunir a família novamente. A passagem acima se dá no final do romance, quando Luandi finalmente encontra Ponciá, perdida em suas memórias, em seus pensamentos; o seu corpo estava ali presente, sua matéria, mas ela estava longe, absolutamente ausente.

O romance de Conceição Evaristo destaca questões sociais e raciais que se mesclam na narrativa. Uma literatura de militância que denuncia o regime de semiescravidão nas zonas rurais, a precariedade das condições de trabalho e a opressão vivida pela mulher negra nesse contexto. O próprio sobrenome – Vicêncio – traz as marcas da escravidão negra: o Coronel Vicêncio era proprietário dos seus bisavós.

Não com menor importância, mas com outro enfoque, a narrativa literária de Maria Celestina Fernandes, uma escritora angola-

lana dedicada à literatura infantil, resgata mitos e crenças da etnia quimbundo, povo de que descende. Celestina nasceu em Lubango (sul de Angola) e licenciou-se em Assistência Social e Direito na Universidade Agostinho Neto. Como membro do OMA vivenciou todo o período de Guerra Civil, no pós-independência, em 1975, e sua literatura marca um momento de resistência sociocultural.

A motivação para dedicar-se à literatura infantil se deu nos anos 1980 quando emerge uma vasta produção literária para esse público. Havia uma preocupação social com a criança, a maior vítima da guerra. Outro fator de motivação para a ênfase no público leitor infantil é o fato de que a criança “faz par” com o mais velho no continente africano, à maneira de um contraponto de agentes sociais que são os portadores da esperança, da ancestralidade e dos nexos entre o que foi e o que será. Os mais velhos são aqueles que guardam sabedoria (*doma*) e acumulam práticas socioculturais (*griot*) que devem ser repassadas de geração a geração. O velho e a criança representam os dois extremos da oralidade e da ancestralidade dos povos africanos: aquele que entrega e o que recebe os legados.

Em seu conto “A árvore dos gingongos” a autora narra o mito dos gêmeos. Na etnia quimbundo os gêmeos são considerados os enviados da *Kyàndà*, deusa angolana das águas. São considerados seres especiais, sagrados e, quando um par de gêmeos nasce, a comemoração é bem grande. Eles exercem um certo poder entre seus familiares e despertam uma espécie de devoção, por isso não podem ser contrariados.

No dia em que os gingongos, os gêmeos, nasceram, a casa encheu-se de muita animação. Amigos e familiares compareceram em peso, trazendo cada um a sua oferta. Os bebês foram ungidos na testa com óleo de palma e foi-lhes dado a chupar mel. Houve cânticos e bater de latas pelo bairro para anunciar a boa nova. Papá Policarpo chamou os velhos companheiros de rebita e dançaram pela noite adentro. Comida e bebida não faltaram. É que as coisas são assim mesmo. Se os gingongos

são mal recebidos, ficam zangados, podem adoecer a ponto de morrer! Assim falam os mais velhos (...) (Fernandes, 2009:8).

Nessa passagem a figura significativa do mais velho está representada como aquele que também não pode ser contrariado, tal como se dá com os gêmeos. Assim falam os mais velhos..., e, com isso, os mitos e as crenças vão sendo transmitidos de geração a geração.

Os gêmeos chamam-se Adão e Eva, uma alusão ao mito cristão que originou a humanidade. Misturam-se nesta narrativa literária elementos do imaginário cristão com elementos de matrizes africanas: a ancestralidade, a oralidade, os mitos quimbundo. “Os povos escrevem sua história por meio de seus mitos, de suas crenças e valores. Os quimbundos contam o mito dos gêmeos ancestrais, Mpêmbe e Ndèle, para eles os primeiros habitantes de Angola” (Bueno *apud* Celestina, 2009:5).

Nesse conto, o espaço da narrativa literária é o espaço do musseque. O musseque na língua quimbundo significa areal. São regiões mais pobres e mais populosas, onde não há asfalto. O musseque pode ser também considerado um local de resistência sociocultural na medida em que mantém tradições e mitos de origem. Celestina privilegia esse espaço como forma de resgatar algumas práticas culturais que foram se perdendo, ou se recriando, com o subjugo lusitano; e de resgatar determinados valores pertencentes a uma cosmovisão africana: a ancestralidade, a família extensa, a oralidade e outros.

Mais tarde os gingongos foram tratados para crescer com muita saúde e paz, para não serem atormentados pelos maus espíritos. Para o tratamento, a velha mariquinha fez duas vestimentas em pano cru, nas quais colocou símbolos azuis e vermelhos; fez dois amuletos de madeira, rezas e fumaças; ungiu-os e pôs-lhes na boca óleo de palma e mel. Finalmente, sobre uma esteira, estendida no chão de terra batida, foi posta a mesa dos gêmeos, recheada de bons manjares da terra angolana: fúnji, feijão, canjica, quitande, peixe-fresco e seco,

carne fresca e seca, ervas, mandioca, batata doce, inhame, quiçângua, doçaria e vinhos (Fernandes, 2009:11).

Os *gingongos*, meses depois de seu nascimento, receberam o batismo cristão na Igreja de Santo Antônio. Mais uma vez, práticas culturais cristãs se mesclam com práticas ancestrais. Nesta narrativa literária de resistência, não observamos um processo de aculturação em virtude do jugo colonial, mas uma assimilação de determinadas práticas religiosas ocidentais e cristãs.

Nessa mesma linha da religiosidade, a educadora e historiadora Vanda Machado elaborou um Projeto Político Pedagógico sobre mitos africanos, denominado *Ire Ayó* (Caminho da felicidade), para uma escola<sup>9</sup> instalada dentro de um terreiro de candomblé: *Ilê Axé Opô Afonjá*, em Salvador, 1999.

Pensar o processo ensino aprendizagem de crianças na comunidade de terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá significa dar atenção especial à relação objetividade-subjetividade na educação. Significa dar especial atenção à educação deste “povo” que mantém todo um saber filosófico milenar, ligando sempre o presente ao passado pela memória coletiva ancestral. Memória coletiva que atualiza a existência da comunidade, fazendo erigir um sujeito autônomo pela sua individualidade preservada e magnificada pela filiação espiritual. E sujeito coletivo pela significação que é conferida ao seu grupo vivencial. Pensar educação tomando como referência este segmento significa dar atenção ao “lugar de onde se fala”, e significa, principalmente, contemplar esta comunidade com a sua própria cultura, sua cosmovisão, o seu jeito de ser e de estar no mundo (Machado, 2003:119).

Observamos que a escritora não pensa na educação e na prática educativa dissociadas de um determinado contexto socio-cultural. O processo ensino-aprendizagem deve ser estruturado a partir deste lugar no qual a comunidade se insere. Isso exige um conhecimento profundo das práticas cotidianas dessa comunidade e uma aproximação da escritora com a mesma. Por ser

---

9 Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos.

*ebome*<sup>10</sup> de *Oxum*<sup>11</sup>, a escritora “fala como sujeito e objeto deste estudo” (Machado, 2003:122). O “lugar de onde se fala” é o terreiro de candomblé. Logo, todo o processo de construção do *Ire Ayó* privilegiou os valores da cultura afrobrasileira.

Quando a escritora se refere ao “jeito de ser e de estar no mundo” está se referindo à vivência afrodescendente. Viver como afrodescendente, ou melhor, sentir-se afrodescendente é uma forma de estar no mundo e precisa ser uma “construção negra” (Machado, 2003:120). Vanda ressalta que a construção do “ser negro” pode ser vivencial, e por isso de cunho individual; mas a memória coletiva é indelével, ou seja, esta memória não se perde porque é ancestral, está intimamente ligada ao passado e ao presente.

A “pedagogia nagô” proposta por Vanda privilegia o espaço da religiosidade de matriz africana como uma forma de ser e de estar no mundo, já que possibilita uma recriação das tradições, dos mitos e dos elementos simbólicos da cultura afrodescendente. Para a escritora, ao longo da história da humanidade, o pensamento racional não substituiu o mitológico; eles se combinaram. No entanto, essa lógica da racionalidade foi se tornando hegemônica na civilização ocidental. Devido a esse fato, privilegiar o saber da comunidade religiosa, um saber ancestral, é permitir que a comunidade se descubra em sua afrobrasilidade:

o mito revigora por completo o eu e a comunidade. Retomando a importância dos mitos na educação, vale considerar que a criança negra carece de espelhos para sua vida. Carece de modelos e biografias. Aliás, o herói mitológico sempre foi uma necessidade do homem. A cultura afro-brasileira, no seu aspecto cultural e religioso, tem como fundamento muitos mitos para organizar-se. São mitos que revelam heróis e heroínas civilizatórios. São mitos que fundamentam a vida (Machado, 2003:124).

---

10 Segundo o dicionário Houaiss (2001), *ebome* é o filho ou filha de santo que já atingiu o período de sete anos de iniciado(a) e, portanto, já pode se tornar a ialorixá de seu terreiro.

11 *Oxum* é o orixá feminino das águas doces em geral.

O mito dos gêmeos, no conto da escritora angolana Maria Celestina, pode ser tomado como exemplo para compreendermos como os povos vão tecendo e recriando suas histórias a partir dos seus mitos e das suas crenças. A identificação com determinados mitos e valores ancestrais, ou melhor, a recriação desta mitologia é necessária, pois reconstrói uma pertença.

Como educadora, a qual visa uma prática transformadora, e como iniciada no candomblé, a escritora denota em seu projeto uma militância política, uma vez que se enuncia como sujeito e objeto de seu estudo. Educação e religião nesse sentido são práticas políticas e de militância, que possibilitam a construção de sujeitos políticos a partir de um saber ancestral, mitológico.

Privilegiando outro gênero literário, mas tendo como enfoque a criança, a escritora angolana Maria João em seu conto infantil “A escola e a dona lata” narra o trajeto de um menino para sua escola e o momento em que é surpreendido por uma lata velha no meio do caminho (seria uma referência às minas terrestres deixadas aos milhares pela guerra civil em Angola?). Os seres inanimados desta fábula – a lata, uma flor, uma abelha e um caracol – é que narram este conto.

O tempo de escrita da autora é o tempo da pós-independência e da pós-guerra civil, que Angola vivenciou por 27 anos. A escola da personagem encontra-se em estado precário e a lata encontrada no meio do caminho serve como assento para esse menino.

Os malfeitores levaram as carteiras e alguns meninos tentaram plantar alguma coisa, mas não cuidaram bem das flores e outros pisavam nelas e até mesmo os adultos não contribuíram para conservar os jardins. Restam apenas algumas árvores grandes cheias de flores lilases que às vezes servem para fazer de sala de aulas. É uma tristeza... – rematou a Lata (Chipalavela, 2008:11).

Essa fala narrada pela lata pode parecer muito ingênua, mas representa uma denúncia contra os malfeitores (seria a denúncia dos malfeitores o nexos da lata do conto com as minas terres-

tres?), os opositores do governo, que destruíram escolas, deixando crianças desamparadas, sem família e sem educação. A escola é, também, o espaço da sociabilidade, da interação e da construção de conhecimentos e valores sociais e morais. Destruir uma escola simboliza destruir todo um patrimônio e uma série de tradições que contribuem para a construção de um povo.

A ilustração do livro nos mostra um menino triste e solitário, vitimizado por essa guerra, o qual redescobre a alegria e a esperança de ir à escola com uma lata suja (uma tomada de consciência, a memória?). A lata, apesar de ser um objeto material e inanimado, representa para esse menino o afeto (memória e afeto podem se confundir, como foi o caso do totem de Ponciá). É algo que ao mesmo tempo pertence a ele e lhe serve como assento (memória pode ser suporte, apoio, fundamento, base), já que tudo lhe foi arrancado: a família, a escola... Apenas a lata suja permaneceu.

Observamos que este conto infantil possui um caráter revelador (de tomada de consciência); é uma literatura que se insere numa perspectiva de denúncia, que se dá nas entrelinhas, mostrando o que a guerra representou, não só para a criança, mas para todo um povo.

As sinergias entre essas quatro escritoras, e suas obras, já começam a desenhar uma imagem que é feita de certos elementos recorrentes: denúncia de opressão, afirmação de pertencas, revalorização de ancestralidade, memória como fundamento, palavra como instrumento de luta, identidade construída tendo por base materiais culturais, religiosidade mantida à margem das hegemonias.

Mas há muito mais ainda a ser conhecido. Quiçá ao percorrer as páginas que contam as histórias destas escritoras, e dos personagens a que elas dão vida, possamos entender de que são feitos os cânones, e o que neles não cabe, se não ocorrerem rupturas epistemológicas relevantes.

Esta é a nossa principal ambição: contribuir para que essas rupturas ocorram.

## Referências bibliográficas

BARRETO, Raquel Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. 127 p.

BUENO, Edna. Conversas de além-mar (prefácio). In: FERNANDES, Maria Celestina. *A árvore dos gingongos*. Ilustração: Jô Oliveira. São Paulo: DCL, 2009, p. 5.

CHIPALAVELA, Maria João. *A escola e a dona lata*. Ilustração: Victorino Kiala. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 2008.

EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. Dissertação de Mestrado em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996. 152 p.

\_\_\_\_\_. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FERNANDES, Maria Celestina. *A árvore dos gingongos*. Ilustração: Jô Oliveira. São Paulo: DCL, 2009.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, T. Madel (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 87-106.

MACHADO, Vanda. Por uma pedagogia nagô. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da (org.). *Resistência e inclusão: história, cultura, educação e cidadania afrodescendentes no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003, p. 119-137.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006.

## **Publicações acessadas pela Internet**

DUCADOS, Henda. 2004. A mulher angolana após o final do conflito. Disponível em <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/mulher-angolana.php>. Acesso em 18/05/ 2010.



## **OBIRIN DUDU: PERTENÇA RELIGIOSA E IDENTIDADE DA MULHER NEGRA**

Caroline Fernanda Santos da Silva

*Ye Ye Omi, Odo Ya Iyemonja.*

A grande Mãe, que teve muitos filhos e dentre eles *Esu*, o mais levado, que lhe dava muito trabalho. Por isso ela o colocou para brincar fora de casa, ao lado do portão e ordenou que cuidasse quem estivesse chegando e que todos deveriam prestar-lhe homenagem primeiro, antes de entrar. *Esu* sentiu-se importante, a grande Mãe não o havia castigado, mas educado.

Koyade, A grande Mãe, 2009.<sup>1</sup>

A grande Mãe que educa, trabalha, ama, vive e respira, representa a multiplicidade de mulheres e de funções, múltiplos significados envolvidos no constante processo de afirmação-negação de identidades e direitos. Negras, trabalhadoras, brasileiras, são a fonte de inspiração deste trabalho, pelo qual buscamos desvelar parte dessa resistência cotidiana e histórica, a partir de um olhar sobre a presença da mulher negra nas religiões de matriz africana de Porto Alegre.

Nosso objeto de estudo foi o papel desempenhado pelo Batuque<sup>2</sup> na construção da identidade racial de mulheres negras. O processo de construção dessas mulheres como sujeitos políticos evidencia sua força política e seu potencial de mobilização, possibilitando uma série de associações entre as mulheres negras, nas suas diversas formas de existir e resistir no mundo, e as orixás – divindades femininas.

---

1 Koyade é redator publicitário e compositor gaúcho, trabalha com elementos da mitologia de tradição *jêje* (denominado Batuque no Sul do Brasil) em várias de suas composições. As epígrafes que compõem este trabalho correspondem a passagens míticas descritas em Prandi (2001), revistas pelo artista com o objetivo de pontuar os temas centrais do trabalho e ainda relacionar a pesquisa com o universo mitológico dos Orixás.

2 Expressão da religião de matriz africana desenvolvida em Porto Alegre, RS.

É importante destacar o favorável cenário político em que se desenvolveu esse processo, especialmente a partir da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), que ocorreu no ano de 2005. Para Pereira (2008), tal cenário demarcou uma nova perspectiva conceitual, já que

a luta contra o racismo forjou uma história, muitas e novas consciências e práticas sociais, agregou espaços, auferiu conquistas materiais e simbólicas (...), mas carrega a limitação de só ir “até o meio do caminho”. A promoção da igualdade racial coloca-se a partir desse limiar e pretende superá-lo (p. 121).

A busca pela consolidação de uma política de Estado voltada à promoção da igualdade racial foi o que impulsionou o “povo do axé”<sup>3</sup> na elaboração de propostas para a I CONAPIR. A ação organizada coletivamente em diversas dessas instituições, com forte protagonismo feminino e suas lideranças religiosas, garantiu a destinação de cestas básicas do Programa Fome Zero<sup>4</sup> para suas casas de culto, contribuindo para a consolidação definitiva do território do sagrado enquanto executor de políticas públicas afirmativas<sup>5</sup> para a população negra brasileira. É desse marco referencial que partimos.

Cabe destacar que isso ocorreu em um contexto de mudança na discussão sobre a alimentação, tendo em vista que em setembro de 2006 foi promulgada a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), por meio da qual ficou instituído

---

3 Referência à música: “Povo do Axé” de Koyade. Álbum Koyade, Porto Alegre, 2006.

4 Ressaltamos que nosso foco de atenção não será a análise deste Programa em particular.

5 Para fins deste estudo, consideramos ações afirmativas como: “(...) as dinâmicas, práticas, meios e instrumentos que têm como meta o reconhecimento sócio-cultural, a promoção da igualdade (de oportunidades, de tratamento e de condições objetivas de participação na sociedade) e, portanto, a universalização (concreta) de direitos civis, políticos e sociais em uma dada sociedade” (Nascimento, 2006:19).

o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN).<sup>6</sup> Assim, a alimentação recebeu o *status* de direito, assegurado por um conjunto de políticas públicas de caráter permanente (Lopes, 2006; Moreira, 2007): temos aí uma mudança de paradigma no acesso à alimentação.

## Identidade e territorialidade

### *Omi Odo Iyemonja*

A Mãe das águas, sua imensidão se espalha por toda a parte, por toda a terra, desenhando, delineando, demarcando territórios, criando o Norte, o Sul, o Leste e o Oeste, separando e interligando através de suas águas os diferentes povos. *Ye Ye Omi*, Mãe das águas, marca seu território, demarcando o nosso.

Koyade, A Mãe das águas, 2009.

Esse mito de Iemanjá bem nos lembra seu papel na demarcação e criação de territórios em diferentes culturas. Por ser o oceano, a Mãe das águas conecta territórios e identidades, criando e recriando ilhas reais e simbólicas onde seus filhos formulam constantes “novas” formas de vivência.

Territorialidade e identidade são conceitos que convergem ao analisarmos os processos sociais que envolvem a re-construção da população negra na diáspora.<sup>7</sup> Ambos são conceitos relacionados ao poder, que geralmente está ausente das relações sociais estabelecidas pela população negra brasileira. Além disso, precisa-se considerar que a construção de sua identidade é fortemente permeada pela ideologia do branqueamento.<sup>8</sup>

---

6 Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

7 Sobre o tema, pode-se recomendar a leitura de Hall (2003) e Gilroy (2001).

8 Carone & Bento (2002) e Munanga (2004) sinalizam que essa ideologia foi forjada pelas elites intelectuais brancas em meados dos séculos XIX e XX, sendo evidenciada nas ciências, nas artes, nas pesquisas e na imprensa. Eles apontam que essa ideologia sofreu alterações no imaginário social com o passar do

Tais aspectos relacionam a existência da população negra em um constante processo de afirmação-negação de direitos, identidades e territorialidades. Essa territorialidade, construída ou reconstruída, se relaciona com um “pertencimento” e constrói uma identidade, buscando o retorno de valores do passado, mas, sobretudo, reinterpretando tais valores e símbolos culturais, impondo-lhes “novos” significados (Castells, 2002; Santos, 2008).

As discussões acerca de território nos demonstram o quão amplo é o conceito que, embora central para a Geografia, possui conotações em diversas áreas de conhecimento. O território é abordado aqui voltando nossa reflexão às pessoas que o constroem cotidianamente na multiplicidade de suas manifestações (Haesbaert, 2005; Santos & Silveira, 2004; Santos, 2007 e 2008).

Haesbaert (2005) sinaliza que o conceito de território possui tanto a conotação material/concreta, de dominação, como simbólica, de apropriação. Em ambas, ele se apresenta como processo e espaço socialmente construídos, sendo distinguido de acordo com os sujeitos que o constroem.

Já Milton Santos (2004, 2007 e 2008) sinaliza que território é um conceito híbrido e mutável, revelando ações passadas e presentes, congeladas nos objetos e constituídas na ação dos homens. Para definição desse conceito, o autor acredita ser indispensável considerar a interdependência entre a materialidade – o próprio espaço geográfico – e o seu uso – a ação humana.

Assim como o território, a noção de territorialidade nos interessa, tendo em vista que ela se constrói a partir da consciência de participação das pessoas que habitam o território (Andrade, 1994) – trata-se de um processo subjetivo de tomada de consciência do próprio espaço de vida. Assim, “a territorialidade (...) refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência

---

tempo, mas, apesar de o branqueamento físico da sociedade ter fracassado, “(...) seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro” (Munanga, 2004:16).

de um dado território por um determinado agente social” (Corrêa, 1994: 251-252).

A recriação de um universo negro-africano através das “casas de religião” é entendida como um duplo processo de reterritorialização para a população negra porto alegreense: tanto no que se refere à reconstrução de hábitos e valores culturais advindos de uma visão de mundo que parte de referenciais africanos, quanto no que diz respeito à disposição geográfica desses templos religiosos que, no pós-abolição, localizavam-se, majoritariamente, próximos ao centro da cidade e hoje encontram-se especialmente nas periferias.

Do patrimônio simbólico do negro brasileiro (a memória cultural da África) afirmou-se aqui como território político-mítico-religioso, para a sua transmissão e preservação. Perdida a antiga dimensão do poder guerreiro, ficou para os membros de uma civilização desprovida de território físico a possibilidade de se “reterritorializar” na diáspora através de um patrimônio simbólico consubstanciado no saber vinculado ao culto dos muitos deuses, à institucionalização das festas, das dramatizações dançadas e das formas musicais. É o egbé, a comunidade litúrgica, o terreiro, que aparece (...) como a base físico-cultural dessa patrimonialização (Sodré, 1988: 50-51).

Segundo Castells (1999; 2002), identidade é entendida como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (Castells, 2002: 22). Considerando que a construção das identidades sempre acontece em contextos marcados por relações de poder, o autor considera:

- Que a identidade legitimadora está relacionada às instituições dominantes da sociedade, em seu processo de busca pela expansão de sua dominação em relação aos atores sociais;

- Que a identidade de resistência é aquela criada pelos atores que estão em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas, construindo sua resistência com base em princípios diferentes ou opostos daqueles que permeiam as instituições da sociedade; e
- Que a identidade de projeto é possível quando os atores sociais constroem novas identidades capazes de redefinir sua posição social, buscando a transformação da sociedade.

Na discussão acerca da afirmação de novas identidades, Fonseca (2003:108) apresenta a estreita ligação entre certa concepção de identidade e certo “sentido de pertencimento”, a partir do qual se forjam “redes sociais de solidariedade”. Através dessas, se faz possível a ressignificação de valores e práticas culturais, buscando a construção de identidades pautadas em aspectos positivos.

Essas questões indicam a aproximação de tal processo ao que Castells (1999; 2002) denomina como identidade de projeto, possível quando os atores sociais buscam construir novas identidades a fim de redefinir sua posição social, buscando ao mesmo tempo uma transformação interna e externa, visto que querem também transformar a sociedade.

## **A presença negra e o Batuque no Rio Grande do Sul**

Quando se trata de pensar na presença da população negra no Rio Grande do Sul-RS é indispensável considerar o contexto de invisibilidades e lacunas históricas sobre a questão no Brasil e, particularmente, nesse Estado. A falta de conhecimentos dessa temática se inscreve a partir de uma somatória de fatores, dentre os quais se destaca o fato de o RS ser identificado, na maioria das vezes, como o Estado mais “branco” do Brasil.

Um olhar rápido sobre essa realidade social pode levar à crença de que a baixa expressão numérica da população negra aí

encontrada ocasionaria um insignificante desenvolvimento das religiões de matriz africana, o que não se confirma na prática.<sup>9</sup> Pode decorrer daí um fenômeno que emoldura a relação movimento negro-religiões de matriz africana-políticas públicas: a convivência com um tipo de discriminação quase onipresente, já que os negros compõem número pouco expressivo na cidade. Tal convivência ocasionaria uma maior combatividade com relação a essa discriminação, conduzindo a um maior número de reivindicações de ações por parte dos governos.

Para avançarmos na discussão, acreditamos ser indispensável lançar um olhar para a entrada dos negros no RS. Os estudos historiográficos chamam atenção para o grande contingente negro que ocupava a então Província Cisplatina até meados de 1850, tendo em vista que chegava a ultrapassar o número de brancos (Corrêa, 1998: 10). O principal local onde se concentrava o trabalho dos negros escravizados eram as charqueadas<sup>10</sup> e, com o seu declínio, houve o fim forçado da migração negra ao Estado, chegando a ser proibida por lei a entrada de negros vindos diretamente da África.<sup>11</sup> Para esse pesquisador, “o resultado disto é que os negros que permaneceram no extremo-sul ficaram isolados, conservando a herança cultural que os ancestrais haviam trazido, como a linguagem que compõe os cânticos” (Corrêa, 1998: 10).

Não restam dúvidas sobre a vasta composição do universo religioso negro gaúcho, derivado das diversas localizações geográficas e matrizes culturais de origem desses negros. A diáspora africana é o elemento que reflete a dispersão e a reconstru-

---

9 Analisando os dados do Censo Demográfico de 2000 comparativamente à Pesquisa Nacional de Análise por Amostra de Domicílios/PNAD de 2007, encontramos que em 2000 a população negra de Porto Alegre compunha 11% da população total da cidade e, em 2007, os negros perfaziam 17% do total dessa população.

10 Estabelecimentos de beneficiamento da carne bovina nos moldes do charque (Corrêa, 1998).

11 Lei nº 183 de 18 de outubro de 1850 (Corrêa, 1998).

ção dos povos africanos pelo mundo. Nessa re-construção, sob novas condições sociais e históricas, a África é “o significante, a metáfora”, o elemento que sobreviveu e seu meio de sobrevivência (Hall, 2003).

Com relação ao início da religião negra no RS, tudo indica que os primeiros terreiros foram fundados na região de Rio Grande e Pelotas no início do século XIX (Oro, 2002; Braga, 1998). São identificadas duas versões correntes quanto a seu mito fundador: uma que atribui o início do Batuque a uma mulher negra, livre, vinda de Recife; e outra que não o associa a um personagem específico, mas às nações africanas chegadas ao Brasil, como espaço de resistência à escravidão (Oro, 2002; Braga, 1998).

Podemos identificar algumas dimensões particulares que envolvem a construção histórica e social do Batuque nesse Estado, bem como na capital gaúcha. Elas seriam representadas, especialmente, pelo Mercado Público de Porto Alegre; pelo assentamento de Bará<sup>12</sup> no eixo central dos corredores do Mercado Público; e pela figura do Príncipe Custódio Joaquim de Almeida.<sup>13</sup>

No cruzamento de tais aspectos se desvelam os diversos territórios ocupados e construídos pela população negra e religiosa de matriz africana que, nos processos de proximidade/distanciamento, carrega em sua memória coletiva rastros que redesenam o sentido de um ser em processo diaspórico (Anjos, 2007).

As religiões de matriz africana se configuram ainda como uma territorialidade feminina, na medida em que é flagrante a presença majoritária de mulheres ocupando seus diversos ambientes, reconstruindo-as. Nas culturas africanas em geral, as

---

12 Considerado no Batuque do RS o primeiro dos orixás, dono dos caminhos e das encruzilhadas. Possui forte relação com o comércio e os mercados, sendo esse o seu reino. Duas correntes explicativas se cruzam e complementam sobre o assentamento de Bará: a de que ele teria sido realizado pelos negros escravizados na ocasião da construção do Mercado e a que atribui a iniciativa desse assentamento ao Príncipe Custódio.

13 A respeito deste importante personagem da religião negra no RS, ler: Oro (2007).

mulheres ocupam lugar central na reprodução social e familiar, já que exercem poder fundamental na organização social,<sup>14</sup> ou seja, “é reinventada uma etnicidade mítica resgatando uma maneira de ser e viver o feminino fora dos padrões hegemônicos da sociedade ocidental, que visa a subordinação das mulheres” (Vinagre Silva, 2008).

### **As muitas mulheres da Vila São José: uma territorialidade negra**

Considerando que as pertenças religiosas de matriz africana no Brasil constituem territorialidades nas quais as identidades negras encontram uma possibilidade ímpar de construção e afirmação, elegemos a comunidade terreira *Ilè Aṣe Iyemonja Omi Olodo* para realizar nossa pesquisa. Demonstrando aproximações com o processo que se desenvolveu nas demais regiões do Brasil, as “casas de religião” do RS localizam-se principalmente nos espaços periféricos das cidades e são frequentadas, majoritariamente, por pessoas de baixa renda, moradores de periferias, mulheres e negros (Corrêa, 1998: 42).

Historicamente situada no seio de uma comunidade popular de Porto Alegre, a Vila São José, a Comunidade *Ilè Aṣe Iyemonja Omi Olodo*, representa para a população vizinha e frequentadora um espaço de recriação de uma identidade negra, coletiva e “batuqueira”. Nessa comunidade terreiro, 100 famílias foram beneficiadas com as cestas básicas e durante o primeiro ano de atividade (2006) realizamos algumas das ações que serviram de base para a coleta de dados da presente pesquisa.<sup>15</sup>

---

14 O próprio mito da criação do mundo na cultura yorubá (conforme adaptação livre do mito extraído de Juliana Santos, 1997) ressalta a importância da conjugação entre os princípios feminino e masculino no processo de construção do *aiye*, a terra. *Oduduwa*, a beleza negra, princípio feminino, é considerada *Ya Mi*, a mãe da terra, visto que foi a primeira divindade a pisá-la.

15 Foram feitas reuniões mensais com representantes das famílias, momento em que se destacou a composição majoritariamente feminina do universo de

Para apreender as muitas mulheres que participam, construindo esse território, nossa pesquisa teve caráter quanti-qualitativo e as mulheres foram escolhidas não aleatoriamente.<sup>16</sup> O estudo foi norteado pelo princípio ético de respeito à integridade das mulheres envolvidas, sem discriminação de qualquer natureza.

O universo de entrevistadas foi composto por 21 mulheres, sendo que 18 responderam ao questionário fechado e três participaram da entrevista semiestruturada. Após as entrevistas iniciamos o tratamento dos dados, que expomos a seguir.

### **Vinte e uma mulheres do Ilê**

O universo de participantes da pesquisa compreende, em maior número, mulheres entre 30 e 40 anos (33,3%), sendo também significativa a faixa dos 50 aos 60 anos (28,5%). Quanto ao nível de escolaridade (Tabela 1), a maior parte dessas mulheres possui o Ensino Fundamental incompleto (33,3%), seguido por aquelas que possuem Ensino Médio completo (18,9%). Destaca-se, contudo, a existência da mesma distribuição entre as não-alfabetizadas e as que possuem Ensino Superior incompleto (4,8%) e Ensino Superior completo (4,8%).

---

participantes e o potencial transformador que a execução de políticas públicas em comunidades-terreiro possui.

16 Foram utilizados questionários com questões abertas e fechadas e entrevistas semiestruturadas. A partir de dados dos registros preexistentes do local foi possível identificar as mulheres moradoras da Vila São José, bem como suas condições socioeconômicas.

**Tabela 1: Nível de escolaridade das entrevistadas**

<i>Escolaridade</i>	<i>Nº de entrevistadas</i>	<i>%</i>
Não alfabetizada	01	4,8
E. Fundamental incompleto	07	33,3
E. Fundamental completo	03	14,3
E. Médio incompleto	03	14,3
E. Médio completo	04	18,9
E. Superior completo	01	4,8
E. Superior incompleto	01	4,8
Não informado	01	4,8
Total	21	100

Com relação à sua situação ocupacional (Tabela 2), os dados demonstram a fragilidade da inserção dessas mulheres no mercado formal de trabalho, uma vez que sua maioria (57,1%) está desempregada e outro grande grupo (19,1%) distribui-se entre pensionistas, autônomas e afastadas do trabalho por questões de saúde.

**Tabela 2: Situação ocupacional das entrevistadas**

<i>Situação ocupacional</i>	<i>Nº de entrevistadas</i>	<i>%</i>
Desempregada	12	57,1
Empregada	05	23,8
Recebendo auxílio-doença	02	9,5
Pensionista	01	4,8
Autônoma	01	4,8
Total	21	100

Além das 18 mulheres que responderam ao questionário, as outras 3 personagens dessa pesquisa são: *Iyemonja*, mulher negra de 53 anos que convive com a religião de matriz africana desde criança, apesar de ter assumido “compromisso” com a religião depois de adulta; *Oyá*, mulher negra de 53 anos que está na religião como filha de santo há 12 anos, apesar de sempre ter estado em contato com a religião; e *Oduduwa*, mulher negra de 31 anos que está na religião há 10, não participava ativamente desde criança, mas considera que recebeu a religião como uma “herança” da avó.

As duas etapas de nossa pesquisa contemplaram as seguintes categorias analíticas: classificação racial no Brasil atualmente; aproximações entre o Batuque e o movimento negro; “mulher negra”, políticas públicas e cidadania; e o papel da religião de matriz africana na construção do “novo” sujeito social “mulher negra”. A seguir descreveremos seus principais resultados.

### **A “mulher negra” que vive nas entrevistadas**

Com a categoria “classificação racial no Brasil”, tínhamos o objetivo de verificar o entendimento das entrevistadas a respeito de sua própria identificação racial. Na pergunta “Você considera que pertence a que raça?” (Tabela 3) apresentamos as seguintes opções de resposta: indígena, branca, negra<sup>17</sup>, nenhuma das alternativas e não informou.

Ressaltamos a concepção política contida nas opções apresentadas, tendo em vista a complexidade que envolve a questão da identificação racial na sociedade brasileira. Conforme Piza & Rosemberg (2002), essa é uma questão sujeita a condições e necessidades nacionais, dependendo dos significados sociais atribuídos à raça em cada sociedade. Portanto, numa sociedade onde o estigma relacionado à raça com frequência emerge explicitamente, “(...) a forma como os indivíduos estarão dispostos a se autot classificar, certamente, deve variar conforme as conjunturas nas quais ele se encontre” (Anjos, 2006: 58).

---

17 Destaca-se que ao apresentarmos a opção “negra” visamos ratificar nosso entendimento com relação aos segmentos pretos e pardos compondo o conjunto da população negra no Brasil.

**Tabela 3: Você considera que pertence a que raça?**

<i>Respostas</i>	<i>Nº de entrevistadas</i>	<i>%</i>
Negra	14	77,7
Branca	01	5,6
Indígena	01	5,6
NDA	02	11,1
NI	-	-
Total	18	100

A análise dessa informação nos conduz a três observações importantes com relação à identificação racial no Brasil atualmente: embora o padrão contemporâneo de identificação de raça venha sendo preferencialmente determinado por características físicas, baseando-se em um sistema combinado de cor da pele e traços corporais, percebemos nas respostas de nossas entrevistadas um alto índice de autodeclaração para a raça negra (77,7%). Destaca-se que isso ocorreu mesmo entre aquelas que poderiam ‘negociar’ socialmente seu pertencimento racial, haja vista os aspectos pontuados acima.

Refletindo sobre o processo de autoidentificação de raça em processos de pesquisa, Anjos (2006) sinaliza, com relação à sua variação, que essa

deverá ser levada em conta pelo pesquisador ao avaliar o efeito de sua presença no momento da pesquisa. Só a permanência em campo poderá apresentar ao pesquisador o lugar que uma ou outra classificação ocupa dentro do sistema completo de classificação do grupo. As categorias negro e preto aparecem com um caráter tanto mais estigmatizante quanto mais “estranho” parece ser o agente de pesquisa (Anjos, 2006:58).

Considerando a importância dessa colocação, entendemos que aí se desvela outro aspecto fundamental para a nossa análise: o papel da pesquisadora num processo em que a aproximação e/ou estranhamento decorrentes de sua presença nos parece ter influenciado as entrevistadas no momento de elaboração de

suas respostas. Além disso, e motivado pelas mesmas razões, entendemos que a “atmosfera” do local conduz seus frequentadores a uma identificação que se aproxima o máximo possível de um jeito negro de ser e estar no mundo.

Essa questão faz com que reforcemos nossa convicção de que as manifestações religiosas de matriz africana são meios que podem orientar o processo de construção da “identidade negra positiva”. Elas apresentam dados relativos à ancestralidade africana, possuindo particularidades raciais e culturais que recriam conteúdos que remetem a um modo de ser negro (Rodrigues, 2006).

### **Aproximações entre o Batuque e o movimento negro**

Nessa categoria analisaremos conjuntamente as respostas concedidas às questões do questionário e alguns aspectos apresentados pelas mulheres que participaram das entrevistas semi-estruturadas. Nosso objetivo era saber se as entrevistadas já haviam participado de alguma atividade do movimento negro; identificar seu entendimento sobre a importância das atividades propostas por ele; e verificar o tipo de relação identificada pelas entrevistas entre o Batuque e o movimento negro.

Entre as que responderam ao questionário, a maioria declarou que nunca participou de alguma atividade proposta pelo movimento negro (Tabela 4). Entendemos que esse aspecto chama a atenção para uma discussão presente no âmago do movimento negro brasileiro: sua busca para se consolidar enquanto movimento social, despertando uma “pertença racial”.

**Tabela 4: Já participou de alguma atividade do movimento negro?**

<i>Respostas</i>	<i>Nº de entrevistadas</i>	<i>(%)</i>
Sim, diversas vezes	07	38,9
Sim, algumas vezes	02	11,2
Nunca	09	49,9
NDA	-	-
NI	-	-
Total	18	100

Em estudo anterior (Silva, 2004) já nos perguntávamos o que explicaria a falta de base popular do movimento negro, tendo em vista que esse segmento compõe significativa parcela da população do país. Além disso, apontávamos que “chegar até os negros, conseguir sensibilizá-los à questão racial e formar no inconsciente dessa população uma identidade negra positiva, são alguns dos principais desafios que se colocam ao movimento negro” (Silva, 2004: 52).

Segundo Pereira (2008: 54), transformar o movimento negro em um movimento social significava a sua generalização em todo o tecido social brasileiro. O autor sinaliza que a condição essencial para tornar o movimento negro em um movimento social seria a formulação política acerca do papel dos “simbolismos de matrizes africanas, das recuperações históricas sobre a presença negra na história do Brasil e da valorização da estética afro”. Tais elementos contribuiriam na formação e reprodução de novos militantes, bem como na integração dos tipos diferentes de militância, como a juventude religiosa e adepta dos movimentos Hip-Hop, por exemplo.

Compreendemos que a possível aproximação entre o Batuque e o movimento negro aponta para possibilidades de mudanças na cultura brasileira. Em um trecho de seu depoimento, Oduduwa sinaliza uma consequência visível da atuação dos movimentos negros organizados quando identifica certa ambiguidade ao refletir sobre a situação do negro na sociedade atual:

Eu não sei... Ouvi dizer que hoje em dia (...) ser negro é moda agora também, né. Ser negro agora tá na moda, então entre aspas isso é bom e é ruim, né, porque é uma ironia, né, dizer que ser negro tá na moda, né, porque o nosso país é negro, disfarçaram, mas o nosso país é negro, não adianta. Colocaram aí umas colonizações, mas ele é negro. Então forçou a tu... Tu aproveita essa brecha pra te autoafirmar, mesmo, pra aparecer, então tu consegue te direcionar, né. Então agora tá na moda ser batuqueiro, tá na moda ser negro, tu consegue aparecer (...) (*Oduduwa*).

A “nova consciência negra” (Pereira, 2008) conta com os referenciais das religiões negras para sua consolidação, sendo resultado de uma interação mais cuidadosa por parte do movimento negro com as manifestações religiosas, possibilitando a ampliação de sua base social.

### **A religião de matriz africana e a “construção” de um “novo sujeito”**

Nosso objetivo com esse bloco foi verificar se e de que forma o Batuque contribui para a afirmação da identidade das mulheres participantes da pesquisa. Analisaremos conjuntamente as respostas a uma questão do questionário com alguns aspectos apresentados pelas mulheres que participaram das entrevistas semiestruturadas.

**Tabela 5: Considera que o Batuque contribui de alguma forma para a afirmação da tua identidade?**

<i>Respostas</i>	<i>Nº de Entrevistadas</i>	<i>(%)</i>
Sim muito	16	88,8
Sim pouco	02	11,2
Não	-	-
NDA	-	-
NI	-	-
Total	18	100

Todas as entrevistadas responderam que “Sim” à questão acima pontuada. Interessante observar a diversidade expressa nas respostas à questão “De que forma?”, em que podemos identificar dois grandes grupos de respostas.

Um grupo considera que o Batuque contribui para a afirmação de sua identidade por meio da incorporação e crença nos valores e hábitos advindos dessa religião, já que se manifestam em sua vida cotidiana. As mulheres sinalizam a fé, o caráter de refúgio ocupado pelo templo religioso, a possibilidade de ajudar as pessoas e o aprendizado para a vida como os maiores aspectos em que o Batuque contribui para afirmação de suas identidades. No trecho abaixo, Iyemonja relata em que medida essa religião lhe proporcionou uma maior aproximação à sua essência como ser humano:

Olha, influenciou sim, porque de uma certa forma, a questão religiosa de matriz africana... te remete... a um pertencimento na essência do que tu és como ser humano que a sociedade de maneira em geral não te proporciona (...). A partir do momento em que eu me comprometi com a essência da minha religião (...) eu me redescobri como pessoa, comecei a analisar de outra forma tudo que diz respeito à minha vida (...). Coisas que até então me passavam despercebidas (...) um exemplo: andar com os pés no chão, pra uma mulher negra de origem humilde, vivendo numa sociedade “europeia”, andar de pés descalços, dependendo de quem olha ... é uma afronta pra sociedade, nós não fomos feitos para andar de pés descalços, nós temos que

andar bem calçados, e, no entanto, qual é a nossa raiz? A raiz africana está ligada à terra, pra que melhor energia do que vem da terra? (...) então a sensação de andar pelo...pátio da tua casa pisando na terra é fantástica, e isso eu me descobri depois de adulta... Às vezes se cerceia uma criança a não vivenciar essa sensação tão magnífica que é a de andar descalço... então isso pra mim foi fundamental (*Iyemonja*).

Há um outro agrupamento que relaciona a contribuição da religião na afirmação de sua identidade com o processo de conhecimento-reconhecimento-afirmação das raízes históricas de seu grupo populacional, afirmando uma identidade com respeito às diferenças (18,9%). *Iyemonja* retrata tal questão em sua fala:

Bom... no meu dia a dia, a cada dia que passa, eu mais e mais me afirmo como... mulher negra, como religiosa, através da minha postura... ética... perante a sociedade, eu tenho muito mais consciência, eu hoje defendo a minha crença, defendo a prática da minha religião, defendo a logística da minha religião, porque até certo tempo atrás as pessoas tinham vergonha de se mostrarem, se mostrarem com as suas vestes que...se usa dentro de um espaço de terreiro, como se fosse... algo maligno, né, e no entanto existe toda uma beleza na questão das vestes que se usa... as nossas vestes de uma maneira geral estão muito ligadas à nossa cultura religiosa... Nós exteriorizamos essa beleza que vem dos orixás na nossa maneira de nos vestirmos, na nossa maneira de usarmos o nosso cabelo e eu me afirmo como mulher porque hoje pra mim é extremamente importante expor como é que eu me sinto bonita, eu me sinto bem e bela por dentro (...). Eu durante algum tempo busquei re-significar a minha existência como mulher, como ser humano e a religião me deu isso, ela me deu essa base... (*Iyemonja*).

A trajetória de vida de nossas entrevistadas revela aspectos importantes da construção de sua identidade racial, sendo possível identificar a ligação entre sua entrada e trajetória no Batuque e a assunção de uma postura afirmativa na sociedade com relação a uma identidade negra, pautada na diferença enquanto

direito. Na narrativa de *Oduduwa* tal questão se explicita quando refere a forma como o Batuque influenciou sua relação com a sociedade:

antes era aquela doutrina da TV Globo, né. O cabelo liso era mais bonito, a pele... ah eu sou morena, não sou negra, aquela doutrina que eles colocam na gente, né, era bem isso assim. Aí comprar a revista Nova, comprar revista de branco, olhar aquele corte de cabelo de branco, olhar o enfeite, a roupa, a moda de branco. E depois entrando pra religião... aí eu acabei tendo mais contato assim... com a cultura... eu digo mais com a consciência mesmo, né, de que o negro é bonito mesmo, de o cabelo do negro não é ruim, ele é outro tipo de cabelo, o *dred*<sup>18</sup>... que a gente fica com aquela coisa... ah esse cabelo sujo, eu aprendi... não o cabelo de *dred* tem uma aparência de sujo. Eu realmente... aprendi (*Oduduwa*).

Tendo em vista que as religiões de matriz africana apresentam dados relativos a uma ancestralidade negro-africana e possuem particularidades que remetem a um modo negro de ser e estar no mundo, entendemos ser esse um território importante para a construção e afirmação de um “novo” sujeito de direitos: a “mulher negra” brasileira.

### Considerações finais

A discussão aqui proposta tem como marco referencial a promulgação da Constituição Federal de 1988, que inaugura um “novo” posicionamento perante uma série de “novos” sujeitos sociais. Ao mesmo tempo em que procurou romper com as marcas deixadas pelo regime militar de 1964, o novo texto Constitucional elevou à categoria de sujeitos de direitos grupos secular-

---

18 *Dreadlock*. No Brasil, também é conhecido como rastafári, cabelo dividido em mechas em forma de trança que vêm desde a raiz e podem ou não ser entremeadas de contas e/ou linhas coloridas (*Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, 2001).

mente marginalizados na sociedade brasileira, como é o caso da população negra, das mulheres em geral e das mulheres negras, em particular.

As comunidades-terreiro mantêm, desde sempre, um *status* de instituições promotoras e mantenedoras do bem-estar material, emocional, espiritual e social dos seus adeptos e frequentadores, assim como da consolidação das suas cidadanias. Ao proporem outras formas de relações sociais e de convivência com a natureza, apostando na construção coletiva do espaço social, as religiões de matriz africana – por serem portadoras de outras concepções éticas – influenciam o cotidiano daqueles que têm nestas expressões de fé sua força para a “recriação” de estratégias de vida: são outras cosmovisões organizando outras formas de existir e resistir no mundo.

Acreditamos que a conjugação de territorialidade, identidade, “mulher negra”, religiões de matriz africana e políticas públicas no Brasil nos revele um amplo campo de estudos ainda a ser explorado pelas Ciências Sociais em geral e pelo Serviço Social, em particular, sobretudo quando associada à possibilidade de implementação de políticas públicas específicas. Por meio da reconstrução de uma identidade fragmentada pela diáspora africana, os negros no Brasil re-inventaram modos de vida a partir de relações permeadas por constantes processos de afirmação-negação de identidades, territorialidades e direitos.

Presenciamos assim uma continuidade nos valores civilizatórios negro-africanos, num processo em que o enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa conduz à afirmação de uma identidade, pressupondo o reconhecimento e o respeito à diferença.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel de. Territorialidade, desterritorialidades e novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder

local. In: *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994, p. 213-220.

ANJOS, José Carlos dos. A reterritorialização do negro no centro de Porto Alegre. In: *A tradição do Bará do Mercado*. Porto Alegre: PMPA/SMC/CMEC, 2007, p. 52-77.

\_\_\_\_\_. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRAGA, Reginaldo Gil. *Batuque Jêje-Ijexá em Porto Alegre: a música no culto aos orixás*. Porto Alegre: Fumproarte, Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 1998.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. V. I. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura.

\_\_\_\_\_. *O poder da identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. V. II. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Coleção: A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CORRÊA, Norberto. Prefácio. In: BRAGA, Reginaldo Gil. *Batuque Jêje-Ijexá em Porto Alegre: a música no culto aos orixás*. Porto Alegre: Fumproarte, Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 1998, p. 12-14.

CORRÊA, Roberto. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994, p. 251-256.

FONSECA, Denise Pini Rosalem da. Conversando sobre o conceito 'identidade cultural': questões sociais e percepções políti-

cas. In: MONTEIRO, Maria Conceição; LIMA, Tereza Marques de Oliveira (orgs.). *Dialogando com culturas: questões de memória e identidade*. Niterói: Vício de leitura, 2003, p. 117-122.

\_\_\_\_\_. O feminino, pelo feminino, em nome do coletivo: gênero, raça e testemunho literário. In: LIMA, Tereza Marques de Oliveira; MONTEIRO, Maria Conceição (orgs.). *Figurações do feminino nas manifestações literárias*. Rio de Janeiro: Caetés, 2005, p. 37-53.

GILROY, Paul. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade, *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, 2005, p. 6774-6792.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

KOYADE. Álbum *Koyade*. Porto Alegre: Demo Rap e Yahya Produções Artísticas, 2006.

MUNANGA, Kabengenle. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Alexandre. *Ação afirmativa: da luta do movimento negro às políticas concretas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

ORO, Ari. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. In: *Revista estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro, ano 24, n.2, 2002, p. 345-384.

\_\_\_\_\_. O Bará do Mercado Público. In: *A tradição do Bará do Mercado*. Porto Alegre: PMPA/SMC/CMEC, 2007, p. 30-51.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PIZA, E.; ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 91-120.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RODRIGUES, R. S. *Identidade negra em terreiros de candomblé de Belo Horizonte: um estudo psicossocial a partir do discurso de lideranças religiosas*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. FAFICH - UFMG, 2006. 160 p.

SANTOS, Juliana. *Os nagô e a morte*. São Paulo: Vozes, 1997.

SANTOS, Milton *et al.* *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da. *O Serviço Social lançando um olhar racializado a essa expressão da questão social*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Luterana do Brasil/ULBRA, Canoas, RS, 2004.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

VINAGRE SILVA, Marlise. O exercício do poder feminino na tradição étnico-religiosa Iorubá no Brasil: uma estratégia para concretizar direitos em uma sociedade globalizada e desigual. Trabalho apresentado na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social. O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual. Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região, *International Federation of Social Workers IFSW*. Salvador, 2008. CD-rom. 10 p.

### **Publicações acessadas pela Internet**

LOPES, Márcia. Respeitar o direito à alimentação é lei. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br/artigo>, 2006. Acesso em 28/09/2008.

MOREIRA, Crispim. O desafio da segurança alimentar. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br/artigo>, 2007. Acesso em 28/09/2008.

**Parte II**

**ONDE ELAS (NÃO) ESTÃO?**

**OUTRAS APROXIMAÇÕES  
DO ESTABELECIDO NO RIO DE JANEIRO**



# ENCARCERAMENTO FEMININO: EM PAUTA AS VOZES DAS MULHERES NEGRAS\*

Adriana Severo Rodrigues

## Introdução

Desde longa data, pesquisadores de diversas áreas<sup>1</sup> se debruçam sobre o tema do sistema prisional. Contudo, no que diz respeito ao encarceramento feminino, as informações ocorrem de forma generalizada, demonstrando pouco conhecimento sobre as peculiaridades que envolvem as mulheres que estão cumprindo pena, posto serem um quantitativo praticamente inexpressivo quando comparado ao masculino. No entanto, parte-se do reconhecimento de que não obstante as mulheres serem minoria nas populações encarceradas, constata-se atualmente (e como fenômeno que se globaliza) um incremento quantitativo nas taxas de encarceramento de mulheres (Chies, 2008). Este incremento propicia a falta de estrutura no que diz respeito ao tratamento oferecido às mulheres dentro da prisão. Afinal não são apenas “presos que menstruam”<sup>2</sup> e nas suas especificidades abre-se o leque de um universo feminino que integra a população que está encarcerada. Sendo esta mulher transgressora, essas especificidades se apresentarão em inúmeros matizes, violências, comportamentos, sonhos e vida diferenciada.

---

\* Este texto foi extraído parcialmente da dissertação de mestrado intitulada *À procura de novos caminhos: mulheres negras e suas experiências a partir do sistema prisional do Rio de Janeiro*, apresentada à PUC-Rio e financiada com bolsa de estudo da Fundação Ford (2008-2010).

1 Alguns dos mais relevantes são: no Serviço Social, Evangelista (1982), Pereira (1984) e Lewgoy (1990); na Antropologia, Caridade (1988); nas Ciências Sociais, Salla (1991) e Silva (1999); no Direito, Buglione (1997) e na Educação, Braunsstein (2007).

2 Termo cunhado por Rosângela Peixoto Santa Rita no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife, ao falar da especificidade feminina dentro do presídio.

Aliadas a esse contexto destacamos as especificidades das mulheres negras que tiveram suas vidas marcadas pela experiência no sistema prisional brasileiro, especificamente no Estado do Rio de Janeiro. Para identificação dos depoimentos, as próprias entrevistadas escolheram uma palavra que tivesse a mesma inicial do seu primeiro nome e que representasse algum significado para elas.

Contextualizando: dessa forma, nossa amostra inclui mulheres diferentes entre si, no que diz respeito ao momento do cumprimento da pena, e a aspectos sociais ou demográficos, tais como: idade, religião, situação social, estado civil, formato familiar, raça etc. No entanto, a análise terá como foco as experiências do cárcere, sob o olhar das mulheres entrevistadas que se autoneomaram *Amor, Coragem, Esperança, Liberdade, Lutadora, Tristeza, Jovem, Kardecista, Sentença* e *Vitoriosa*.

*Amor* é egressa, mulher parda de 25 anos, brasileira, casada, com Ensino Médio completo e natural da região Norte do país. Sua família está constituída pela sogra e pelo companheiro (que está preso), já que não tem filhos. Ela não refere problemas de saúde, mas informa que sua mãe tem alguns, contudo possuem acesso aos serviços públicos de saúde. Já fez curso profissionalizante de informática e empreendedorismo pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e já trabalhou em atividade remunerada antes de ser presa, nas funções de atendente e vendedora. Sua renda familiar é de até dois salários mínimos. Do ponto de vista religioso, foi católica, mas converteu-se ao neopentecostalismo, tornando-se membro da Igreja Evangélica Cristã durante o período passado na prisão. Esteve presa por três anos pelo crime de extorsão mediante sequestro.<sup>3</sup>

*Coragem* está em regime semiaberto, é uma mulher negra de 31 anos, natural da zona urbana do Rio de Janeiro. É brasileira, soltei-

---

3 Art. 159 - Sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate: pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. (Código Penal, alterado pela Lei n°. 008.072-1990).

ra e possui Ensino Fundamental completo. Sua família está constituída por três irmãos e ela não tem filhos. Refere ter diabetes, bem como outros membros de sua família, mas diz ter acesso aos serviços públicos de saúde. Fez curso profissionalizante de instrutora e já trabalhou em atividade remunerada antes de ser presa. Sua renda familiar é de até um salário mínimo. Ela não se converteu a nenhuma religião dentro da prisão, permanecendo com a crença espírita/kardecista. Continua presa e já cumpriu quatro anos de pena, respondendo pelo crime de homicídio simples.<sup>4</sup>

*Esperança* é egressa, mulher negra de 27 anos, natural da zona urbana do Rio de Janeiro. É brasileira, casada e tem o Ensino Médio completo. Sua família está constituída pela mãe, dois irmãos, filha e sobrinho; seu marido está preso e ela não recebe ajuda financeira dele, apenas de sua família. Não tem problemas de saúde, porém membros da família (não identificados por ela) têm, mas diz que têm acesso aos serviços públicos de saúde. Fez curso profissionalizante de auxiliar de enfermagem e já trabalhou em atividade remunerada antes de ser presa, como de escritório. Sua renda familiar é de até dois salários mínimos. Antes de ser presa, sua religião era a evangélica e permanece assim até hoje. Ficou presa por um período de três anos, um mês e oito dias e cumpriu pena pelo crime de tráfico de drogas.<sup>5</sup>

*Liberdade*, mulher parda de 43 anos, está em regime semi-aberto. Ela é natural da zona rural do estado Rio de Janeiro. É brasileira, casada, possui Ensino Fundamental incompleto (parou na 6ª série). Sua família é constituída por dois filhos – um adulto e um adolescente, que foram registrados pelo pai, mas

---

4 Art. 121 - Matar alguém: pena - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos (Código Penal, alterado pela Lei nº. 008.072-1990).

5 Art. 33 - Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar, consumir ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena: reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa (Lei n.11.343/2006).

não recebem ajuda financeira do mesmo. Ela tem apoio da família dela. Conta que ela, assim como os membros de sua família, tem problemas de saúde, mas não identifica quais; informa, ainda, que não tem acesso aos serviços de saúde, devido ao caos em que esses se encontram. Não tem curso profissionalizante, mas já trabalhou na função de costureira antes de ser presa e sua renda familiar é de um salário mínimo. Sua religião era católica, porém se converteu, durante o período de prisão, à religião evangélica. Está presa há sete anos, respondendo pelo crime de latrocínio.<sup>6</sup>

*Lutadora* é egressa, mulher negra de 20 anos, natural da zona urbana do Rio de Janeiro. É brasileira e casada, com Ensino Médio completo. Considera que sua família é constituída apenas pelos parentes adotivos: pai, mãe e dois irmãos; no entanto sua família biológica por parte de mãe é composta por 13 irmãos, e ela não tem filhos. Relata que tem problemas de saúde (vesícula), bem como sua mãe adotiva, que tem câncer. Ambas não acessam os serviços públicos de saúde porque têm plano de saúde particular. Fez curso profissionalizante nas seguintes áreas: *telemarketing*, informática e auxiliar de enfermagem. Trabalhou em atividade remunerada antes de ser presa, na função de operadora de *telemarketing*. Sua renda familiar corresponde a mais de três salários mínimos. Sua religião era a católica e permanece a mesma. Ficou presa por um período de sete meses, respondendo pelo crime de tráfico e associação ao tráfico.<sup>7</sup>

*Tristeza*, mulher negra de 31 anos, está cumprindo pena em regime semiaberto. Natural da zona urbana do Rio de Janeiro. Ela é brasileira, solteira e tem o Ensino Fundamental incompleto (parou na 5ª série). Sua família está constituída por sua mãe e

---

6 Artigo 157'3 - ocorre o latrocínio quando, para consumir o roubo, a violência empregada pelo agente causa a morte da vítima. Além da tipificação contida no artigo 157, §3º (in fine) do Código, pena de reclusão de 20 a 30 anos. (Código Penal, alterado pela Lei n.008.072-1990).

7 Art. 35 - Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e §1º, e 34 da Lei n.11.343/2006.

uma filha adolescente. A menina não é registrada pelo pai, e não recebe ajuda do mesmo ou de outro membro familiar. Refere que ela e os membros familiares não têm problema de saúde. Não fez nenhum curso profissionalizante e trabalhava como empregada doméstica e frentista antes de ser presa. A renda atual de sua família é de menos de um salário mínimo e sua família não recebe qualquer benefício assistencial do governo. A religião de *Tristeza* antes de ser presa era a evangélica e ainda permanece a mesma. Está presa há 11 anos e responde pelo crime de roubo.<sup>8</sup>

*Jovem*, mulher negra de 41 anos, é egressa e natural da zona urbana do Rio de Janeiro. É brasileira, separada e possui Ensino Superior incompleto (enfermagem). Sua família está constituída por seis pessoas, incluindo seus dois filhos de nove e 14 anos de idade, sua mãe e três irmãos. Não recebe ajuda financeira do pai de seus filhos ou de outro membro familiar. Ela e outros membros da família têm problema de hipertensão, mas têm acesso aos serviços públicos de saúde. Fez curso profissionalizante como técnica de enfermagem e azulejista. Trabalhou na atividade de técnica de enfermagem antes de ser presa. Sua renda familiar é de até dois salários mínimos e também conta com a renda do Programa Bolsa Família (benefício do Governo Federal). Quanto à religião se diz eclética; não se converteu, embora frequentasse o evangelismo na prisão, pois segundo ela era a opção mais ofertada. Ficou presa<sup>9</sup> por um período de um ano e dois meses, respondendo por tráfico de drogas.

---

8 Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

9 Reclusão e detenção. Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime. Art. 35 - Aplica-se a norma do art. 34 deste Código, *caput*, ao condenado que inicie o cumprimento da pena em regime semiaberto. Art. 40 - A legislação especial regulará a matéria prevista nos arts. 38 e 39 deste Código, bem como especificará os deveres e direitos do preso, os critérios para revogação e transferência dos regimes e estabelecerá as infrações disciplinares e correspondentes sanções.

*Kardecista* é uma mulher parda de 43 anos que cumpre pena em regime semiaberto. É brasileira, natural da zona urbana do Rio de Janeiro. É solteira, possui Ensino Médio completo. Não tem filhos e sua família está constituída pelo pai, um irmão e um sobrinho. Não tem problemas de saúde, porém seu pai tem hipertensão. Ela refere que o mesmo tem acesso aos serviços de saúde públicos. Fez curso profissionalizante de auxiliar de enfermagem e já trabalhou nas seguintes atividades antes de ser presa: feirante, serviços gerais, auxiliar de enfermagem, sapateira, ajudante de pedreiro e vendedora. Atualmente sua renda familiar é de até dois salários mínimos e ela não recebe nenhum benefício governamental. Sua crença permanece a mesma de quando estava em liberdade: espírita/kardecista. Ela está presa há cerca de três anos e responde por tráfico de drogas.

*Sentença* está cumprindo pena em regime semiaberto. Ela é uma mulher parda de 23 anos de idade, brasileira, casada, natural da zona urbana do Rio de Janeiro. Possui Ensino Fundamental completo e sua família está constituída por sua mãe e uma filha, e o marido está preso. Sua filha é menor e registrada pelo pai, mas não recebe nenhuma ajuda financeira e sua renda familiar é de até um salário mínimo. Diz não ter problemas de saúde, bem como seus familiares. Não tem curso profissionalizante, contudo trabalhou como gerente de pizzeria antes de ser presa. Sua religião permanece a mesma de antes da entrada na prisão: evangélica. O período em que está presa corresponde a dois anos e dez meses, respondendo por tráfico de drogas e associação ao tráfico.

*Vitoriosa* é egressa, mulher branca de 47 anos. Brasileira, separada, natural da zona urbana do Rio de Janeiro. Possui o Ensino Médio completo e sua família está constituída de dois filhos adultos e sua mãe, sendo que os filhos são registrados pelo pai, mas não recebem ajuda financeira deste. A renda familiar é de um salário mínimo. Fez curso profissionalizante de informática, tendo trabalhado como contadora antes de ser presa. Informa

que não tem problema de saúde, apenas a sua mãe (não informou qual). Quanto à religião, se diz espírita/kardecista e ficou presa pelo período de dois anos e um mês, respondendo pelo crime de estelionato.<sup>10</sup>

Expostos os perfis das mulheres entrevistadas, numa primeira análise dos dados de identificação encontramos algumas particularidades: trata-se de uma população de mulheres muito jovens, já que 60% delas têm idade entre 20 e 31 anos de idade e os outros 40% têm idade que varia entre 41 e 47 anos. Outros indicadores apontam a média escolaridade e a presença de filhos na família. No entanto optamos por recortar uma amostra equivalente ao relato de cinco mulheres que se autodeclararam negras: *Esperança*, *Coragem*, *Jovem*, *Tristeza* e *Lutadora*. E dessa forma questionar as diferenças e semelhanças vividas pelas mesmas na prisão.

## **Mulheres negras contando histórias: experiências da prisão**

### **Vida antes da entrada na prisão**

A partir dos dados coletados nos questionários observamos que as histórias destas cinco mulheres negras estão relacionadas de certa forma à realidade de muitas mulheres brasileiras pobres no que diz respeito à necessidade de trabalho e ao apoio familiar. A vida antes da entrada na prisão não é individual, na verdade, ela só existe para elas na coletividade do seio da família. Para *Esperança*, uma das mulheres pesquisadas, a sua vida era:

Um pouco tumultuada devido estar desempregada, ter uma filha pra criar e sem falar na preocupação que eu tinha com o meu companheiro que estava preso; pra falar a verdade, a minha vida já estava em função do meu companheiro, então eu

---

10 Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

posso dividir a minha vida em dois períodos: antes dele e com ele (Esperança, 27 anos).

As mulheres, em seu cotidiano contraditório, aparentemente moderno e mesclado da velha subordinação doméstica, vivem e constroem uma realidade social calcada historicamente pela dominação masculina, entretanto, mais forte e subjetivamente incorporada pela inculpação, em seus corpos e em suas mentes, da tradição cultural das diferenças dos papéis sexuais (Almeida, 2001). Cercadas pela rotina do convívio familiar, demanda comum ao universo feminino, falam de família, crianças, amores, trabalho, diversão, de suas imagens perante a sociedade, do conhecimento ou reconhecimento de sua sexualidade e expressam suas dificuldades financeiras advindas da sua realidade de baixa renda: “não se nasce mulher, torna-se” (Beauvoir, 1975).

A vida para algumas delas era “normal” (*Coragem*, 31 anos). A mesma normalidade que está presente em *Jovem* (41 anos): “Normal como toda a pessoa desempregada, lutando dia a dia pelo pão, após ter saído de oito anos e seis meses do regime militar como sargento enfermeiro”. Ou ainda, tranquila, como relata *Tristeza* (31 anos): “Minha vida era tranquila, porém com algumas dificuldades que hoje permanecem, mas hoje eu sei como lidar com as minhas dificuldades de forma positiva”.

No relato dessas mulheres aparecem suas trajetórias marcadas quase sempre pelo aspecto do trabalho, das dificuldades financeiras e do envolvimento com o grupo familiar.

### Vivendo na prisão

A maioria dos relatos centrou-se na questão da visita, conforme destacaremos a seguir, através dos trechos extraídos das falas de nossas pesquisadas.

Foi muito difícil, até porque, se em casa com a nossa família a convivência às vezes é difícil, imagina conviver com muitas

pessoas sem sequer conhecê-las. Fora isso tinha os dias de visitas que era o mais esperado, recebia a visita constante da minha mãe e da minha filha e de vez em quando dos meus irmãos: era o momento de mais emoção desse período que fiquei presa (Esperança, 31 anos).

No entanto, *Jovem* refere que:

Não aceitei visitas porque a presa era eu. Minha família deveria continuar a sua rotina, recebia Sedex e visita de custódia, meus filhos só me visitaram duas vezes, já que lá não era ambiente para eles, escrevia cartas para as colegas de pouco estudo, lia muito e fiz boas amizades (Jovem, 41 anos).

Contudo, a fala que melhor expressa o cotidiano de uma prisão feminina está centrada nas observações de *Lutadora*:

Acordava tipo 7h30min, às 8h tinha o confere [é desta forma que eles chamam quando contam o número das mulheres que estão presas]. O confere é cedo. Oito e pouca tinha o café da manhã, duas horas tinha o horário do culto, tinha culto de manhã e culto à tarde, de terça a sexta, depois de tarde tinha almoço. Às 17h tinha o lanche, das 18h30min às 19h tinha janta, que são as quentinhas, tinha culto, tinha Alan Kardec, aula de Espiritismo, aula de macumbaria tinha nas segundas-feiras. Banho de sol, terça e quinta. Quase todos os dias tinham televisão, às vezes música,<sup>11</sup> fazíamos pagode dentro das celas com baldes, quando as DESIPES [as agentes do Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro] não vinham e acabavam com a nossa graça, né (Lutadora, 20 anos).

O dia a dia da mulher que cumpre pena de prisão é minuciosamente regulado pela instituição e os horários rígidos não dei-

---

11 Sobre este assunto ver a parte II do livro *Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa*, organizado por Ana Carolina D. Escosteguy em 2008, intitulada “Mulheres privadas de liberdade e suas relações com o Rádio e a TV” que contém dois artigos: 1- “Amor e solidão pelas ondas do rádio no Madre Pelletier” de Geovana D’abreu Alvarez e 2- “A televisão na rotina das presidiárias do Madre Pelletier” de Terena Santana Miller. O livro já se encontra disponível na Internet.

xam margem a qualquer tentativa de superação da monotonia dos dias, invariavelmente iguais (Lemgruber, 1999). Mais precisamente o que Foucault (1997) chamou de exercício da disciplina, na qual supõe um dispositivo de poder que obrigue pelo jogo do olhar: “O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”. (Foucault, 1997: 164). Assim se exerce o poder ao controlar a rotina diária daquelas que estão encarceradas.

### Tratamento dado às presidiárias

As respostas contidas no questionário revelam que as mulheres reconhecem que o tratamento recebido por elas depende exclusivamente do seu comportamento perante o agente penitenciário. *Esperança* (27 anos) diz: “Bom, varia de unidade para unidade, em geral depende muito da direção da unidade e das inspetoras de plantão, mas em sua grande maioria o tratamento é desumano”. *Jovem* (41 anos) relata: “Conforme o que elas passavam, ou seja, elas tratavam mal quem as tratava assim. Eu dava educação e a recebia em troca”. *Tristeza* (31 anos) afirma: “Vou falar por mim, eu graças a Deus não tive grandes problemas, pois sempre tive um bom comportamento e isso sempre me beneficiou”; e *Lutadora* (20 anos) pontua:

Bom, tem uma questão assim, claro que ninguém quer ficar presa, a gente querendo ou não tem que ter disciplina, então, alguns funcionários, para eles quererem respeito, eles têm que dar respeito, não é porque a gente é errada, que nós estamos ali dentro, que a gente tem que ser tratada igual a bicho.

Na tentativa de impor a disciplina, o agente não pode contar, a princípio, com a obediência do preso (Lemgruber, 1999), o que faz com que o ambiente prisional fomente uma tensão entre as presas e os agentes. Sobre este assunto, buscamos reflexões em

Pereira (2006), ao analisar a pesquisa realizada pela mesma com os agentes para tentar entender este universo:

(...) as falas dos inspetores penitenciários se reportavam ao respeito que exigem do preso e que deve ser mantido de forma bastante penosa, quando nada se oferece ao preso. No linguajar prisional, essa categoria “respeito” aparece também como expressão da “moral”, da “autoridade” que o inspetor penitenciário impõe aos olhos dos presos, dos companheiros e da própria hierarquia funcional. Isto nos remete também ao funcionamento específico das relações sociais na prisão, à constituição da autoimagem profissional e aos mecanismos de reciprocidade que regulam a relação entre presos e funcionários, disse-nos um dos inspetores (p. 326).

Isso remete ao entendimento das relações conflitantes que se instalam nas relações entre encarcerados e encarceradores, ou ainda nas palavras de Pereira (2006), entre custodiados e custodiadores.

### **Considerações finais**

A vida para elas é uma Tristeza, é preciso ter raça e Coragem para enfrentar a vida no cárcere. Algumas são vencidas, morrem em vida, outras resistem e se mostram Lutadoras: “os desafios existem, mas se Deus me colocou aqui é porque sabe que eu posso suportar” pensa ela. E as outras? Às vezes é preciso recorrer à religião ou talvez a uma doutrina Kardecista, mas na calada da noite a solidão chega: menos um dia, pensam elas, na expectativa que o amanhã se renove, traga a Esperança para as mulheres mais velhas e a serenidade para aquela que é Jovem. E o sol? Hoje ele não apareceu, nem quadrado chega à insegurança para quem precisa cumprir a Sentença. Resta esquecer, mas nada pode ser esquecido para que elas nunca pensem em cometer outros crimes. O que importa agora é sair Vitoriosa, buscar novos caminhos... Quem sabe o Amor? (*Vozes nascidas no cárcere*, Adriana Severo, 2011).

Os dados trabalhados neste estudo dialogam com a premissa básica de uma visão entremeada pelos fatores constitutivos da realidade social. Falar de mulheres negras e prisão é descortinar um mundo que não se mostra, pois nossa sociedade está permeada de inúmeras desigualdades, no entanto, soma-se a isso a realidade de um sistema prisional ultrapassado que carrega as marcas da tradição e de violência de um passado escravista em uma sociedade racista. Infelizmente, observa-se que ideias racistas e preconceituosas permanecem ainda hoje nas estruturas e no imaginário da sociedade brasileira.

O racismo existe, produz efeitos, cria assimetrias sociais delimitando expectativas e potencialidades, definindo ainda os espaços a serem ocupados pelos indivíduos. Ao “fraturar” identidades, demonstra o quanto é fiel na balança que determina a continuidade de vida ou morte das pessoas (Flauzina, 2008).

Os relatos trabalhados neste estudo apontam que estas mulheres têm plena consciência do cometimento de seus delitos. Também foi observado que todas elas têm um comprometimento muito forte com a sua família. Talvez isso explique, embora não justifique, o fato de que cinco das mulheres que foram entrevistadas entraram para o crime em coparticipação do companheiro. O aumento nos crimes relacionados ao tráfico de drogas é outro dado constatado nesta pesquisa e pode ser visto na participação das cinco mulheres pesquisadas na venda de entorpecentes ou em conjunção do delito junto aos seus companheiros. Expõe a pobreza e a exclusão de alguns setores populacionais que têm, no bojo de uma sociedade orientada para o consumo, a insurgência do tráfico e dos crimes contra o patrimônio como meio de vida para algumas mulheres que em outras atividades não conseguiriam suficientes rendimentos para se manterem e subsidiar suas famílias (Wolff, 2007).

Longe de qualquer apologia ao crime e às drogas, não queremos aqui inocentá-las ou vitimá-las em função da submissão ou fator racial destas, mas cabe uma análise quanto às mesmas,

as vulnerabilidades sociais que são comuns a quase todas: o desemprego, a falta de oportunidade no mercado de trabalho e uma família dependente das mesmas. Tais fatores podem ocasionar um aumento na responsabilidade dessas mulheres dentro do conjunto de expectativas geradas socialmente e alimentadas pelo contexto familiar.

Contudo, não há como negar as estatísticas e elas apontam que no Estado do Rio de Janeiro a população negra está mais representada nas prisões: 67%, de acordo com a leitura realizada no banco de dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN), de 2009, enquanto que os negros na sociedade livre sumarizam 45% da população, segundo o economista Marcelo Paixão (ao apresentar os dados referentes ao censo de 2000). Quando ressaltamos essas estatísticas é para questionar qual é o posicionamento da sociedade perante essa realidade. Pois, conforme expressa Flauzina (2008: 161), “os níveis de criminalização de mulheres, que começam a crescer de maneira preocupante, atingem, nesses termos, especialmente as negras, por serem alvo preferencial de um sistema condicionado pelo patriarcalismo e o racismo”.

Sendo assim, se faz necessário pensar políticas públicas voltadas para as mulheres que estão cumprindo pena ou que são egressas do sistema prisional no Brasil. Desta forma, estaremos trabalhando para prevenir reincidências, bem como propondo alternativas de enfrentamento para a questão prisional feminina. No que tange às mulheres negras em particular, há que se buscar também o reconhecimento da negritude e o respeito à sua integridade física, mental, moral e social. Somente assim estaremos fomentando uma sociedade mais justa e igualitária.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Relume Dumará: UFRJ. Núcleo de Antropologia Política, 2001.

ALVAREZ, Geovana D'abreu. Amor e solidão pelas ondas do rádio no Madre Pelletier. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (org.). *Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008, p. 62-78.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. [1949]. v.2. 3.ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1975.

CHIES, L.A.B. *A prisão dentro da prisão: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul. Sínteses da pesquisa realizada com fomento do CNPq-Brasil e Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)*, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: histórias da violência nas prisões*. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico*, Rio de Janeiro, 2000.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL/LEP. Lei n.7.210/11/07/1984.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MILLER, Terena Santana. A televisão na rotina das presidiárias do Madre Pelletier. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (org.). *Comunicação e gênero: a aventura na pesquisa*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008, p. 79-107.

PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. *“O guarda espera um tempo bom”*: a relação de custódia e o ofício dos inspetores penitenciários. Rio de Janeiro, 2006 – Tese de Doutorado. Programa de Pós-

-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, Adriana Severo. *À procura de novos caminhos: mulheres negras e suas experiências a partir do sistema prisional do Rio de Janeiro*. – Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

WOLFF, Maria Palma. *Mulheres e prisão: a experiência do Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

### **Publicações acessadas pela Internet**

PAIXÃO, Marcelo. *Desigualdades raciais no Estado do Rio de Janeiro: um panorama através dos indicadores do Censo 2000*. (Nota de estudos 05/2003). Disponível em [http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/nota\\_05.pdf](http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/nota_05.pdf). Acesso em 15/01/2010.



## VENCEDORAS, ESTRATEGISTAS E INVISIBILIZADAS: MULHERES NEGRAS NAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA

Jussara Francisca de Assis

### **Mulheres negras: visibilizar é preciso!**

FALAR SOBRE as relações sociais, especialmente as relações de trabalho, que envolvem as mulheres negras configura-se num agradável desafio. Ser trabalhadora, estudante, mãe, esposa, filha e, sobretudo, mulher negra, representa ocupar um lugar no mundo. Esse lugar pode apresentar semelhanças quando consideramos mulheres em geral. No entanto, a dimensão racial a que cada mulher pertence lhe confere um lugar diferenciado, já que “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (Gonzalez, 1983: 224).

Nesse aspecto, as contribuições de Collins *apud* Caldwell (2000) são interessantes ao destacarem as imagens controladoras que permeiam as mulheres negras. No caso do Brasil, esse segmento social tem suas imagens representadas como aquelas que ocupam os lugares menos prestigiados e, conseqüentemente, mais subalternizados na hierarquia social. De acordo com Caldwell (2000: 102), “essas imagens controladoras servem para obscurecer e naturalizar práticas históricas e contemporâneas de dominação racial e de gênero”. Aqui, podemos contextualizar os termos de Gonzalez (1983) com estas imagens controladoras relativas às mulheres negras, ou seja, a de mulata, doméstica ou mãe preta. Embora as colocações de Gonzalez pertençam a um determinado tempo histórico, não podemos negar que tais imagens possuem presença ativa na memória da sociedade brasileira nos dias atuais.

Quando nos reportamos ao estudo da formação estrutural de nossa sociedade é inequívoco afirmar que o caráter racial é

extremamente relevante para compreendermos a dinâmica econômica, política, social e cultural de nosso país. Conforme Prudente (2009), as transformações que ocorreram no Brasil desde a colônia, passando pelo Império e ao longo de toda a República, foram mudanças quantitativas e paisagísticas, já que, em termos qualitativos, nossa sociedade se manteve idêntica ao longo de sua existência. O autor afirma que

a sociedade brasileira continua a ser um organismo social onde os homens brancos mandam e os pretos e pardos obedecem. Quanto a isso, é de notória visibilidade a ausência de negros, nos diferentes espaços de poderes, públicos e privados. Em outras palavras, a sociedade brasileira, a despeito de uma formal modernização, mantém até os nossos dias uma multiplicidade de hierarquias que se mantêm com inexplicável rigidez... (Prudente, 2009: 7).

Ao lado disso, as relações entre gêneros também vão imprimir particularidades na forma de vivenciar as variadas experiências. Embora tenhamos em nosso imaginário a noção de que todos são iguais, as experiências cotidianas vão nos mostrar que, para se atingir a igualdade, alguns pressupostos devem ser considerados. A cor da pele, a orientação sexual, as condições físicas e mentais e a condição de classe social, irão evidenciar se são mais ou se são menos iguais que outros. Dessa forma, ao escolher tal temática, procurei visibilizar as condições de trabalho e vida das mulheres negras, tendo a consciência de que tal empreendimento é uma tentativa de aproximação da realidade dessas mulheres.

A decisão em privilegiar tal tema pode ser ilustrada a partir das colocações de Minayo (2007:13):

a escolha de um tema não emerge espontaneamente, da mesma forma que o conhecimento não é espontâneo. Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionados, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos .

Nesse sentido, a inspiração para a dedicação sobre a temática ligada às mulheres negras tem relação com minha “inserção no real”. Ser mulher negra e fazer parte do mundo contraditório e complexo do trabalho possibilitou experiências árduas, porém enriquecedoras. A partir dessas experiências surgiram questionamentos a respeito dos papéis sociais exercidos pelos diferentes entes na dinâmica social. Havia a dificuldade de entender por que as relações de trabalho das quais eu fazia parte eram tão conflituosas e por que era comum a limitação em conciliar trabalho, estudo, baixos salários, limitações impostas quanto à mobilidade laboral, discriminação racial e tantas outras situações em que o fato de ter a pele negra e ser mulher parecia determinar meu lugar no mundo. Havia a inquietação em descortinar os motivos pelos quais grande parte da população negra brasileira e, principalmente, as mulheres negras estavam colocadas expressivamente em atividades mal remuneradas, precarizadas e pouco valorizadas.

A tomada de consciência da identidade negra foi reforçada a partir do ingresso, no ano de 2003, no pré-vestibular comunitário ligado Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro).<sup>1</sup>

No contexto da vida acadêmica, ao ingressar no curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi possível me apropriar, de maneira mais sistematizada, das questões sociais e relacioná-las à situação de desigualdade social da maior parte da população negra, sobretudo, das mulheres negras. À medida que os estudos se aprofundavam, foi possível perceber que as iniquidades sociais existentes entre os sujeitos não

---

1 Rede de cursos pré-vestibulares comunitários. É um trabalho social do Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS), departamento da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, uma associação da sociedade civil, sem fins lucrativos. A Educafro visa converter as estruturas institucionais que secularmente oprimiram o povo pobre e negro, de modo que essas instituições estejam a serviço dos excluídos. Disponível em: <[http://www.educafro.org.br/ind\\_001\\_sms.asp](http://www.educafro.org.br/ind_001_sms.asp)>. Acesso em 26/03/2009.

eram/são algo natural como o amanhecer ou anoitecer. Eram/são construídas socialmente, sendo influenciadas por dimensões históricas, econômicas, políticas e culturais.

Em 2006 veio a oportunidade de ingressar como estagiária de Serviço Social na sede de uma grande concessionária de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro. Nesse espaço, as mulheres negras eram infimamente representadas, especialmente na sede, onde, de um lado, as relações de poder e hierarquia se dão de forma mais evidente e, de outro, as condições de trabalho possibilitam a aferição de maiores salários. Daí podemos inferir que “não há neutralidade das empresas em seus atos de organizar, contratar, formar e promover as/os empregadas/os” (Carneiro, 2006:10). Nessa perspectiva podemos nos remeter a Gonzalez (1979:15), que faz a seguinte afirmativa:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto agozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa.

Diante dessa realidade pareceu-me importante analisar como iniciativas governamentais na forma de políticas públicas (ou o que se pretende conformar-se como tal) comportar-se-iam ao se depararem com as iniquidades que atingem as mulheres negras no mercado de trabalho. De acordo com as diretrizes do Programa Pró-Equidade de Gênero (PPEG),<sup>2</sup> supus que tal iniciativa provocasse um impacto na cultura organizacional e na gestão de pessoas de maneira que fosse possível debater e caminhar para

---

2 O Programa Pró-Equidade de Gênero (PPEG) foi criado pelo Governo Federal (2003-2006) através da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). Essa secretaria é responsável por estabelecer políticas públicas direcionadas à melhoria de vida das brasileiras, visando à eliminação da discriminação contra as mulheres, sobretudo, no mercado de trabalho.

a diminuição das desigualdades raciais e de gênero nos espaços empresariais. No entanto, ainda há um longo caminho a trilhar.

### **Breve panorama das mulheres negras no mercado de trabalho**

A busca por melhores condições de trabalho e formas menos discriminatórias e desiguais nas relações laborais tem uma trajetória considerável na histórica luta antirracista e antissexista das mulheres negras no Brasil. Conforme já visto, formas de resistência e articulações para melhores condições de vida têm feito parte da trilha percorrida pelas mulheres negras de maneira secular.

Racismo e sexismo, cuja presença é intensa nas diversas dimensões da vida social, sobretudo no trabalho, resultam de desigualdades historicamente construídas a partir de uma abolição inconclusa. De acordo com Sueli Carneiro (2006: 25), a massa de ex-escravos ficou relegada socialmente por meio de uma política eugênica de branqueamento da sociedade estimulada pela imigração europeia na qual políticas de exclusão impediram o acesso democrático dos negros à educação formal e ao mercado de trabalho.

Beatriz Nascimento, ao descrever a mulher negra no mercado de trabalho em 1976, discorre:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, *grosso modo*, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadoras rurais (Ratts, 2007: 104).

Ao refletir a realidade da mulher negra na década de 1970, o texto de Beatriz Nascimento (Ratts, 2007) pode ser considerado

atual, já que as tendências mostradas na citação anterior apresentam certa permanência. Contemporaneamente é sabido que alguns avanços são notados. Os níveis de escolaridade da população negra vêm crescendo ao longo dos anos, o que possibilita melhores resultados no campo laboral. No entanto, o caráter qualitativo do ensino precisa ser questionado, além das demais formas de disparidades sociais entre negros e brancos, que impedem aos primeiros melhores possibilidades de participação social no país.

De acordo com o documento “Tempo em curso”: boletim mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho brasileiro,<sup>3</sup> em setembro de 2009, existia aproximadamente 1,8 milhão de desempregados nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Desse total da População Economicamente Ativa (PEA), 56% eram do sexo feminino e 44% do sexo masculino. Nesse universo, ao se considerar o aspecto racial, os brancos eram 46% do total de desempregados, enquanto que pretos e pardos perfaziam 53,3%. Quando analisados os dados referentes ao sexo e à cor/raça, os homens brancos respondiam por 1,8% na PEA desempregada, mulheres brancas 26,2%, homens pretos e pardos 23,8% e mulheres pretas e pardas 29,5%.

Vejamos a seguir como se mostra o panorama relativo ao mercado de trabalho dos diferentes grupos sociais para que possamos compreender as complexidades relativas a tal setor, o que justifica a luta das mulheres negras em prol de maior equidade laboral.

---

3 Esse documento reúne pesquisas realizadas pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER), órgão ligado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O mesmo passou a ser publicado a partir de novembro de 2009 com o objetivo de acompanhar as assimetrias de cor ou raça e gênero, presentes nos indicadores do mercado de trabalho brasileiro, tal como captados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Disponível em <[http://www.laeser.ie.ufrj.br/tempo\\_em\\_curso.asp](http://www.laeser.ie.ufrj.br/tempo_em_curso.asp)>. Acesso em 23/02/2010.

**Tabela 1**  
**Rendimento habitualmente recebido pela PEA residente nas seis maiores regiões metropolitanas; Brasil, setembro de 2009**  
**(em R\$, set/09)**

Regiões metropolitanas							
Grupos	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total 6 RM
Homens Brancos	1591,96	2551,51	2076,98	2046,88	2041,98	1521,64	1969,36
Mulheres Brancas	1178,91	1840,28	1376,56	1417,12	1415,21	1161,38	1379,65
Brancos Total	1404,33	2201,37	1742,00	1764,88	1751,05	1356,70	1697,44
Homens Pretos & Pardos	789,23	1046,27	1014,45	1014,45	1011,62	961,36	998,58
Mulheres Pretas & Pardas	608,71	795,84	744,84	744,84	791,8	819,52	752,35
Pretos & Pardos Total	713,02	931,06	891,78	900,06	914,54	893,32	890,17
Homens	1040,33	1275,08	1568,54	1568,54	1685,78	1451,26	1537,10
Mulheres	806,67	964,12	1120,91	1120,91	1220,10	1114,76	1115,44
Total	938,7	1130,44	1372,88	1372,88	1473,72	1296,24	1346,73

Nota: População total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Ao considerarmos os dados apresentados na tabela acima em percentuais, veremos que a remuneração habitual média do trabalho principal para os brancos é 90,7%, superior aos pretos & pardos nas seis regiões metropolitanas. Quando analisados os dados no que diz respeito a cor e sexo, verifica-se o favorecimento dos homens brancos em relação aos pretos & pardos, com o diferencial de 97,2%. Já entre as mulheres brancas e pretas & pardas a diferença foi de 83,4% positivos para as primeiras. A comparação entre gêneros fica da seguinte maneira: a diferença na remuneração do trabalho dos homens brancos em relação

ao das mulheres brancas foi de 42,7% e em relação às mulheres pretas & pardas foi de 161,8%. As mulheres brancas obtiveram remuneração média 38,2% superior à média dos pretos & pardos (Laeser, 2009:13).

**Tabela 2**

**PEA Residente subocupada por insuficiência de rendimento nas seis maiores regiões metropolitanas, Brasil, setembro de 2009 (em nº de pessoas, peso relativo em relação ao total de ocupados e em relação ao total de subocupados)**

	<i>Subocupados por Insuficiência de Remuneração</i>	<i>Peso Relativo sobre Total de Ocupados do Grupo</i>	<i>Peso Relativo nos Subocupados</i>
Homens Branco	575.005	9,1%	15,8%
Mulheres Branco	771.702	14,1%	21,2%
Branco	1.346.707	11,4%	37,1%
Homens Pretos & Pardos	1.075.920	20,4%	29,6%
Mulheres Pretas & Pardas	1.194.169	28,5%	32,9%
Pretos & Pardos	2.270.088	23,9%	62,5%
Homens	1.658.603	14,1%	45,6%
Mulheres	1.976.352	20,2%	54,4%
Total	3.634.955	16,9%	100,0%

Nota: Produção total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

A subocupação por insuficiência de jornada de trabalho é entendida pelo conjunto de trabalhadores ocupados que trabalhavam menos que 40h/semana (trabalhadores em horário parcial)

e declaravam desejar trabalhar um quantitativo maior de horas. O peso dessa subocupação representava para os homens brancos um percentual de 17,0%; mulheres brancas, 30,1%, homens pretos & pardos, 19,6% e mulheres pretas & pardas 33,3%.

No que se refere às empresas, a pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas” (2010) apresenta os seguintes dados:

Considere-se que os negros formam 46,5% da população economicamente ativa (PEA) e 45% da população ocupada. (...). Ocupam, apesar dessas porcentagens, parcelas muito desiguais em relação aos não negros nos quadros de funcionários das empresas da amostra. Estão sub-representados. (...). A situação da mulher negra é ainda pior: 9,3% no quadro funcional, 5,6% na supervisão, 2,1% na gerência e 0,5% no quadro executivo, representando esta última porcentagem, em números absolutos, 6 negras (todas pardas) entre as 119 mulheres ou os 1.162 diretores, negros e não negros, de ambos os sexos, cuja cor ou raça foi informada pelas empresas respondentes (Ethos, 2010: 14-15).

De acordo com as informações acima, verificamos que a situação das mulheres negras no mercado de trabalho e, sobretudo, nas empresas, necessita de atenção. Faz-se necessária a adoção de políticas mais sólidas que deem conta de tal demanda. É inequívoco afirmar que houve uma evolução positiva da participação das mulheres negras, tanto na educação quanto no mercado de trabalho. Porém, é fato que o racismo e o sexismo continuam se mantendo como estruturas de longa duração (Braudel, 1992) nessas relações, o que impede a efetivação de políticas voltadas para a superação dos mesmos.

Nesse contexto, a criação do PPEG mostra-se interessante por conter, em seus pilares, objetivos que vão ao encontro dos objetivos de minimização das iniquidades vivenciadas por grande parte das mulheres negras no interior das empresas.

Os resultados encontrados na pesquisa - longe de serem es-

gotados, já que a realidade é dinâmica e transforma-se constantemente – apontam que algumas lacunas ainda precisam ser preenchidas e que o PPEG, embora possa ser considerado um marco importante, ainda não apresentava condições de atuar eficazmente nas desigualdades raciais atreladas às de gênero dirigidas às mulheres negras.

### **Vencedoras, estrategistas e invisibilizadas: as mulheres negras e suas realidades nas empresas estudadas**

O estudo de que resultou este artigo teve como intenção abordar a inserção de mulheres negras no mercado de trabalho, especialmente em grandes empresas brasileiras. A partir de pesquisas realizadas por diversos órgãos estatísticos<sup>4</sup> verificamos que as mulheres negras apresentam-se na base da pirâmide social. Tal tendência repete-se nas empresas, onde este segmento social possui presença ínfima, sobretudo no que concerne a ocupar altos cargos empresariais.

O PPEG é uma iniciativa do Governo Federal, gerenciado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Seu objetivo é a promoção da igualdade entre os gêneros nas empresas via novas concepções de gestão de pessoas e cultura organizacional. Desta feita, a indagação colocada é: de que maneira tal programa estaria contribuindo para a inclusão, permanência e ascensão de mulheres negras nas empresas participantes?

Para a realização desse exercício investigativo, foram elencadas três empresas da área de energia sediadas na região Sudeste do Brasil. Mediante o estudo da dinâmica do PPEG nessas empresas, buscou-se conhecer, por meio das narrativas das coordenadoras dos grupos de gênero, assistentes sociais e mulheres

---

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (DIEESE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos); Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER).

negras, o *modus operandi* do programa com seus alcances e limites em relação a acesso e mobilidade ascendente das mulheres negras. Além desses sujeitos, contou-se com as colocações da coordenação nacional do programa para verificarmos a maneira como o mesmo foi pensado e se as mulheres negras estariam no escopo da criação do PPEG.

Ao trilhar esse caminho investigativo foram adotados, como categorias de análise, o racismo e o sexismo enquanto estruturas de longa duração (Braudel, 1992). Nesse contexto, entendemos que racismo e sexismo persistem no imaginário coletivo, provocando o alijamento das mulheres negras de seus direitos sociais, dentre os quais o direito ao trabalho decente.

A engenharia que procura perpetuar as mulheres negras numa condição subalternizada toma o racismo, em suas particularidades brasileiras, como peça-chave de um processo que, pela via da invisibilização e desqualificação, determina lugares sociais desfavorecidos para essas mulheres. Assim, a desigualdade racial é desenfaturada e a desigualdade de classe é apontada como aquela que impede a população negra, e as mulheres negras em especial, de galgarem melhores condições de vida e trabalho.

As abordagens antissexistas e antirracistas têm ganhado terreno no ambiente corporativo que, a partir da década de 1990, vem procurando pautar a discussão sobre diversidade. Tendo como pano de fundo as práticas de responsabilidade social corporativa, alguns programas de incentivo às igualdades, racial e de gênero, têm feito parte do cotidiano das empresas. Sob a égide dessa tendência recente, nasceu em 2005 o PPEG.

Verificamos que as mulheres negras são sub-representadas nas empresas brasileiras. Além disso, a representação desse segmento social no quadro funcional das empresas também é reduzido em termos absolutos. A presença de mulheres negras nas grandes empresas geralmente tem ocorrido como decorrência dos processos de terceirização. Nesse contexto, conhecer como

o PPEG vem contribuindo ao longo de sua implementação para a modificação desse quadro de desigualdade mostrou-se um desafio interessante.

De acordo com a coordenação nacional do programa estudado, enfatiza-se a desmistificação e desnaturalização principalmente da desigualdade de gênero que, impregnada no tecido social, tem nas empresas campo fértil de disseminação, já que são espaços onde as relações de poder são intensamente vividas. Portanto, o programa preocupa-se em informar as organizações participantes sobre a desigualdade de gênero vivenciada pelas mulheres no ambiente de trabalho, tentando sensibilizar gestores e esclarecer ao corpo funcional como se dão as relações preconceituosas e quais os motivos.

Os avanços apontados pela coordenação geral do programa dizem respeito à ampliação de um comitê *ad hoc*, formado por especialistas em estudos sobre gênero, que é disponibilizado para auxiliar os comitês locais na implementação do programa.

No que diz respeito à atuação do PPEG, diante das questões que envolvem as mulheres negras, a coordenação nacional colocou que as desigualdades raciais são tratadas do mesmo modo que as desigualdades de gênero. Dessa maneira, busca-se a desconstrução das imagens estereotipadas das mulheres negras através da quebra dos paradigmas de segregação por cor/raça e sexo. A partir de tais afirmações, concluímos a não existência de abordagens mais sólidas e de medidas específicas em prol das questões que envolvem as mulheres negras. Conforme argumenta Bairos (1995: 459), “a opressão sexista é entendida como fenômeno universal, sem que, no entanto, fiquem evidentes os motivos de sua ocorrência em diferentes contextos históricos e culturais”. Por essa razão, as especificidades das mulheres negras ainda não são focadas pela gestão nacional do PPEG, que trabalha a questão das mulheres de maneira geral sem preocupação com o corte racial.

Os grupos de gênero pesquisados vêm trabalhando, sistematicamente, na sensibilização do quadro gerencial e do corpo fun-

cional de suas empresas, no que se refere às hierarquias profissionais que envolvem as mulheres nestes espaços.

A mudança de cultura sexista (em todas elas) e racista (apenas naquelas em que a coordenação já acumula um histórico de consciência racial) é tomada por esses grupos como o principal desafio a ser superado pelo programa. Há o reconhecimento dos limites impostos para a execução das ações, pois nem sempre o entendimento do conceito de gênero e raça é absorvido pelo corpo funcional das empresas, inclusive pelas próprias mulheres negras entrevistadas, que percebem o assunto como secundário.

No entanto, houve conquistas significativas, tais como: campanhas de combate à violência contra as mulheres; ampliação de licença maternidade para 180 dias; combate ao assédio sexual e moral no ambiente de trabalho; criação de sala de coleta de leite materno numa delas e plano médico homoafetivo.

Vale ressaltar que a adesão dessas empresas ao PPEG possibilitou o conhecimento do perfil de seus empregados. O critério de preenchimento de uma ficha perfil, solicitada pela Secretaria de Políticas para Mulheres, fez com que as empresas visualizassem de que forma o corpo funcional é constituído, a partir de informações como faixa etária, sexo e escolaridade. Contudo, um dos aspectos mais positivos diz respeito ao quesito raça/cor. A identificação racial do corpo funcional nas empresas, usualmente, encontra resistências. A concepção de igualdade entre todos e todas e o imaginário de que não existe racismo no Brasil, muitas vezes, provocam constrangimentos ao se abordar o assunto. Desse modo, o preenchimento da ficha perfil possibilita maior conhecimento dos lugares de pertença racial de seus empregados, revelando para as empresas o seu retrato.

Quanto às abordagens sobre as desigualdades que atingem as mulheres negras no ambiente corporativo, os grupos de gênero mostraram não existir medidas que tratem do impacto racial e sexista inerente a esse grupo. A inclusão e a mobilidade ocupacional das mulheres negras nessas empresas se dão por outros

meios que não o PPEG. Nisso, apesar de as empresas estudadas terem recebido o Selo Pró-Equidade, que objetiva a eliminação das discriminações existentes no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego das mulheres, os grupos de gênero não têm obtido sucesso nessas finalidades.

Não obstante o programa se coloque como uma ação afirmativa, este não apresenta medidas mais tangíveis que garantam a inclusão e a mobilidade das mulheres negras nas empresas. Acreditamos que o fato de as empresas participarem do programa voluntariamente, sem a necessidade de cumprimento de metas concretas, impossibilita a consecução de resultados positivos tangíveis.

A possibilidade de tal iniciativa vir a ser uma política de ação afirmativa plena, com a destinação de um percentual para as mulheres e, para as mulheres negras em especial, não é visualizada pelas coordenadoras do PPEG. A justificativa reside no fato de o programa não ter tal finalidade explícita. As coordenadoras sustentam que essa iniciativa deverá ser tomada por instâncias maiores, ou seja, pelo governo federal.

Nesse cenário de complexidades, procuramos conhecer e destacar as relações de trabalho das mulheres negras a partir de suas narrativas, com o intuito de identificar quais seriam os reflexos do PPEG em seus cotidianos laborais. Verificamos que o programa não tem sido considerado pelas mulheres negras entrevistadas como um elemento possibilitador de uma inclusão mais justa de mulheres negras nas empresas no momento da pesquisa.

Cabe salientar que o programa é percebido por essas mulheres negras como um inibidor de práticas discriminatórias explícitas. Contudo, a pesquisa mostrou que elas consideram mais importantes o fato de se conseguir ingressar nas empresas via aprovação em concurso público do que por uma ação afirmativa. Dessa maneira, o acesso das mulheres negras às empresas tem no preparo educacional seu maior aliado e elemento mais valorizado. Há o reconhecimento por parte das entrevistadas de que o PPEG é positivo, no entanto, afirmam que ainda existe muito a fazer.

As falas das mulheres negras apontam para uma percepção generalizada de que o fator racial não determina a existência de discriminação e sim o fator socioeconômico, ou seja, a classe. Percebemos a permanência da crença da não existência de discriminação baseada em cor/raça em seus ambientes de trabalho. No entanto, no desenvolver das entrevistas, relatos de discriminação baseados em termos raciais apareceram. Desse modo, concluímos que, mesmo diante da negação do racismo (longa duração do mito da democracia racial) houve momentos em que essas mulheres viveram experiências marcadas pelo fator racial. Logo, o elo que une as diversas experiências das mulheres negras é o da questão racial.

Sem a intenção de esgotar o tema, acreditamos que, mesmo diante dos limites verificados na execução do programa, os objetivos e práticas do PPEG servem de parâmetros para que sejam desenvolvidas políticas públicas de ação afirmativa para as mulheres negras nas empresas no Brasil.

Para finalizar, cabe pontuar os principais achados da investigação, a saber:

1. A coordenação nacional do PPEG, responsável pela concepção, implantação e atualização do programa a nível nacional, teve como objeto central da sua preocupação a desigualdade entre os gêneros nos espaços empresariais. Se de um lado é inquestionável o avanço que esse programa representa para as mulheres brasileiras em termos da sua experiência laboral, por outro lado as desigualdades entre essas mesmas mulheres, sejam de classe, escolaridade e, principalmente racial, não são questionadas pelo programa;
2. Permanece, portanto, em aberto, a necessidade do enfrentamento pelo Estado brasileiro das desigualdades sociais, econômicas e políticas entre mulheres de distintos grupos raciais;

3. As coordenadoras do PPEG nas empresas têm um forte papel na sua implantação no ambiente onde atuam. Aquelas que acumulam um histórico de consciência de pertença de gênero ou racial imprimem ao PPEG em sua empresa um tom que aprofunda essas questões. No entanto, quando as coordenadoras locais não têm na sua formação pessoal ou profissional um acúmulo de discussão sobre gênero ou raça, o silêncio da coordenação nacional do programa não ajuda a avançar para além dos aspectos técnicos da implantação do mesmo. Pode-se dizer que, nesses casos, o programa “fica no papel”;
4. Quanto às mulheres negras, trabalhadoras do espaço empresarial, podemos dizer que: (a) na sua maioria, permanece no seu imaginário o mito da democracia racial; (b) na sua maioria, permanece o discurso meritocrático, decorrendo daí certa negativa de aceitação de políticas de ação afirmativa para as mulheres; (c) na sua maioria, embora não acreditem na discriminação racial, experimentaram ou experimentam discriminação de gênero e racial no ambiente de trabalho; (d) há um consenso sobre a importância do PPEG, principalmente pelo fato de este representar uma oportunidade de extrair da invisibilidade as questões relativas a gênero e raça.

Pergunta: Vencedoras, estrategistas *ou* invisibilizadas?

Resposta: Vencedoras, estrategistas “*e*” invisibilizadas.

Vencedoras porque se percebem como indivíduos da população negra que alcançaram uma posição socioeconômica pouco comum entre os seus pares.

Estrategistas porque para chegar – e se manter – aonde se encontram – foram – e são – necessárias táticas precisas, que incluem: educação formal (passar em concursos), “saber se colocar” (conhecer e reproduzir códigos de conduta – éticos e estéticos – socialmente aceitos ou impostos) e desenvolver boas

relações sociais (conquistar a simpatia e/ou empatia de colegas e, principalmente, dos superiores).

Invisibilizadas porque os números expressos nas estatísticas demonstram com clareza a perversidade da permanência do sexismo e do racismo no espaço empresarial, por constituírem duas estruturas de longa duração.

Por todas essas razões é que urge a criação de políticas públicas de ação afirmativa, especialmente desenhadas para as mulheres negras brasileiras.

Em suma, entende-se que iniciativas como o PPEG configuraram-se num movimento positivo de minimização das desigualdades direcionadas às mulheres em organizações e empresas. Tal fato deve ser celebrado como uma importante iniciativa.

Vale destacar que a pesquisa que resultou neste ensaio está datada. A atual edição do PPEG apresenta uma mudança que a meu ver é positiva. Em sua quarta edição (2011–2012) o programa passa a ser intitulado “Programa Pró Equidade de Gênero e Raça: oportunidades iguais, respeito às diferenças”. Diante dessa mudança podemos inferir que as particularidades das mulheres negras poderão ser tratadas de forma mais atenta e cuidadosa. A partir dos títulos e nomenclaturas que são atribuídos às iniciativas, podemos vislumbrar a intenção contida nas entrelinhas desses títulos. Assim, embora os limites permaneçam, não podemos deixar de considerar que o PPEG se manifesta como um parceiro importante que, a partir da intenção daquelas e daqueles que o pensam e que o colocam em prática, pode vir a ser um instrumento importante para a superação do racismo e do sexismo nos espaços de trabalho empresariais.

## Referências bibliográficas

ASSIS, Jussara Francisca de. *Vencedoras, estrategistas e/ou invisibilizadas?: um estudo das possibilidades e dos limites do Programa Pró-Equidade de gênero para as mulheres negras nas empre-*

sas. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Movimentos sociais e urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.

MYNAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10.ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

PRUDENTE, Wilson. *A verdadeira história do direito constitucional no Brasil*. v.1. Niterói, RJ: Impetus, 2009.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

### **Publicações acessadas pela Internet**

ASSIS, Jussara Francisca de. *Vencedoras, estrategistas e/ou invisibilizadas?: um estudo das possibilidades e dos limites do Programa Pró-Equidade de gênero para as mulheres negras nas empresas*. 2010. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2010. Disponível em [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0812001\\_10\\_Indice.html](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0812001_10_Indice.html).

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: *Estudos feministas*, v.3, n.2, 1995. Disponível em <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/10112009-123548bairros.pdf>. Acesso em 05/01/2008.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: *Estudos feministas*, v.8, n.2. Florianópolis: UFSC,

2000, p. 91-107. Disponível em <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/16112009-035108caldwell.pdf>. Acesso em 10/02/2010.

CARNEIRO, Sueli. Desigualdades raciais: fontes de conflitos e violência social. In: INSTITUTO ETHOS. *O compromisso das empresas com a promoção da igualdade racial*. GONÇALVES, Benjamim S. (coordenação e edição). São Paulo: Instituto Ethos, 2006. Disponível em [http://www.geledes.org.br/attachments/1107\\_Inclusao\\_racial\\_empresas.pdf](http://www.geledes.org.br/attachments/1107_Inclusao_racial_empresas.pdf). Acesso em 21/03/2008.

ETHOS. Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas – Pesquisa 2010. Disponível em [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil\\_2010.pdf](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil_2010.pdf). Acesso em 14/07/2011.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: *8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association*. Pittsburg, 1979. Disponível em [http://www.leliagonzalez.org.br/material/Cultura\\_Etnicidade\\_e\\_Trabalho.pdf](http://www.leliagonzalez.org.br/material/Cultura_Etnicidade_e_Trabalho.pdf). Acesso em 25/11/2009.

LAESER. LABORATÓRIO DE ANÁLISES ECONÔMICAS, HISTÓRICAS, SOCIAIS E ESTATÍSTICAS DAS RELAÇÕES RACIAIS - Instituto de Economia da UFRJ. *Tempo em Curso*: boletim mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho brasileiro. v.1, n.1, nov./2009. Disponível em <http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/tempoEmCurso/TEC%202009-11.pdf>. Acesso em 15/12/2009.



# BRANCAS VIRTUAIS: MULHERES NEGRAS NO SETOR BANCÁRIO

Vanessa Santos do Canto

## Introdução

DIVERSOS SETORES da sociedade insistem, desde as três últimas décadas do século XX, em proferir a palavra “crise”. Geralmente, este termo anuncia que algo na sociedade está mudando; é uma espécie de sinal de que nada mais será como antes, um desconforto. Além disso, após a queda do Muro de Berlim, observa-se uma intensificação desse sentimento, visto que sucumbem os últimos alicerces que ainda sustentavam a antiga ordem bipolar do mundo. Nesse sentido, a denominada “crise das instituições” pode ser considerada como o surgimento de sintomas de profundas transformações sociais que demarcariam a passagem das sociedades disciplinares descritas por Foucault (2007), nas quais predominava o trabalho fabril, para as sociedades de controle, nas quais a lógica empresarial predomina em toda a sociedade (Deleuze, 1992).

Dessa forma, a partir das contribuições teóricas de Michel Foucault e de outros filósofos que podem ser considerados alinhados à perspectiva de uma ontologia do presente, pretende-se articular macroanálise e microanálise a fim de discutir a inserção profissional das mulheres negras no setor bancário brasileiro e, em especial o do município do Rio de Janeiro, notadamente da década de 1990 em diante. Além disso, busca-se realizar um debate teórico que articule os processos identitários de gênero<sup>1</sup> e

---

1 Entretanto, é importante destacar que, apesar dos avanços trazidos pela categoria gênero nas pesquisas acadêmicas, sobretudo históricas (Scott, 1990), e de sua aproximação com a noção de poder desenvolvida por Michel Foucault, deve-se esclarecer que, ao se analisar criticamente o gênero como construção social do corpo (o que não será possível neste trabalho), percebe-se que são introduzidas novas hierarquias entre as mulheres e mantém-se a dicotomia entre mente e corpo instaurada a partir de Platão. Para um aprofundamento desse ponto recomenda-se a leitura de Butler (1993; 2003) e Haraway (2004).

raça<sup>2</sup> e a nova centralidade do trabalho vivo, por meio da perspectiva crítica desenvolvida a partir do movimento operaísta italiano.

É importante destacar que essa preocupação se deve ao fato de que, apesar de se observar um aumento significativo dos estudos feministas, de mulheres e de gênero no âmbito acadêmico, ainda se pode perceber muita resistência no que se refere à incorporação de estudos sobre mulheres negras. Pode-se dizer que as mulheres negras são atingidas por aqueles procedimentos de exclusão de que trata Foucault (2008) ao analisar os modos de produção, controle, seleção, organização e redistribuição do discurso.

Entretanto, a reflexão aqui proposta não deve ser compreendida apenas como mais um discurso sobre a dominação, subordinação e exploração sofrida pelas mulheres negras na sociedade brasileira. O principal objetivo do presente trabalho consiste em apresentar alguns dados que permitam demonstrar as desigualdades existentes no setor bancário, bem como as formas de resistência das mulheres negras que aí trabalham. É disso que se deve falar. E essa fala deve ser proferida pelos próprios sujeitos que sempre se procurou excluir da ordem do discurso.

### **Breve histórico da reestruturação do setor bancário no Brasil**

Nos últimos anos, têm sido muito discutidas as transformações que estão ocorrendo no que se tem denominado “mundo do trabalho”. E, no Brasil, o setor bancário é um exemplo emblemático das referidas mudanças. Pode-se dizer que o enfraquecimento das relações de emprego no setor bancário brasileiro,

---

2 Aqui se adota a noção de raça de acordo com Hall (2003), que a compreende como uma construção política e cultural, pautada em práticas discursivas “em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (p. 66). Por sua vez, Butler (1993) adota uma posição no sentido de que a “raça” é parcialmente produzida como um efeito da história do racismo, mas que, apesar disso, pode ser utilizada como uma prática para contestá-lo.

exemplo importante da reestruturação produtiva, integra uma crise mais ampla que possui efeitos em todo o mundo.

Verifica-se que o trabalho tem assumido novas configurações nesse período que tem sido denominado pós-fordista.<sup>3</sup> Essas mudanças podem ser entendidas como uma terceira transição capitalista, na qual o trabalho imaterial<sup>4</sup> representa a chave para se compreender de maneira mais nítida os referidos processos. No trabalho imaterial, as dinâmicas de circulação e aqueles processos que eram remetidos à esfera da reprodução já não podem ser subsumidos àquela ordem em que predominavam a fábrica fordista, o trabalho assalariado e o tempo como principal padrão de medida do valor.

No Brasil, a reestruturação bancária é resultante de um processo que se inicia com a Reforma Bancária no final do ano de 1964 (Lei nº 4595, de 31/12/1964), pela Reforma do Mercado de Capitais (Lei nº 4728, de 14/07/1965 e o Plano de Ação Econômica do Governo realizado entre os anos de 1964 e 1966.<sup>5</sup> Segundo Grisci (2004), nesse período, o setor bancário já começa a utilizar tecnologia de primeiro mundo. Essas mudanças estabeleceram, ainda, as bases do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e foram ampliadas com o chamado Programa Nacional de Desburocratização criado pelo Decreto nº. 83.740 de 1979, no Gover-

---

3 Cocco (2001: 101) define o pós-fordismo como “regime de acumulação que implica a co-presença de diferentes configurações produtivas, desde as formas de tipo proto-industrial até o toyotismo”.

4 O trabalho imaterial é uma categoria formulada por Maurício Lazzarato e Antônio Negri como desdobramento do conceito de operário-massa originário das lutas operárias italianas, cujo movimento ficou conhecido como operaísmo italiano. Além disso, é colocado dentro do operaísmo da década de 1960, mas, por outro lado, avança em relação às contribuições teóricas de Sérgio Bologna sobre “trabalho autônomo”, de Christian Marazzi sobre a “guinada linguística” e de Paolo Virno sobre a noção de *general intellect* e as relações entre trabalho e ação. Nesse sentido, ver Lazzarato & Negri (2001).

5 Segundo Jinkings (1996), essas leis criaram mecanismos de controle e fiscalização das instituições públicas e privadas do sistema financeiro por parte do Estado.

no Figueiredo, com o objetivo de dispor sobre a contratação de correspondentes no país. Entretanto, a partir dos anos 1980, as medidas macroeconômicas utilizadas como mecanismos para solucionar (ou conter) o crescimento da dívida externa e o colapso do financiamento da economia brasileira concorreram para fortes e rápidas oscilações econômicas, superinflação e estagnação. Nesse período, a reestruturação bancária foi marcada pela redução dos custos operacionais, intensificação da automação, desenvolvimento e incentivo ao autoatendimento, mudanças na gestão de pessoal, redução dos postos de trabalho e práticas de terceirização. Contudo, é com a introdução dos princípios da administração pública gerencial, sob o argumento de transformar as formas de gestão do Estado utilizadas nos períodos anteriores, que o processo de reestruturação bancária se aprofunda, principalmente a partir da implementação do Plano Real.<sup>6</sup>

Não se deve esquecer, ainda, que no início da década de 1990, ocorreu uma importante mudança que acelerou o processo de reestruturação bancária: a criação do banco múltiplo. Com isso, ocorreu o fim da exigência de carta patente para a abertura de uma instituição financeira, possibilitando novas articulações e operações no setor. Ademais, as transformações dos processos de trabalho nos bancos são fortemente apoiadas na utilização de tecnologia de base microeletrônica e informática. No que se refere ao âmbito das relações de trabalho, pode-se dizer que a principal mudança relaciona-se à flexibilização dos processos de trabalho.<sup>7</sup>

---

6 Segundo Grisci (2004), baseando-se em trabalho realizado pelo DIEESE, “o processo de reestruturação produtiva pode ser dividido em duas etapas: a reestruturação ou “ajustes para dentro” (reorganização interna) e a reestruturação ou “ajustes para fora” (p. 174). O primeiro foi realizado mais intensamente a partir da segunda metade da década de 1980 e a segunda etapa se dá a partir do final do ano de 1994.

7 A flexibilização é composta por alguns elementos tais como as práticas de terceirização, externalização, a qualidade total, o discurso pela qualificação e a polivalência que causa insegurança, perda do emprego, precarização das condições do trabalho e saúde dos trabalhadores, dentre outras consequências. Em relação à polivalência, convém notar que esta passa a ser uma exigência que

## **A crise da subjetividade e as discriminações de gênero e raça no setor bancário**

O aumento do desemprego tem significado a fragilização dos trabalhadores assalariados, na medida em que, no Brasil, o registro do contrato na carteira de trabalho significa o reconhecimento de um vínculo empregatício que possibilita aos trabalhadores a fruição de direitos e garantias previstos em sede constitucional e infraconstitucional. Nesse contexto, tem sido cada vez mais difícil compreender os trabalhadores apenas sob a perspectiva de classe, devido às tendências homogeneizantes que historicamente têm contribuído para encobrir as hierarquizações de sexo/gênero, de cor/raça, de orientação sexual e de geração que perpassam a complexa e heterogênea “classe” trabalhadora.

Outra crítica que se pode fazer é que, no Brasil, a perspectiva de classe esteve ligada ao projeto de uma esquerda desenvolvimentista que não levava em conta a subjetividade múltipla, visto que “[o] desenvolvimentismo capta as dimensões estruturais do subdesenvolvimento, mas ignora os sujeitos e, sobretudo, as figuras das lutas e da resistência” (Negri & Coco, 2005: 75), ou seja, a luta de classes e o capital são o seu horizonte. Nesse sentido, Segnini (2001) afirma que o trabalho bancário, um dos ramos mais expoentes do setor de serviços, constituiu-se em um “pilar consistente de direitos”, ainda que inscrito em um contexto caracterizado por desigualdades, considerando-se a relação banqueiros/bancários, a diferenciação hierárquica e salarial, e a diferenciação de gênero e étnica.

Apesar de a atividade bancária continuar a crescer economicamente, os trabalhadores vivenciam um alto grau de vulnerabilidade social – expresso no índice elevado de desemprego –, na terceirização dos serviços, na intensificação do trabalho para

---

significa que todos devem saber realizar qualquer operação, aliada à ideia de integração de funções, ou seja, o cliente deve realizar todas as suas operações com o mesmo atendente. Nesse sentido, ver Grisci (2004) e Jinkins (1996).

aqueles que permanecem empregados e na redução da própria categoria.

Diante do decréscimo de postos de trabalho e do número de sindicalizados, os sindicatos também têm enfrentado novas demandas que surgem da falência da visão desenvolvimentista de organização das forças produtivas. As demandas decorrentes desse quadro são pautadas na afirmação de novas identidades que constituem parte de uma nova subjetividade das(os) trabalhadoras(es). Essa nova subjetividade é resultado de um processo constituído pela pressão que os movimentos de mulheres, os movimentos feministas e os movimentos negros imprimiram desde os últimos anos da década de 1970 e no início da década de 1990 no Brasil, ao questionarem uma “igualdade forçada” em termos de identidade que se traduzia na ideia de “classe trabalhadora”.

Além disso, ressalta-se que a promulgação do novo texto constitucional também provocou mudanças significativas no que se refere ao trabalho das mulheres incluindo novos direitos e garantias para o seu exercício. Diante desse contexto, foram negociados novos pactos pautados em documentos internacionais decorrentes de Conferências que observassem os princípios e objetivos da República.<sup>8</sup> Destaca-se que em 1994 as dirigentes bancárias construíram o documento “A mulher bancária e o mercado de trabalho”, o qual foi, em 1997, durante o Encontro Nacional dos Bancários, institucionalizado com o nome de Comissão Nacional de Gênero, Raça e Orientação Sexual (CGROS).

Deve-se notar que antes mesmo do ano 2000 os sindicatos já cobravam dos bancos uma auditoria da diversidade que se baseou “O rosto dos bancários – mapa de gênero e raça no setor bancá-

---

8 Dentre elas, podem ser destacadas a Conferência Internacional da Mulher realizada em Pequim no ano de 1995, que teve como novidade a discussão em torno da articulação entre relações de gênero e questão racial no âmbito mundial e a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida na cidade de Durban em 2003, que ampliou o debate iniciado na Conferência de Pequim.

rio brasileiro”, realizada a pedido da CNB-CUT pelo DIEESE entre 1998 e 2000, sendo publicada em 2001. A pesquisa comprovou a existência de diversos tipos de discriminação no setor bancário.<sup>9</sup>

Posteriormente, o movimento negro conseguiu uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados, em meados de 2005, que rendeu reuniões que aconteceram nos anos de 2006 e 2007, pendendo até hoje, entre o Ministério Público do Trabalho/MPT e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf - CUT), resultando num plano para o combate às discriminações: o Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos/Coordigualdade. Além disso, cresceu a pressão da CGROS, da Comissão Nacional de Combate à Discriminação Racial (CNCDR) e de outros setores e instituições da sociedade, para que fosse realizada uma coleta de dados a fim de possibilitar a montagem do Mapa da Diversidade do Setor Bancário.

Uma análise dos relatórios sociais anuais do setor bancário divulgados pela Febraban, disponíveis no site institucional a partir do ano de 2001, também permite aferir a existência de práticas discriminatórias baseadas em sexo/gênero e cor/raça. Nesse sentido, chamou a atenção o do ano de 2003, pois esse possui todas as variáveis apresentadas desagregadas por sexo/gênero e raça/cor. A leitura detalhada desse documento e dos dados apresentados nos demais permitiu constatar nitidamente o fato de que as mulheres negras, mesmo quando possuem maior grau de escolaridade que homens e mulheres brancas, ocupam as ativi-

---

9 Destaca-se, ainda, que no ano de 2000, a Confederação Nacional dos Bancários (CNB) lançou uma Campanha Nacional pela Igualdade de Oportunidades. Além disso, foi denunciado no âmbito do trabalho bancário o desrespeito a duas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção 100, que trata da defesa de salário igual para trabalho de valor igual para homens e mulheres, e a Convenção 111, que discute a questão da discriminação no trabalho, uma realidade constante.

dades funcionais menos prestigiadas, como pode ser percebido na tabela a seguir.

Dessa forma, os dados que constam da Tabela 1, confirmam os estudos realizados por Lovell (1992) no sentido de que a diferença de capital social não é capaz de explicar as profundas desigualdades ocupacionais e salariais no mercado de trabalho. A análise deve considerar as práticas discriminatórias baseadas em sexo/gênero e cor raça.<sup>10</sup>

**Tabela 1**  
**Distribuição dos empregados em bancos por grau de escolaridade, sexo e cor/raça no Brasil - 2003**

	<i>Mulheres Brancas</i>	<i>Homens Brancos</i>
Fundamental	3%	4%
Médio	48%	50%
Superior (completo)	44%	39%
Pós-Graduação (completo)	5%	7%
	<i>Mulheres Negras</i>	<i>Homens Negros</i>
Fundamental	3%	5%
Médio	50%	56%
Superior completo	43%	34%
<b>Pós-Graduação (completo)</b>	4%	5%

Fonte: Balanço Social Febraban.

Elaborado por: DIEESE Subseção SEEB SP.

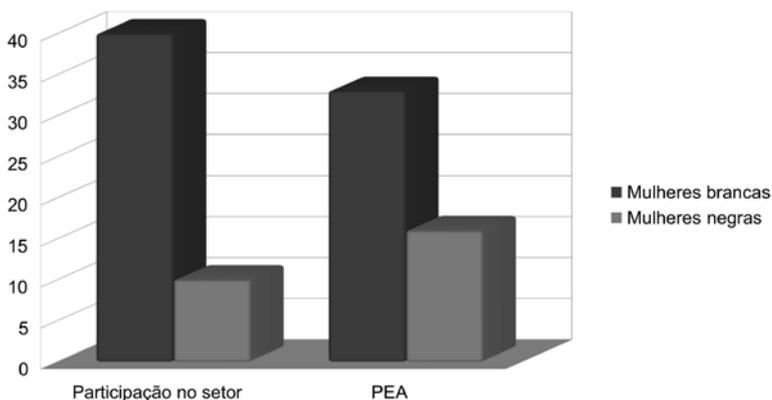
Assim, diante de dados comprobatórios, anos de luta e pressão dos sindicatos e de outros atores sociais iniciados em 2000, foi realizada a coleta dos dados, durante o primeiro semestre do ano de 2008. Os resultados da referida pesquisa foram divulgados no mês de julho de 2009 e confirmaram o diagnóstico realizado pelo sindicato da categoria bancária e pelo Ministério Público do Trabalho.

<sup>10</sup> Chegou-se à mesma conclusão no estudo realizado pelo MPT no Distrito Federal e que resultou no Programa Coordigualdade.

Os resultados consolidados a partir do Censo da Diversidade foram publicados no relatório social da Febraban relativo ao ano de 2008. O setor emprega 1,6% da PEA (população economicamente ativa do país) do país. O relatório permite verificar que em todos os Estados do país, excetuando o Acre, a presença de mulheres brancas empregadas no setor é superior à sua participação na PEA. Entretanto, ao serem analisados os dados relativos às mulheres negras, verifica-se que sua participação no setor é muito inferior em relação à PEA em todas as unidades da federação.

No estado do Rio de Janeiro, que depois de São Paulo é o que apresenta maior concentração bancária, percebe-se que as mulheres brancas apresentam taxa de participação de 40%, sendo que sua presença na PEA é de 33%. Por outro lado, as mulheres negras apresentam taxa de participação de 10%, em comparação com sua presença na PEA, que é de 16%.

**Gráfico 1**  
**Taxa de participação de mulheres no Setor Bancário x PEA**  
**no estado do Rio de Janeiro (2008)**



Fonte: Balanço Social Febraban.

Diante da realidade de práticas discriminatórias no setor bancário, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal realizou audiência pública no dia 30 de maio de 2011, para debater o Mapa da Diversidade do Setor Bancário.

### **Uma análise do discurso: as mulheres negras entrevistadas**

Diante do histórico e dos dados anteriormente apresentados que confirmam as práticas discriminatórias de gênero e raça, passar-se-á a verificar, por meio do discurso de mulheres negras que atuam no setor bancário, sua percepção acerca de alguns aspectos relativos às relações sociais, tensões, conflitos e estratégias de resistência empreendidas no cotidiano.

O destaque dado ao discurso de mulheres negras parte da contribuição de Gonzalez (1983) que denuncia o processo por meio do qual essas mulheres são infantilizadas, à medida que são “faladas” e, dessa forma, afirma a importância da fala como processo complexo, mas necessário e estratégico.

Também é importante a contribuição de Foucault (2008) acerca das exclusões produzidas na ordem do discurso, que podem ser divididas em internas e externas. Quanto às primeiras, pode-se observar a exclusão do objeto que se dá pela palavra proibida, pela segregação da loucura e pela vontade de verdade. As exclusões externas são aquelas que se dão por meio do que o autor denomina rarefação dos sujeitos, pois “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 2008:37). Essas últimas interessam diretamente à proposta metodológica ora apresentada, tendo em vista a processualidade histórica que demarca os papéis socialmente, ou melhor, o conjunto de práticas discursivas que contribuem para naturalizar os lugares destinados às mulheres negras na sociedade brasileira.<sup>11</sup>

---

11 Gonzalez (1983: 226), ao retomar o conceito de lugar natural de Aristóteles, afirma que a “[m]ulher negra, *naturalmente* é cozinheira, faxineira, servente,

Inicialmente, faz-se necessário destacar as dificuldades encontradas durante o processo de obtenção dos dados quantitativos referentes ao perfil dos trabalhadores bancários do município do Rio de Janeiro, visto que ainda não existem dados consolidados, apesar da importância histórica e da tradição do setor bancário carioca,<sup>12</sup> bem como do sindicato que representa os trabalhadores da categoria.<sup>13</sup>

Assim, diante da ausência de dados quantitativos relativos ao perfil dos bancários do Rio de Janeiro, desagregados por cor/raça foi privilegiada a fala de mulheres negras que ingressaram no setor bancário a partir da década de 1980 e que tivessem atuação no sindicato dos bancários do município do Rio de Janeiro, a fim de possibilitar suas percepções acerca das mudanças estruturais e subjetivas no setor.<sup>14</sup>

### **Qual subjetividade? Que resistência?**

Um dos objetivos deste trabalho foi verificar quais as influências das práticas discriminatórias relativas a gênero e raça no

---

trocadora de ônibus ou prostituta” (grifo nosso). Ou, ainda, também é vista, naturalmente, como mulata, doméstica e/ou mãe preta.

12 A relevância da cidade do Rio de Janeiro na concentração bancária será iniciada em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e se estenderá por toda a Primeira República e somente ganhará outros contornos a partir da década de 1930, quando ocorre um acelerado processo de urbanização e industrialização em todo o país.

13 Tal afirmação se deve ao fato de que outras regiões metropolitanas do país, tais como Recife, Porto Alegre, Salvador e São Paulo, contam com a pesquisa do DIEESE, que serve de base para traçar o perfil dos bancários, ao passo que no Rio de Janeiro a referida pesquisa ainda não é realizada. Entretanto, durante a campanha salarial do ano de 2009, após a defesa da dissertação de mestrado que deu origem a este artigo, uma das demandas apresentadas foi a de encomendar ao DIEESE uma pesquisa relativa ao perfil dos bancários cariocas independentemente do Mapa da Diversidade do Setor Bancário.

14 Ressalte-se, ainda, que as mulheres negras entrevistadas foram devidamente informadas do conteúdo da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Informado.

acesso e ascensão profissional de mulheres negras no setor bancário, assim como as estratégias de resistência empreendidas e, nessa perspectiva, a subjetividade assume um papel fundamental. Contudo, a subjetividade não deve ser entendida como algo voltado para o interior do sujeito, abstrato, mas como algo concreto, pois, segundo Foucault (2007), o sujeito não é predefinido tal como se dá nas formulações cartesianas e kantianas. O sujeito é constituído e se constitui a partir de suas experiências no mundo, na trama histórica dos acontecimentos, das relações de poder, na relação consigo mesmo. Desse modo, durante o processo de constituição de determinada subjetividade, nesse processo de subjetivação, poderão ser vislumbrados inúmeros dispositivos. Nesse sentido, o racismo é um dos dispositivos que podem ser destacados no processo de subjetivação das mulheres negras. No caso do setor bancário, este processo possui consequências relativas à inserção profissional destas mulheres:

É... antes de eu entrar no banco, eu trabalhei para uma terceirizada que era do banco... que era a 4A (...). Então na 4A existiam duas negras... somente uma... que era a Delma (...). A Delma e a... não me lembro o nome da outra... que foi a minha supervisora... mas quando eu fui pro banco... eu só conheci... eu só conheci uma negra até hoje com cargo de gerente que é a Delma que continua... (...)  
(Karla, dirigente sindical, negra, casada, 39 anos).

O setor bancário é um dos exemplos mais evidentes das dinâmicas que se estabelecem no capitalismo contemporâneo. Apesar de ser um setor que conta com um número significativo de mulheres, no caso sob exame, percebe-se que o racismo torna-se um dispositivo que, aliado a outros, bloqueia a entrada de mulheres negras no trabalho do setor bancário.

(...) Então era o nicho das mulheres o atendimento, né? (...) que éramos todas mulheres desde as telefonistas, até as meninas no balcão, as aplicadoras também, de *overnight* eram mulheres e... os caixas tinham mulheres também, várias (...). E na gerência também vá... eu trabalhei com várias companheiras

na gerência... é... então tinha um número de mulheres na categoria, já bastante significativo (...). Agora mulheres negras na gerência eu... não via, não vi, não vejo hoje. Raramente. (...) Aí na retaguarda tinha mais... (...) tinha assim... parda... o que a gente chama de parda (...).  
(Alessandra, dirigente sindical, negra, solteira, 38 anos).

(...) aqui no Rio. Na Rio Branco (...). Eu só vi uma negra como gerente de conta e uns cinco na retaguarda (...).  
(Karla, dirigente sindical, negra, casada, 39 anos).

Ademais, o racismo entendido como prática discursiva (Hall, 2003), neurose (Gonzalez, 1983), ideologia (Munanga, 2004), ou ainda, como manifestação do biopoder (Foucault, 2005), possui efeitos concretos sobre a ascensão profissional das poucas mulheres negras que trabalham no setor:

É... a relação com os colegas, com os pares era legal, mas essa coisa de assé... a relação com o gerente, com a pessoa que promovia e não promovia, aí... aí eu acho que tinha... acho que tinha um preconceito sim... Acho que tinha porque eu sou negra e o meu cabelo era enrolado... era crespo era... sabe... Então... eu acho que tinha sim. Várias colegas que entraram no banco depois de mim foram promovidas na minha frente (...). Eu tinha vontade de trabalhar no caixa, sabe?... mas num... não tive essa possibilidade...  
(Alessandra, dirigente sindical, negra, solteira, 38 anos).

O biopoder (Foucault, 2008) exerce intensamente sua capacidade de seleção e exclusão no cotidiano do trabalho bancário, conforme o depoimento acima relatado. É negada a promoção funcional porquanto a empregada não corresponde a determinado padrão estético. Além disso, é reproduzida a ideia de que os corpos negros, considerados abjetos,<sup>15</sup> são destinados a ocuparem “naturalmente” os lugares mais subalternos da sociedade.

---

15 A noção de abjeto é apresentada por Butler (1993; 2002; 2003) e diz respeito àqueles corpos que não são inteligíveis e, dessa forma, não têm uma existência legítima, não se materializam, pois vivem à sombra da ontologia. Por outro lado, esses corpos existem como poder excluído, disruptivo.

Diante do contexto apresentado e de seu impacto sobre a subjetividade das mulheres negras, a resistência assume especial relevância. A resistência é aqui entendida nos termos descritos por Foucault, como uma relação não dialética. Ela é interior ao poder, móvel, estratégica, produtiva e inventiva. A resistência não se impõe do alto, ou do exterior. Ela se volta contra os efeitos do poder. Assim, busca-se aprender quais as estratégias de resistência das mulheres negras no setor bancário.

Segundo Bento (1995), as mulheres negras resistem de diversas maneiras. Uma delas é a resistência individual e, às vezes, pode se configurar em um esforço de superar a realidade imposta pela discriminação através da demonstração de sua competência profissional:

Na 4A [Empresa terceirizada ligada a um banco] existiam duas negras... somente... (...) Você também tinha uma meta... Meu horário era de oito às duas, só que eu trabalhava de oito às oito da noite... (...) E eu só passei pra gerente de expansão de mercado porque... depois de um tempo... eu batia muita meta... e eles não tinham como não me... não me efetivar.  
(Karla, dirigente sindical, negra, casada, 39 anos)

Dessa forma, concorda-se com Bento (1995) ao afirmar que, da mesma forma que o racismo opera continuamente (e a discriminação racial é uma das suas formas de manifestação), a resistência também se dá a todo o momento, embora muitas vezes contribua para a conformação de outras formas de exploração. Essa afirmação é confirmada no relato de Karla, que precisava trabalhar muito mais do que a jornada de trabalho semanal a fim de cumprir a meta de produção estabelecida. Nesses casos são impostas metas e os trabalhadores têm que fazer grandes esforços para cumpri-las e que, somados a outros fatores estruturais como a discriminação racial, contribuem para a conformação de novas formas de hierarquização nas empresas. Contudo, não se deve esquecer que a resistência também pode assumir formas

coletivas, inventivas, coordenadas com outras organizações, outros movimentos sociais.

A resistência pode se voltar tanto contra os efeitos do racismo, quanto para o estabelecimento de relações de igualdade entre homens e mulheres e para novas formas de novas relações de trabalho.

Eu sou da CGROS... É Comissão de Gênero... Raça... e... GLBT, né? (...) e agora a gente entrou com a parte de deficientes físicos, né?... de deficiência... é um... é uma comissão muito interessante (...). Eu ainda tô aprendendo muito porque é o meu primeiro mandato no sindicato (...). Agora que eu tô indo pro segundo... tenho que ler muito, tenho que estudar muito... (Karla, dirigente sindical, negra, casada, 39 anos)

Entretanto, não se pode negar as dificuldades apresentadas para articular pautas políticas, muitas vezes consideradas menos importantes dentro dos próprios movimentos, como se fossem apenas meramente culturais e, portanto, desvinculadas de demandas redistributivas, cerne das lutas políticas centradas na classe social.

(...) a gente tem que fazer uma... um debate sério dentro do sindicato e implantar na cabeça das pessoas que a questão de raça não é só prá negro, não... sabe?... tem vez que você faz um debate, você vê cinco pessoas naquele debate... porque o resto... ai, isso é coisa de preto (Karla, dirigente sindical, negra, casada, 39 anos)

Outrossim, fica claro que o sexismo é uma constante dentro do movimento sindical da categoria bancária, mas também o é dentro de outros movimentos sociais, tal como ocorre nos movimentos negros, conforme afirmava Gonzalez (1983). Nesse sentido, o fragmento abaixo:

(...) é que nem questão de gênero (...). (...) “ai eu não vou... não vou participar deste coletivo, porque é um coletivo de mulhe-

res"... Não. É um coletivo de gênero... entendeu?  
(Karla, dirigente sindical, negra, casada, 39 anos)

Contudo, o fragmento colocado a seguir confirma a complexidade que marca a atuação pautada nas políticas identitárias. Apesar de saber da importância de resistir contra o racismo e o sexismo, a resistência pautada na luta de classe ainda tem primazia em detrimento das outras questões, embora a discussão acerca do gênero tenha conseguido obter maior abertura nos últimos anos e, mais timidamente, o racismo, que vem obtendo maior destaque na pauta sindical.

É... É. Eu sou negra, mas eu não... eu atuei dentro do movimento feminista e... e não discutia a questão racial. Eu discutia os direitos das mulheres, (...) quando eu defendo que a gente tem que ter melhores condições no trabalho, melhoria de condição das mulheres na questão do trabalho, na questão da relação com o marido, dentro da casa, criação de equipamentos sociais como creche pública... como é... hospitais-maternidade, atendimento especial à saúde da mulher, é... combate à violência contra a mulher, criando centros de referência de atendimento à mulher...(...) Isso atinge as mulheres negras... Isso vai chegar lá... Isso vai chegar, vai chegar.  
(Alessandra, dirigente sindical, negra, solteira, 38 anos)

Assim, o discurso das mulheres negras entrevistadas evidencia as diferentes estratégias de resistência empreendidas para que obtenham mudanças no seu cotidiano de trabalho, na sociedade. Suas ações desafiam a ideia de que existe uma "ordem natural para o mundo" apesar dos desafios encontrados tanto na esfera da resistência individual quanto na coletiva.

### **Considerações finais**

No decorrer deste capítulo foram realizadas algumas reflexões sobre as discriminações baseadas em gênero e raça que têm sido cada vez mais debatidas pela sociedade brasileira, principalmen-

te a partir do momento em que o Estado brasileiro é chamado a se posicionar e adotar políticas públicas voltadas para o enfrentamento do racismo, do sexismo, de suas formas de manifestação e de seus efeitos. Neste sentido, o setor bancário se apresenta como um exemplo interessante para a compreensão dos conflitos que existem nas sociedades capitalistas contemporâneas. O racismo e o sexismo, elementos indissociáveis do desenvolvimento do capitalismo, impõem inúmeros desafios ao seu enfrentamento e a negação de sua existência é o mecanismo de defesa mais comum. No Brasil, mas também em outras partes do mundo, ganham proporções extremamente graves e contribuem para a perpetuação de desigualdades sociais que adquirem efeitos de longa duração.

Assim, é preciso olhar para além dos processos de reestruturação produtiva. É preciso se voltar para o sujeito da ação. Mas diante de um contexto de descentramento do sujeito, a identidade é questionada. A partir de que sujeito se pode pensar a ação política? Qual identidade a ser considerada? Qual proposta identitária? A identidade deve ser abandonada como estratégia de ação política?

Ao serem analisados os discursos de mulheres negras no setor bancário é percebida a complexidade dos processos de subjetivação. Percebe-se uma ambiguidade entre a subjetividade ainda forjada pela ideia de homogeneidade da classe trabalhadora e certa abertura para a compreensão da identidade enquanto processo sempre aberto, nunca definitivo, tanto como as estratégias de luta, de resistência.

## Referências bibliográficas

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. In: *Revista estudos feministas*, Florianópolis, v.3, n.2, 1995, p. 479-88.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. London: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Post scriptum sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações 1972-1990*. Rio de Janeiro: 34, 1992, p. 219-226.

DIEESE. Mulher negra: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos. In: *Estudos e pesquisas*. São Paulo: DIEESE, ano II, n.14, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 16.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France: (1975-1976). Trad. Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da *et al. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.

GRISCI, Carmen Ligia Iochins; BESSI, Vânia Gisele. Modos de ser e trabalhar na reestruturação bancária. In: *Sociologias*. Porto Alegre, v. 6, n.12, jul-dez./2004, p. 160-200.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: *Cadernos Pagu*, 22, Campinas, 2004, p. 201-246.

IPEA/UNIFEM. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3.ed. Brasília: Programa Igualdade de Gênero e Raça (UNIFEM) e Diretoria de Estudos Sociais (IPEA), 2008.

JINKINGS, Nise. *O mister de fazer dinheiro: automação e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boitempo, 1996.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOVELL, Peggy A. Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil. In: *Estudos afro-asiáticos*, n.22, set./1992, p. 85-98.

MUNANGA, Kabegenle. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Cadernos PENESB*. Niterói: EdUFF, 2004, p. 17-34.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. *Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PRINS, Baujke; MEIJER, Irene Costera. “Como os corpos se tornam matéria”: entrevista com Judith Butler. In: *Estudos feministas*, v. 10, n.1. Florianópolis, 2002, p. 155-67.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Mulher e realidade: mulher e educação*. Porto Alegre: Vozes, v.16, n.2, jul-dez./1990.

SEGNINI, Liliana. Constantes recomeços: desemprego no setor bancário. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina Jardim (orgs.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas: 34, 2001, p. 143-185.



# TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS LÉSBICAS: A FALA ROMPEU O SEU CONTRATO E O SILÊNCIO SE DESFEZ

Sandra Regina de Souza Marcelino

## **Do silêncio à fala: mulheres negras lésbicas**

DESDE A imagem de Harpócrates, a divindade egípcia que posiciona o dedo sobre os lábios como se estivesse pedindo silêncio, a mulher, em distintas sociedades e grupos, silenciou sua voz perante a presença do masculino. O silenciar-se vem de todos os lados e quem ousaria quebrar, com um ruído sequer, a fala grossa imposta pelo dono do “falo”? No decorrer da História, as mulheres não eram levadas em conta e nem por isso deixaram de existir.

Considerar as falas da mulher na sociedade brasileira é se ocupar em tecer uma história marcada por narrativas muitas vezes silenciosas, anônimas e submissas. Porém, outras vezes, essas vozes são gritos de guerreiras; são falas políticas; articulam-se de maneira independente. Cada qual utiliza um estilo próprio e apresenta agendas específicas; cada uma se enuncia de um ponto de vista diverso. Caberia aqui, se assim fosse possível, aproximar-me das inúmeras falas que constroem as múltiplas identidades da mulher na sociedade brasileira.

Historicamente, a presença das mulheres foi assumindo diferentes espaços na sociedade e reconfigurou a ordem social a partir das suas exigências por direito de voto, de participação política, de educação formal, de trabalho, de controle do corpo e da maternidade, e de autonomia individual, entre outras. Essas questões trouxeram à tona discussões sobre a subalternidade feminina, que durante séculos permearam a sociedade brasileira, e a sua decorrente invisibilização. Com essas agendas, o movimento feminista contribuiu para transformar as experiências de vida, principalmente, de mulheres brancas e heterossexuais brasileiras.

Quanto à mulher negra, suas pautas políticas mais específicas tomaram muito mais tempo para serem colocadas, pelo menos duas décadas a mais, principalmente devido ao fato de que essas mulheres, na sua maioria, não tinham acesso à educação de nível superior, cenário no qual o movimento feminista mais avançou no Brasil a partir dos anos 1970. Por outro lado, os limites impostos à sua autonomia, à sua visibilidade e ao controle das pautas políticas da militância negra no Brasil pelos indivíduos do sexo masculino foram razões que levaram muitas mulheres negras a se afastarem também do movimento negro brasileiro.

No contexto do movimento feminista brasileiro, as lésbicas, brancas ou negras, por razões de orientação sexual, experimentaram outros hiatos, e suas questões políticas não foram também devidamente discutidas.

Resgatando o histórico da movimentação das mulheres, Carneiro (2003: 117) contextualiza esse somatório de movimento e ação que potencializou as demandas das mulheres, sendo 80% de suas propostas contempladas na Constituição Federal de 1988, produzindo, assim, importantes inovações ao se tratar de políticas públicas para mulheres. No que tange à situação da mulher negra, o distanciamento da realidade vivida por esse segmento impulsionou questões específicas, protagonizando uma trajetória de lutas e resistências que mudou o cenário até então constituído.

Na tentativa de promover uma reflexão dinâmica em torno da mulher negra e suas estratégias contra o racismo e o sexismo, luta essa que vem de longos tempos, Werneck (2009: 10) nos aproxima dessa mulher como sujeito identitário e político. Tal construção vem se dando a partir de uma articulação de heterogeneidades, resultantes de demandas históricas, políticas, culturais e de enfrentamento de condições adversas. Frente a esses cenários, não podemos falar de “mulher negra” num modelo que globalize esse sujeito tão diverso. As especificidades, que ora se aproximam, ora se distanciam nesse universo tão singular das

“mulheres negras”, implicam uma diferenciação local, de raça, de orientação sexual, econômica, religiosa e tantos outros desdobramentos. A autora traz para a esfera pública a luta e a resistência dessas mulheres a partir do feminismo, do sexismo e do racismo patriarcal. A diferença nos processos de singularização produzidos pelas mulheres negras implica uma diferenciação que denuncia e recusa as condições de privilégio e de poder que desnivelam gênero e raça na representação do homem e da mulher brancos e do homem negro.

A construção hierárquica do gênero e da raça tende a empurrar a mulher negra para um local de inferiorização perante o homem branco, a mulher branca e o homem negro, como afirma Saffioti (2004: 31):

Há um contingente de mulheres negras que não têm com quem se casar. Como os negros branqueados pelo dinheiro se casaram e ainda se casam com brancas, em função de uma equalização das discriminações sofridas, de um lado, pelos negros, de outro, pelas mulheres brancas, em função do seu sexo, não há como se estabelecer tal igualdade entre mulheres negras e homens brancos, pois estes são “superiores” pela cor de sua pele e pela textura de seus cabelos, sendo “superiores” também em razão de seu sexo. Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual.

Outro fato que traz uma carga de estigmas entre as mulheres negras é o identificar-se como uma mulher negra lésbica. Revelar e afirmar “esse segredo” é saber que sua identidade significa o enfrentamento de uma opressão que envolve ao menos dois estigmas: a negritude e a lesbianidade, como bem mostra Oliveira (2007: 398). Essa autora nos ajuda a perceber que a forma como a homossexualidade é vivenciada tem a ver com o modo como a raça, a religião, o gênero, a cultura, a família, a geração e a estética são experimentados. Portanto, as vantagens ou

desvantagens vão variar de acordo com a combinação de vários fatores identitários.

Ao tratar de mulheres negras e negras lésbicas, o movimento feminista e o movimento negro apontavam os mecanismos de dominação de outras minorias. No movimento feminista, as mulheres negras se deparavam com o racismo e, no que concernia às mulheres negras lésbicas, a sua sexualidade não era compreendida como parte do universo feminino. No movimento negro, essas questões se agrevavam ao machismo.

A entrada das mulheres negras no movimento feminista, e das negras lésbicas no movimento negro, tornou-se um campo de tensão no qual, se por um lado há um racismo implicado dentro dos grupos de mulheres, por outro, a questão da (homo)sexualidade dessa mulher negra a coloca numa situação de “desonra” à cor/raça. Assim Santos (2006: 78) afirma que

o movimento negro construiu-se enquanto uma expressão de combate ao racismo e que também propunha mudanças sociais mais radicais no plano da igualdade de direitos. Entre as tais mudanças, contudo, não se incluía a erradicação da homofobia e do sexismo.

Ao falar da mulher negra, Gonzalez (1984: 9) trouxe grandes contribuições ao considerar a luta de todas como lutas históricas. Incluiu os/as homossexuais como parte dessas “minorias silenciadas” que vieram conquistando esse direito de discutir suas especificidades em congressos.

Atualmente, o debate em torno dessas questões tem crescido através de ONGs lésbicas, ou mistas, que inserem nas suas propostas políticas e de atuação questões voltadas para a população negra LGBT, como também na criação da Rede Nacional de Lésbicas Negras, também denominada Rede Afro LGBT, e do Coletivo Nacional de Lésbicas Negras (Candaces, BR).

## Lesbofobia<sup>1</sup> e racismo: o outro lado da história

Os depoimentos aqui apresentados são fragmentos da minha dissertação de mestrado,<sup>2</sup> onde quatro mulheres que colaboraram com a pesquisa residem no município do Rio de Janeiro nas áreas do Centro, Zona Sul e Zona Norte. A escolha dessas representantes da Mulher Negra Lésbica que eu pretendia dar a conhecer levou em conta suas autodeclarações de serem negras e lésbicas como ponto de partida da minha reflexão e interesse; além de serem ativistas com representatividade no movimento de lésbicas com o recorte e perfil racial; e pertencerem à faixa etária de 35 a 65 anos.

*Dandalunda*<sup>3</sup>: mulher negra, 37 anos, assistente social. Criada em uma família branca e afetuosa desconhece as faces do racismo. Sua voz é ativa, forte e sua fala empoderada. Fala de um lugar da mulher negra que “saiu do lugar do negro” fazendo referência à expressão da feminista negra Lelia Gonzalez. Reconhece seu processo de pertencimento racial “antes e depois” da tomada de consciência e das amarras e obstáculos vividos de um racismo ainda que oculto.

*Neusa de Xangô*: mulher negra, 64 anos, professora aposentada. Mulher de muitas histórias e experiências. Mulher negra de muitas tranças, indumentárias e saberes. Premiada por ser mulher negra, premiada por ser lésbica, premiada como Cidadã Benemérita do Estado do Rio de Janeiro e pelos Direitos Humanos LGBT.

---

1 Manifestação de violência, frente a um modo de comportamento sexual, considerado “diferente”; são todas as formas de opressão sofrida por mulheres lésbicas (mulher que se relaciona afetivamente e sexualmente com outra mulher) e bissexuais.

2 *Mulheres negras lésbicas*: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio. Dissertação apresentada à PUC-Rio em maio de 2011.

3 Dandalunda é uma deidade feminina, de origem Banto, que encarna o arquétipo da mulher jovem e bela e que utiliza a sua sexualidade como estratégia de sobrevivência.

*Ilnar*: mulher negra, 63 anos, bibliotecária. As vestimentas, as cores e indumentárias revelam o seu empoderamento e o seu pertencimento às causas que defende. Estilo *rastafari*<sup>4</sup> nos cabelos, ela é cheia de vigor e revela uma preocupação com a mulher lésbica na terceira idade.

*Azaracá*: mulher negra, 53 anos, técnica em agropecuária, hoje é articuladora nacional de um grupo de mulheres negras lésbicas. Das quatro, tem a cor de pele mais clara. Sua trajetória é repleta de histórias vividas na pele, nas relações familiares, no íntimo dos movimentos negro e LGBT. A militância contribuiu para seu empoderamento.

“Ser negra/o está na pele, ser lésbica você pode esconder ou não.” Ao ouvir essa frase de uma das entrevistadas fiquei pensando quantas estratégias uma pessoa precisa inventar e reinventar no dia a dia para driblar muitas vezes o preconceito e a discriminação. Se a negritude está estampada na pele, quanto de esforço uma pessoa negra faz para atenuar as situações de racismo? Se for lésbica, quantas experiências não compartilhadas, quantos amores silenciados e inventados? Ainda que o verbo “precisar” apareça nesse contexto como uma forma de minimizar situações, poderíamos argumentar pelo viés dos direitos, do livre arbítrio ou do ignorar, mas a lógica perversa do racismo, da lesbofobia, do machismo, da misoginia, entre outros, lança um olhar inquisidor como “se a polícia – aparelho orgânico-social da ordem e repressão – andasse atrás de todos/as que fugissem do campo normativo e regulador das relações humanas”.

Na África do Sul, por exemplo, a lesbianidade é abominada e, com isso, as práticas constantes de estupro corretivo<sup>5</sup> ficam no campo da impunidade. No caso das mulheres, segundo notifica-

---

4 No universo dos salões esse termo é usado como sinônimo de *dreadlocks*.

5 Prática homofóbica, segundo a qual um ou mais homens estupram mulheres lésbicas ou que parecem sê-lo, supostamente como forma de “curar” a mulher de sua orientação sexual.

ções, um quarto delas já foi estuprado antes de completar 16 anos de idade. Essa situação tem em suas raízes: o machismo, a pobreza, as ocupações massificadas, o desemprego, os homens marginalizados, a indiferença da comunidade. Na África do Sul, uma menina tem mais chances de ser estuprada que de aprender a ler.

No Brasil, a cada dois dias, um homossexual é assassinado. Apesar de os dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia/GGB<sup>6</sup> apresentarem uma estatística bastante expressiva, ainda existe uma grande barreira para esse tipo de denúncia, o que nos leva a questionar os números invisíveis da violência.

As informações e percepções trazidas pelas quatro entrevistadas nos ajudam a compreender os mecanismos muitas vezes sutis que a lesbofobia engendra. Durante o processo de observação do campo que fiz em locais frequentados por lésbicas e gays, a imagem que tinha era de que a violência entre os gays parecia mais grave, pois eles “davam mais pinta” do que as mulheres e que, de acordo com o senso comum, suas condutas se tornavam uma agressão para o grupo masculino. No caso das mulheres, há um certo fetiche sexual masculino relacionado às práticas sexuais entre elas, gerador de maior tolerância masculina, contanto que isso seja apenas uma prática eventual e não uma relação estável sem a presença do homem.

Direcionar o debate para o campo do racismo ou da lesbofobia seria direcioná-lo para dois territórios delicados e significativos por agregar à mulher a discriminação de gênero e a especificidade da raça e da orientação sexual. O que pudemos perceber é que, em alguns momentos, a questão racial ganhará uma evidência sobre a orientação sexual e, em outras situações, ocorrerá o inverso.

Nesta perspectiva *Ilnar* descreve:

Raro o dia que eu não tenha passado uma situação de racismo, até porque além da minha pele negra eu sou rasta, meu cabelo é rasta (...). Isso também desperta dentro das pessoas o pre-

---

6 Disponível em <http://www.ggb.org.br/dossierdeassassinatosdehomossexuais2009.html>. Salvador, Bahia (03/03/2010). Acesso em 14/04/2010.

conceito. Você passa num canto, as pessoas já se previnem de você. É na sua vizinhança, é no seu próprio trabalho, é quando você em algum espaço (seja político ou não), você se apresenta como lésbica (...). Como negra não é necessário porque tá na pele, aí você sabe como isso se modifica. Questões de racismo e lesbofobia são no cotidiano (*Ilnar*, 25/10/2010).

Relatando sobre o racismo e a lesbofobia, *Dandalunda* diz lembrar apenas de um episódio ocorrido num estabelecimento de ensino quando era a única professora negra do local, o que ocasionou sua saída. Por outro lado, não mencionou nenhuma experiência parecida pelo fato de ser lésbica. Aprofundando mais nessas duas questões *Dandalunda* compreende que

não é fácil não! Você está na pirâmide, né? É mulher, você tá ferrada. Aí você é negra... hum, piorou mais um pouquinho. Aí você é lésbica, piorou um pouco mais e, se você for pobre... e não é só isso porque ser mulher e negra está na cara, ser lésbica você ainda pode camuflar, a não ser que você seja aquela estereotipada mesmo que coça o saco e cospe no chão... Mas, se você não for, ou for o meio termo, as pessoas podem até pensar, mas vão ficar na dúvida, a não ser se você disser. E, você ser pobre também, pode camuflar. Agora, ser mulher e ser negra, não. Tá ali estampado, carimbado, não tem jeito! Então quando você congrega tudo isso (...). A gente vive num país que é preconceituoso, muito preconceituoso. As pessoas dizem que não, mas é mentira, é um preconceito velado... “ah, mulher negra serve pra ser empregada doméstica”, “mulher negra serve pra fazer papel de escrava na novela”... Quando não tem papel de escrava, ela vai ser a empregada, a faxineira. Quando você congrega ser mulher, ser negra e ser lésbica, aí você tem que andar olhando para os lados porque você pode sofrer uma agressão por isso sim. Não é fácil! Ainda é uma realidade de preconceito no Brasil (*Dandalunda*, 09/09/2010).

A fala da entrevistada sinaliza o medo da agressão física quando os sinais que marcam as diferenças apontam para uma intolerância e não podem ser “disfarçados”. Brah (2006) analisa de

forma diferente porque acena para a concomitância, as interconexões entre o racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador da diferença e sublinha a importância de vê-las numa perspectiva de macroanálise. Isso significa dizer que todas estão interligadas, mas de formas diferenciadas para cada sujeito. A autora não desassocia as relações patriarcais que colocam as mulheres numa posição de subordinação.

Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela (Brah, 2006: 351).

Prado & Machado (2008: 69), discorrendo sobre a manutenção das hierarquias sociais com base no preconceito e na discriminação, declaram que a hierarquia pode ser reconhecida como “(...) uma relação de opressão, desde que, para isso, esta relação seja tomada e reconhecida pela comparação social, como uma relação que oprime um dos atores do jogo”.

Sobre essa questão, *Azaracá* aponta para duas realidades: lésbica masculina e negra pele escura.

Eu acho que pesa muito mais em algumas questões você ser negra. Questão de acesso e negra com agravante: cor de pele. A gente sabe que o racismo ele é mais contundente quanto mais preta for a sua negritude e a lesbianidade, a gente sabe que pesa mais quanto mais masculina você se apresenta dentro de uma sociedade heterossexista. Você não é excluída do seu núcleo familiar por ser negra, você pode ser excluída dentro da sua escola, mas não é expulsa por ser negra, você não é expulsa no seu templo de adoração por ser negra, então dependendo do contexto, lesbianidade pesa muito mais nas questões das exclusões e da negritude em relação aos afetos (...). Tudo vai depender do contexto, mas com certeza, tudo que é preto vai sofrer mais. A lésbica negra vai sofrer mais. Como uma mulher negra que podia estar rebolando, ganhando dinheiro, vai estar com uma outra mulher?! (*Azaracá*, 25/10/2010).

*Neusa*, nessa questão, sinalizou que as negras são afetadas pelo racismo, mas para ela, tanto negras quanto brancas são vítimas e passam pelo mesmo processo de invisibilização.

A lesbofobia tem ganhado espaço nas redes sociais como a Internet por exemplo. O caráter anônimo da rede, ainda que ilusório, dá a agressores a confiança de que não serão descobertos ao destilarem seus preconceitos.<sup>7</sup> Algumas comunidades virtuais vêm disseminando a ideia do “estupro corretivo ou terapêutico” como medida educativa para “salvar” as lésbicas. A denúncia feita pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SMP), em março de 2010, foi enviada à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, e ao Diretor Geral da Polícia Federal para ciência e possíveis providências. A Coordenadoria do Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos enviou ao Promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo uma sugestão de que a Google Brasil Internet Ltda. retirasse do ar a comunidade, mas que a totalidade de seu conteúdo fosse preservada a fim de que, mediante autorização judicial, pudessem ser requeridos os dados de acesso dos proprietários, moderadores e responsáveis por algumas postagens criminosas da comunidade.

No cotidiano, a lesbofobia se manifesta de diferentes formas e muitas vezes essas práticas são naturalizadas. No seu trabalho com jovens meninas, *Dandalunda* vai desvendando esse processo da violência, ora silenciosa, ora física e psicológica:

Quando as mulheres resolvem assim, andar de mãos dadas, beijar, essas são mais passíveis de sofrer o processo de lesbofobia; as que são mais masculinizadas (...). (...) a gente tem casos de adolescentes aqui que sofreram lesbofobia mesmo: de apanhar, de ser agredida na rua. Uma contou: “Eu estava com uma menina que não quis ficar com um cara, então eles se juntaram e meteram a porrada na gente!” (...). Esse processo de lesbofobia vai acontecer no momento em que essa mulher se expõe, no momento em que elas estão na rua. A gente tem muita lesbofobia no

---

7 *Revista Fórum* n.º 94, janeiro de 2011, p. 6-12.

âmbito familiar porque a mulher lésbica ela é mulher... A gente jamais pode esquecer que essa lésbica é uma mulher, porque ela cresceu enquanto mulher. Então, todos os estigmas da mulher, da repressão sexual, da repressão dentro de casa, de abaixar a cabeça, de submissão... vieram com ela. Vieram antes, não tem jeito. Tem muito pai que xinga filha, que bate na filha, tem casos aqui de mães que deixaram filhos trancados para não saírem, porque não queria que a filha se encontrasse com a namorada. O âmbito familiar com a lesbofobia é muito grande. Tem sempre aquele caso daquela tia solteirona: ela é a madrinha, ela que tem que cuidar da mãe, ela tem que dar o melhor presente. Eu já ouvi situações assim: “olha você compra essa lista toda de material...” e a pessoa compra, ou “paga a natação dele” e a pessoa paga. O que é isso? Você não tem vida? “Você fica aí com minha mãe porque você não tem marido.” E a companheira? E a vida pessoal? O âmbito familiar é cruel. Se fala pouco desse processo de lesbofobia porque tem a ver com a questão da mulher e a mulher também fala pouco sobre isso. Ela tem vergonha. Ela tem vergonha, por exemplo, de dizer que apanhou da companheira (*Dandalunda*, 09/09/2010).

Muitos jovens gays e lésbicas sofrem desta violência dentro da própria família onde o estupro acontece, sendo praticado por primos, tios, irmãos, padrinhos, vizinhos. O cotidiano das relações familiares também é destacado por *Azaracá* que mostra como a lesbofobia pode ser traduzida numa modalidade de violência quase imperceptível entre um discurso e outro ou uma ação:

Quantas vezes a gente tem que pagar plano de saúde de afilhados, de neto, comprar sandália Rider para o pai, faca elétrica para mãe, virar madrinha e mandar os afilhados para a Disney, pra aula disso, pra aula daquilo e pra gente sobra quase nem poder circular livremente dentro de casa... (*Azaracá*, 25/10/2010).

Assim como a homofobia, a lesbofobia funciona como um mecanismo de controle sexual e ordem social. No dia a dia inúmeras experiências de opressão, preconceito e discriminação ocorrem. Alguns meios de comunicação divulgam quando há uma pressão

social do movimento LGBT para que não naturalize, inferiorize ou legitime tais ocorrências. Contudo, isso ainda parece ser uma pequena ponta do *iceberg*, pois o silêncio imposto gera uma invisibilidade e com isso a falta de dados escamoteia a realidade.

### **“A falta de dados é um dado”: a invisibilidade da violência**

A pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil”, realizada em 2008-2009 pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, apurou que a dificuldade para se obter dados abrangentes sobre a população LGBT no Brasil decorre ainda do próprio preconceito e estigma a que seus membros estão sujeitos. O ocultamento das identidades reforça a invisibilidade dos dados que se transforma num mecanismo perverso atingindo todas as dimensões humanas.

Através de dados quantitativos buscou-se mensurar tanto indicadores objetivos de práticas discriminatórias em razão da orientação sexual quanto percepções sobre o fenômeno e manifestações diretas e indiretas de atitudes preconceituosas. Com base nos dados coletados sobre a existência ou não de preconceito contra pessoas LGBT no Brasil, a pesquisa revelou que 73% da população acreditam que existe muito preconceito contra travestis; 71% contra transexuais; 70% contra gays; 69% contra lésbicas e 64% contra bissexuais. Ao serem perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitem ter preconceito contra travestis; 28% contra transexuais; 27% contra lésbicas e bissexuais e 26% contra gays. Chama a atenção nesses resultados a contradição de opiniões em relação aos gays, às lésbicas e aos bissexuais. Ao confirmar a existência do preconceito externo, os indicadores apontam uma rejeição maior aos gays, ao contrário da autodeclaração que aponta um índice maior de preconceito em relação às lésbicas e aos bissexuais.

Ainda sobre essa questão, a pesquisa chama a atenção para as taxas relativamente elevadas de pessoas que admitem ter pre-

conceito contra pessoas LGBT em comparação aos resultados das pesquisas de Idosos no Brasil (2006) e de Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil (2003). A hipótese previamente explicada sobre esse resultado baseia-se na disseminação de piadas e sua aceitação social. Menos criticado socialmente, a natureza da identidade sexual vista como “opção” ou “preferência”, em contraste com as identidades “raciais” e/ou “etérias”, que de modo evidente, independem das escolhas individuais e, conseqüentemente, seria mais incorreto discriminá-las.

No caso da existência lésbica, a intolerância desses veículos revelou-se de maneira mais contundente. Através de séculos essa temática repousou no silêncio, na invisibilidade, não sendo mencionada. Certamente a omissão desse assunto não foi por ingenuidade ou esquecimento. Ocultar a existência lésbica consiste na negação de sua subjetividade e na minimização de suas demandas.

A heterossexualidade imperante se baseia nas desigualdades de gênero e na regulação sexual e tem sido imposta para as mulheres por meio da família, da escola, dos meios de comunicação, além de vigorar também nos serviços públicos.

Sobre os dados invisíveis da violência contra lésbicas, *Ilnar* declara:

Dados de lésbicas são raros, na saúde, na segurança, na educação. Com diz Jurema Werneck “a falta de dados já é um dado”. É um dado de invisibilidade, de interesse político e não existem dados talvez porque não existam notificações. Não se oportuniza a questão da declaração da sua orientação sexual. Existe violência. Sabe que existem grupos que detectam isso, trabalham com isso, recebem denúncias sobre isso, mas não existem dados notificados, quantificados sobre isso (*Ilnar*, 25/10/2010).

O fato de ser lésbica torna as mulheres homossexuais ainda mais vulneráveis às diversas formas de violência contra as mulheres. O “mito do silêncio” ganha força a partir do momento em que essa oposição, normal e contra a natureza, no campo da

sexualidade dita uma regularização das práticas sexuais. Sendo assim, a heterossexualização imposta ao corpo lésbico constitui essa invisibilidade e silenciamento vindos de instrumentos tão poderosos que adentram na domesticação do corpo, nas práticas de ensino, na punição. O medo é um elemento comum e daí é compreensível entender o abismo que há entre as denúncias da violência e a visibilidade da homossexualidade. Se o silêncio invisibiliza os dados, a exposição não raras vezes, pune. E nesta dupla tensão, o “outro” ainda se torna tutor dos passos alheios.

### **Considerações finais**

O debate em torno dos direitos humanos tem sido pauta de todas as agendas políticas, reconhecendo-os como instrumento da dignidade inerente ao ser humano.

Os direitos humanos nascem da emergência de garantir o direito à vida e a uma convivência pautada na justiça, compreendendo assim que todos os seres humanos são dotados de capacidades física e intelectual, como também de dignidade. Historicamente os direitos humanos se constituíram continuamente, à medida que a sociedade ia demandando especificação dos carecimentos e dos interesses (Bobbio, 1992: 15).

Os artigos 1º e 2º da Declaração Universal adotam o reconhecimento da universalidade humana considerando que todos e todas nascem livres e iguais em dignidade e direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião ou qualquer outra condição. Decorrente dessa consideração, pressupõe-se que os direitos humanos são comuns a todos e intrinsecamente estão ligados à democracia, à paz e ao exercício de cidadania.

A criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação em 2001 foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementar as recomendações advindas da Conferência de Durban. Em 2004, no governo Lula foi criado, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Programa

Brasil sem Homofobia (BSH), cujas ações possibilitaram a criação de centros de referência e combate à homofobia, além de financiar algumas pesquisas e promoções da Cidadania LGBT. Através desse Programa, que tem por objetivo maior promover a cidadania e a equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, requer-se a construção de políticas públicas de acordo com as reais necessidades desse segmento.

A fala rompe os seus contratos a partir do momento em que nos colocamos à disposição de quebrar os silêncios impostos. Quebrar esse silêncio no universo das mulheres, das negras, das lésbicas e congregar num só sujeito seu gênero, sua cor e sua orientação sexual implicada em estigmas e preconceitos, foram e são desafios diários de todas nós mulheres constituintes deste mosaico de diversidade e complexidade que somos.

O racismo e a violência contra homossexuais – neste caso, a lesbofobia – se apresentam de maneiras e impactos diferenciados. Não queremos dizer que há uma sobreposição de um em relação ao outro, porém ficou percebido nos depoimentos das entrevistadas que o fato da cor da pele ser algo que não é possível “disfarçar” faz com que o racismo apresente outros desdobramentos, tornando-se mais agressivo.

No que diz respeito à lesbofobia, observamos que ela acontece de forma diferenciada. Isso significa dizer que o corpo e as *performances* corporais delimitarão as “proteções” e as “vulnerabilidades” vivenciadas pelas mulheres. Sejam mulheres negras ou brancas, a violência ocorre. No caso das negras, a punição racial. Nas entrelinhas dessa lógica perversa, subentende-se que a exposição da identidade está sujeita às ocorrências e é uma “escolha” e/ou “um pedido” à violência.

As conclusões às quais chegamos apresentam uma realidade de mulheres negras lésbicas que conseguiram transformar o que socialmente as “estigmatizavam” em sucesso e superação. Nos subúrbios e nas favelas onde se encontra uma grande concentração da população negra, com baixa escolaridade e situações pre-

cárias, o preconceito e a discriminação se configuram também de formas diferenciadas.

Uma outra batalha, que muitas vezes se esconde entre os silêncios e “silenciamentos” que envolvem o universo das mulheres lésbicas, é a questão de políticas públicas, a citar, educação, direitos sexuais e reprodutivos, mercado de trabalho e saúde, que vêm consolidando a pauta política das lésbicas dentro do movimento.

Durante as entrevistas, todas as quatro entrevistadas apontaram com unanimidade a questão da saúde da mulher lésbica. Segundo elas, a chegada dessa mulher até os serviços de saúde se torna muitas vezes uma travessia de difícil alcance e de desmotivação. Essas duas variáveis apresentadas são decodificadas por meio da representação do corpo, da falta de informação e sensibilidade do profissional no atendimento, da heteronormatividade compulsória, do preconceito mediante a orientação sexual, dos mitos em relação às DSTs frente às mulheres lésbicas. O nível de escolaridade, social e racial, também é um fator de resistência e motivador de uma “não busca” desses cuidados.

O Programa Brasil sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT determinam algumas metas e estratégias em torno dessa questão, com relevância para a educação e orientação de agentes que prezam pela segurança da população.

Em 2010, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ganharam um Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBT situado no centro do Rio de Janeiro com o objetivo de realizar atendimento social, jurídico, denúncias, atendimento às vítimas de violência e discriminação, entre outras questões.

Sem dar por encerrada nossas reflexões, os desafios e as estratégias aqui revelados são convites para o rompimento do silêncio das “maiorias silenciadas”. Entendemos que não basta elaborar políticas se não houver profissionais sensíveis às especificidades contemporâneas. A prática e a formação profissional são temas que precisam ser visitados e revisitados cotidianamente.

Há um grande esforço hoje através dos movimentos sociais para que, cada vez mais, esses grupos considerados minorias – ou seja, negros, mulheres, homossexuais, indígenas, entre outros e que estão à margem, portanto sujeitos à uma vulnerabilidade maior e, no caso extremo, sujeitos à própria exclusão –, possam pautar agendas políticas que gerem ações políticas e sociais, atendendo, assim, as especificidades desse público.

A dignidade humana é o ponto comum entre todos/as e cabe enfatizar que, sendo universais os direitos, os questionamentos aqui levantados contribuem para um pensamento constante a respeito dos sujeitos sociais e do modo como as políticas vêm sendo configuradas na sociedade. Partir da autorreflexão e verificar a serviço de quem as políticas públicas são destinadas, como vêm sendo executadas e quem as executa é um exercício que mostrará o lugar de onde estamos falando e a quem estamos nos dirigindo.

### Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. [1909] 4ª reimpressão. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), jan-jun./2006, p. 329-376.

FARIA, Glauco; PIRES, Thalita. Homofobia em preto e branco. *Revista Fórum*, n.94, jan./2011, Publisher Brasil, p. 6-12.

MARCELINO, Sandra Regina de Souza. *Mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio*. Dissertação apresentada em maio de 2011 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Identidades interseccionais e militâncias políticas. In: GROSSI, Miriam (org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 385-403.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. V. 5. São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Revista estudos feministas*. 1995/2, ano 3, p. 446-456.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SANTOS, Regina Coeli. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. *Raça, sexualidade e política: um estudo da constituição de organizações mulheres lésbicas negras no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Federal Fluminense/UFF – RJ, 2006.

WERNECK, Jurema Pinto. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema Pinto (org.). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Criola, 2009.

### **Publicações acessadas pela Internet**

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos avançados. São Paulo, v.17, n.49, dez./2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 22/06/2010.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra (1984), p. 1-13. Disponível em [http://www.leliagonzalez.org.br/material/mulher negra.pdf](http://www.leliagonzalez.org.br/material/mulher%20negra.pdf). Acesso em 15/01/2010.

**Epílogo**

**POR ONDE JÁ SE CAMINHOU?**



## **OUTRAS PROFISSIONAIS: MULHERES NEGRAS E MERCADO DE TRABALHO\***

Reinaldo da Silva Guimarães\*\*

Muda as pessoas que estão à sua volta (...) faz seus primos, seus sobrinhos, sonharem que é possível. Isso é o mais importante (...) você ajuda as pessoas a começarem a sonhar. Isso para mim não tem preço. Não é você contribuir com o carro da tua mãe, ou contribuir com o orçamento familiar (...). É saber que a sua sobrinha fala: “Ah, eu vou fazer jornalismo também!” Ou então o seu sobrinho fala: “Minha tia conseguiu, vou fazer medicina!” Jamais se sonhava em entrar na universidade. Eu fui a primeira pessoa da minha família a entrar na universidade. De todos: por parte de pai, de mãe e de todos os ancestrais, de tudo, enfim, de todos os escravos. Hoje eu tenho quatro pessoas [da família] na universidade. E quase todos da nova geração sonham... Isso não tem preço. (Ex-estudante da PUC-Rio, bacharel em Comunicação Social em 2001)

As transformações ocorridas nas condições de acesso às universidades brasileiras vêm representando uma nova avenida para segmentos sociais histórica e sistematicamente sub-representados nas instituições de Ensino Superior, e os exemplos de trajetórias “bem-sucedidas” têm feito a diferença, possibilitando a transformação da realidade de pobreza cultural e econômica na vida individual, familiar e das comunidades pobres do Estado e da cidade do Rio de Janeiro. Em função dessa realidade, julguei per-

---

\* Este trabalho reproduz parte do sexto capítulo da minha tese de doutorado intitulada “Educação superior, trabalho e cidadania da população negra: o que aconteceu com os estudantes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede beneficiários das ações afirmativas da PUC-Rio”, defendida em maio de 2007 na PUC-Rio.

\*\* É doutor em Serviço Social pela PUC-Rio (2007); mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro/IUPERJ (2001); bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela PUC-Rio (2000). É professor titular na Uniabeu em Belford Roxo, na área de Serviço Social; professor na Unipli em Niterói, na área de Serviço Social. É membro do NDE na Uniabeu e pesquisador de conteúdo junto ao Ipeafro.

tinente conhecer as histórias de vida de profissionais negras beneficiárias das ações afirmativas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), para conhecer as suas alegrias e tristezas, as suas vitórias e derrotas, os seus projetos e realizações. Seus relatos se apresentam como significativamente importantes, não só porque dizem respeito ao processo de transformação das relações raciais no âmbito do Ensino Superior brasileiro, mas também por revelar uma “revolução silenciosa” (Souza e Silva, 2003) que vem ocorrendo no contexto sociocultural brasileiro a partir da Educação Superior. Mais do que apresentar a vitória obtida pelas profissionais negras formadas na PUC-Rio, ao superarem todas as dificuldades impostas aos estudantes pobres da população negra no Brasil para entrar, permanecer e sair formado da universidade, é importante demonstrar que a trajetória dessas profissionais é uma prova de luta, dedicação e exemplo de “sucesso”. Como primeiras representantes do encontro entre a PUC-Rio e o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), essas profissionais, a partir desta experiência vital, protagonizaram e protagonizam uma nova prática social transformadora das relações sociais e raciais no contexto sociocultural brasileiro.<sup>1</sup> Assim, elas expressam, no sucesso de suas trajetórias, a realidade objetiva dessa revolução silenciosa, verificável no ingresso e na posição que ocupam na hierarquia ocupacional na esfera do trabalho; nas transformações ocorridas em sua vida material e no efeito multiplicador de suas trajetórias perante suas famílias e comunidades.

No decorrer das entrevistas<sup>2</sup> um aspecto fundamental para o debate desenvolvido neste trabalho chamou minha atenção: a

---

1 Uma discussão substantiva sobre essa questão pode ser encontrada em “A dimensão afirmativa das ações: uma perspectiva analítica e a experiência do PVNC”, Guimarães, 2003.

2 De um universo de 347 estudantes bolsistas de ação social foram selecionados 40 indivíduos, mas somente 14 foram contatados, sendo 12 integrantes do sexo feminino e dois do sexo masculino. A seleção se deu por Coeficiente de Rendimento/CR. As entrevistas, contendo 15 perguntas fechadas, foram realizadas no período de fevereiro de 2005 a agosto de 2006.

relação existente entre o *status* ocupacional superior ou posição hierarquicamente prestigiosa e a posição desejável ocupada pelas entrevistadas. A partir das entrevistas ficou transparente a importância simbólica e objetiva do profissional da população negra em ocupar determinadas posições de “prestígio” na hierarquia ocupacional, não somente pelo exemplo de ascensão e mobilidade social, mas como uma demonstração irrefutável de sua competência para exercer determinadas funções. Entretanto, ficou claro também que, em muitos casos, exercer uma posição que seja “prestigiosa” – no sentido de ser superior na hierarquia ocupacional – não é uma condição *sine qua non* para determinar o nível de satisfação profissional, ou mesmo uma condição necessária para que tais profissionais se sintam plenamente estabelecidas e realizadas como cidadãs. O que se observa, de fato, pelo menos para as profissionais entrevistadas, é que muitas dessas profissionais estão exercendo atividades que, embora não sejam consideradas posições superiores na hierarquia ocupacional da empresa onde trabalham, são posições que, comparadas com as ocupadas por profissionais não negras e com a mesma qualificação, são desejáveis no sentido de sua realização profissional.

Julgo relevante e expressivo aos propósitos deste texto trazer como relato principal as vozes das próprias profissionais sobre suas trajetórias. Acredito que assim, deixo muito mais claro o que quero transmitir, pois acredito também que todo o simbolismo presente em cada discurso traz à reflexão um borbulhar de vida e de sentimentos que a pura análise do que foi narrado não deixaria transparecer. Como este é um estudo sobre o resultado das políticas e ações afirmativas, entendidas sob o ponto de vista dos indivíduos beneficiados, afirmo que a concretude de toda discussão acerca da efetiva construção do que tenho chamado de “afrocidadanização”<sup>3</sup> tem sua substância direta no discurso de

---

3 Este conceito forjado por mim representa meu sonho, minha utopia em ver transformadas as condições históricas de vida dos indivíduos da população negra no Brasil. Por meio desse conceito procuro traduzir o sentido e dar concretude ao significado do que entendo por “cidadania plena”. Ou seja, é concebido e apontado aqui como um caminho e uma base efetiva para a realização

cada entrevistada. São trajetórias exemplares e, por isso, precisam ser trazidas à baila como um farol que aponta um devir, um futuro.

Vale ressaltar que a importância do relato autobiográfico está em permitir que a trajetória de vida de cada ator social seja reinterpretada, a partir de sua condição atual, como projeção do seu passado. Sua relevância está no fato de se poder apreender em que condições e posições essas profissionais foram absorvidas pelo mercado de trabalho. Por isso, trago os discursos de forma descritiva, alguns em sua íntegra, porque os julgo significativos e exemplares para o estabelecimento e pavimentação de um caminho, através do qual possamos seguir para transformar as bases pelas quais a sociedade brasileira tem se conduzido até hoje em relação aos indivíduos da população negra.

### **Novas posições: mulheres negras e o mercado de trabalho**

A trajetória entre a saída da universidade e a entrada no mercado de trabalho das profissionais entrevistadas se mostra relativamente próspera e positiva. Isso significa dizer que quase a totalidade das entrevistadas se inseriu na esfera do trabalho em posições desejáveis e condizentes, do ponto de vista da sua satisfação profissional, após a sua formatura na graduação. Para a grande maioria o ingresso na esfera do trabalho ocorreu relativamente de forma rápida e sem muitos obstáculos: durante o curso através de estágios ou mesmo através de contratos.

As entrevistadas estão ocupando posições em que até então não era comum encontrar um profissional da população negra. Obviamente que em alguns casos ainda incidem algumas discriminações, tanto em termos salariais quanto ocupacionais, mas em termos de ingresso apresentam um verdadeiro potencial

---

de uma verdadeira equidade social, através da qual todos os indivíduos dessa população sejam de fato contemplados e plenamente estabelecidos em nossa sociedade (ver Guimarães, 2007).

para a transformação da realidade experimentada pelos indivíduos dessa população até então. Dadas as condições atuais, essa é uma realidade na qual, a persistirem as atuais ações individuais e coletivas associadas a políticas públicas contra a desigualdade racial, certamente o futuro será próspero. Em muitos dos casos observados, a discriminação ocupacional praticamente inexistente, deixando em seu lugar “apenas” as discriminações salariais. Essa é uma mudança significativa, visto que a desigualdade racial nas relações trabalhistas se caracteriza pela forte presença de discriminações, tanto no âmbito salarial quanto, e principalmente, no âmbito ocupacional. O fato relevante, demonstrado no resultado das entrevistas, é que a entrada no mercado de trabalho de uma população negra qualificada, com Ensino Superior e graduada em uma das mais prestigiosas universidades do Brasil, tem ampliado de maneira significativa não só a igualdade de oportunidades, como também a igualdade de posições na hierarquia ocupacional no mercado de trabalho. Como o relato abaixo revela:

Hoje eu sou gerente de atendimento. Hoje a instituição é dividida em três gerências: Gerência Administrativa; Gerência de Atendimento, que é a parte ligada diretamente ao trabalho com as famílias e a Gerência Geral, que é hierarquicamente mais alta. Então, sou gerente de atendimento. Tem tudo a ver com meu trabalho, porque o trabalho com Serviço Social não está ligado só com as ações diretas com os usuários, há também essa parte de implementação, de planejamento, que é toda parte que eu faço. Nessa área que eu trabalho, esse é o espaço máximo, na verdade, porque o atendimento, o atendimento agora lá é dividido: o apoio técnico, os assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, as voluntárias, que atendem também as famílias e aí tem uma parte de informática e tal, e o direito do atendimento, que é justamente o setor mais elevado hierarquicamente nesse espaço de trabalho. Então, assim, esse espaço é o espaço que poderia estar. O outro espaço hierarquicamente mais elevado, digamos, que seria a Gerência Geral, é o espaço que eu não tenho a menor vontade de trabalhar, absolutamente, é muito número, sabe, aí é, não só muito número,

é muito burocrático, então, não tem nada a ver com o que eu gosto de fazer. No meu trabalho eu estou perto das famílias, eu quero ver como as famílias estão; se estão melhorando sua situação ou não, eu tenho contato com o atendimento de alguma forma. É o que eu gosto muito mesmo, então, assim, eu não tenho interesse de fazer outra coisa. Hierarquicamente acima seria a Gerência Geral, não tenho menor interesse.

(Ex-estudante da PUC-Rio, bacharel em Serviço Social em 2000. Rio de Janeiro, 04/05/2006)

Como foi destacado acima, essa entrevistada, caso quisesse ocupar um lugar de maior destaque e “prestígio”, ela o ocuparia sem ter problemas, mas a sua plena realização profissional não está na posição superior que pode ou poderia ocupar – apesar de ocupar uma posição limite e de destaque no setor em que trabalha-, mas na especificidade da atividade que exerce.

O ingresso imediato na esfera do trabalho em posições e salários condizentes com a formação, uma realidade para a maioria das entrevistadas, foi fundamental, como era previsto, para uma transformação substancial em suas vidas. Oriundas de famílias e comunidades pobres, essas profissionais deram um salto quantitativo e qualitativo em suas vidas, transformando-se, assim, em exemplos da condição de possibilidade de transformação das condições materiais, culturais e sociais dos indivíduos pobres da população negra, ou seja, da possibilidade concreta da realização da “afrocidadanização”. Essa condição, vale a pena ressaltar, não é uma condição estática como na “democracia racial”, que mantém o *status quo* da desigualdade social enquanto afirma a não existência de desigualdade racial como fator preponderante para a sua perpetuação.

Nesta discussão ressalto que a transformação das condições materiais de vida, entendida aqui, sob alguns aspectos, como uma relativa mobilidade social, em virtude da conversão de “capital cultural”<sup>4</sup> em posições desejáveis na esfera do trabalho,

---

4 Bourdieu (2005) formula o conceito de “capital cultural” para dar conta da desigualdade do desempenho escolar de crianças de diferentes classes sociais, procurando relacionar o sucesso escolar com a distribuição desse capital espe-

deve considerar o que declara Pastore (2000: 1) ao afirmar que “os estudos de mobilidade social não são *flashes* de curto prazo” e que, portanto, as trajetórias exemplares e seus efeitos multiplicadores, são indícios desse devir, desse futuro, a partir da ampliação das oportunidades.

Uma análise da mobilidade social, conforme Scalon (1999: 18), requer uma concepção de espaço social onde se distribuem bens e valores e se definem as posições dos atores, e, consequentemente, suas relações. Entretanto, o espaço social não é estático, e é através do estudo da mobilidade que se busca capturar a intensidade das mudanças, revelando dessa forma como ele é organizado. Para a autora,

o pressuposto básico das análises de mobilidade é o de que na sociedade moderna as oportunidades de aquisição de riqueza e poder são diferenciadas e dependem de condições sociais que não se restringem às qualidades pessoais. Dessa forma, o estudo da mobilidade social torna possível identificar rotas, bloqueios, sucessos e fracassos que são padronizados e sistemáticos, e devem ser entendidos como resultados tanto de talentos e realizações individuais como de processos sociais. Dessa forma, a mobilidade social inscreve-se nas análises de desigualdade, na medida em que estas esclarecem processos de cristalização ou redistribuição, permanência ou mudança nas chances de alocação em posições da estrutura social.

Por considerar recente, nova e inédita a condição de ingresso na esfera do trabalho de profissionais com o perfil apresentado pelas profissionais pesquisadas, não considero este estudo como uma específica análise sobre mobilidade social, mas como um importante dado para avaliar a possibilidade de ascensão econômica a partir da ampliação do “capital cultural” dos indivíduos pobres da população negra. Assim, posso afirmar que, em curto

---

cífico entre as classes ou frações de classe. Com isso, rompe com os pressupostos inerentes à (1) visão de senso comum, que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito de “aptidões”, e às (2) teorias do capital humano.

espaço de tempo, se comparado com a geração imediatamente anterior à sua – pai e mãe –, foi possível para algumas das entrevistadas uma mobilidade ascendente, com a ampliação de seu acesso a determinados bens econômicos e, principalmente, a benefícios simbólicos. Essas transformações se refletem no “efeito multiplicador” de suas trajetórias. Considero este “efeito multiplicador” o resultado expressivo de uma trajetória exemplar que desempenha um papel de apontar um devir como possibilidade de se fazer sonhar, tanto os indivíduos mais próximos, os mais distantes, os integrantes das suas famílias, como alguns indivíduos da sua comunidade, com um nível socioeconômico e cultural diferente.

A propósito dos discursos apresentados aqui, veremos que há diferenças fundamentais a serem consideradas no que concerne à transformação na vida das entrevistadas, pois, como apontei anteriormente, o processo de mobilidade social não é um *flash*, algo que se dá num instante, mas um processo longo de luta e perseverança aliado a oportunidades e competências. Algumas das entrevistadas já trabalhavam em outra atividade e não perceberam uma mudança substancial na sua condição material, principalmente por não terem ingressado de forma imediata na esfera do trabalho. Outras, muito embora afirmem ter acontecido mudanças significativas em sua vida material, revelam que a grande mudança ocorreu mesmo foi no âmbito simbólico. Porque mais do que fazer sonhar com um futuro, cada trajetória demonstra uma realidade objetiva, tanto no que concerne à transformação da qualidade de vida quanto nas formas de serem consideradas e reconhecidas na sociedade. Isso é significativo do ponto de vista das representações sociais na sociedade brasileira.

No que se segue, apresento alguns dos depoimentos mais ilustrativos – e que transbordam vida – das transformações ocorridas na trajetória das profissionais entrevistadas. Vemos, por exemplo, no discurso a seguir, como este reflete sua condição de plenamente satisfeita com a sua vida atual, mesmo conside-

rando os problemas relacionados à discriminação ocupacional e salarial, pois traz e revela a mudança profunda ocorrida em sua vida material.

Olha, antes de eu entrar na faculdade, eu morava em Deodoro, uma comunidade pobre e, assim, depois que eu me formei (...) eu tenho também a minha irmã, ela também fez informática em outra universidade, então a gente se uniu para conseguir sair dali (...) porque era o lugar em que a gente cresceu, que a gente nasceu, mas a gente queria conquistar algumas outras coisas (...) porque todo mundo sabe que os lugares carentes às vezes têm um pouco mais de violência também do que os outros lugares. Então, na época da faculdade a gente chegava super tarde em casa. Saía da PUC-Rio às dez horas, chegava todo dia à meia-noite, então sempre tinha um perigo para chegar em casa. Então, a primeira coisa que a gente pensou foi: “depois que a gente se formar, vamos tentar sair daqui”. Assim, depois de dois anos trabalhando, juntando dinheiro, a gente conseguiu sair dali, e nós duas juntas conseguimos comprar este apartamento. Depois de dois anos que a gente se formou, e depois de mais um tempo, de mais um ano, um ano e meio, a gente conseguiu comprar um carro também juntas. Então, hoje em dia a gente ainda mora com nossos pais. Nós nos mudamos para o Méier, minha mãe também. A nossa família toda tinha a mesma condição social, de pobres. Então, a minha mãe deixou a casa dela para os irmãos dela, com um irmão e uma irmã, eles moram lá. Então a gente procura ajudar as outras pessoas da família. Minha mãe é a mais velha, então ela está sempre ajudando, e a gente também. Eu tenho uma prima que está na faculdade agora, quando ela precisa, a gente ajuda.

(Ex-estudante da PUC-Rio, bacharel em Tecnologia em Processamento de Dados em 2000. Rio de Janeiro, 13/03/2006)

Vemos também no discurso de outra entrevistada como houve uma melhoria significativa em sua vida, se comparada a uma realidade comum vivida pela maioria dos estudantes das camadas populares que ingressam no Ensino Superior: a dificuldade de viver a universidade, devido principalmente à insuficiência de

capital econômico para se manter e atender a todas as despesas que estudar exige.

Olha, não posso dizer que seja uma vida recheada. Não é uma vida que não se tem dificuldade, como não é para muita gente, mas se for comparar o que eu passava na faculdade: levar lanche, não ter dinheiro, nenhum centavo para poder comer na faculdade, tinha que levar lanche de casa, ficava o dia todo na faculdade (...) usava blusa de uniforme para entrar pela frente no ônibus. Se comparar, lógico, eu estou longe disso, muito longe, graças a Deus. Porque, hoje eu posso, hoje eu tenho a minha casa própria, na verdade eu sempre tive, nunca morei de aluguel, minha mãe tem casa e tudo (...), mas, depois, eu pude construir uma casa junto com meu marido. Uma coisa que na nossa época era quase impossível de pensar era uma coisa sempre muito complicada que era o fato de eu poder ter computador com acesso à Internet e você poder ter, (...) isso, é claro, que tem outras implicações, que é o fato da economia estar diferenciada hoje, está tendo muito coisa mais populada, no sentido de que existem as privatizações, o estado neoliberal, enfim.

(Ex-estudante da PUC-Rio, licenciada em História em 2001. Rio de Janeiro, 24/03/2006)

Ainda nesse mesmo depoimento, ela, ao comparar sua vida anterior com a que tem nos dias atuais, afirma:

Eu posso dizer que tenho uma vida confortável hoje. Eu sei que, por exemplo, se hoje chegar um feriadão, “vamos viajar, vamos embora, vamos viajar”! (...) ainda não tenho uma casa na praia, nem um iate, mas hoje eu posso planejar alguma coisa, antigamente eu não podia. E, como a gente, de certa forma, sabe que, quando a gente nasce numa família empobrecida, com pouca possibilidade, a educação é a única saída, é o único caminho para que você possa realmente entrar no mercado de trabalho e ascender socialmente. Então, hoje, sim. Hoje eu posso falar que a minha família, ela se modificou, a gente tenta ainda, a gente luta, batalha para poder conseguir fazer algumas coisas, mas hoje a gente sonha em relação às coisas que há anos atrás a gente não podia sonhar: de poder ter uma casa mais confort-

tável, de poder ter um carro. A gente sonhava em ter carro em casa e hoje o pessoal lá em casa pensa nisso. A minha irmã tem um carro. Hoje eu tenho uma irmã minha que fez faculdade, que é funcionária federal, então, ela comprou a casa dela, coisas que há cinco anos a gente não pensava que poderia ter (*idem*).

A trajetória de outra profissional entrevistada reflete, em seu sentido econômico e simbólico, a importância de se ampliarem as igualdades de oportunidades para os indivíduos das camadas populares para o ingresso no Ensino Superior como um dos principais e efetivos instrumentos para se eliminar a desigualdade social na sociedade brasileira. De seu discurso brota toda a essência do que almejo transmitir neste trabalho. Dele também emerge todo o sentido que quero dar às expressões “efeito multiplicador” e “afrocidadanização”. Leiamos a pujança do seu importante discurso:

Essa é para chorar (...) o ingresso na universidade foi muito duro. Meu pai era motorista de ônibus, minha mãe trabalhava com projeto social. A gente sempre teve uma consciência social por causa disso, mas, sei lá, a média salarial da minha família na época devia ser seiscentos reais, e as passagens para a PUC custavam quase trezentos, duzentos e pouco, metade do orçamento da família. Eu passei roupa para pagar passagem, eu vendi bijuteria, eu fiz cruz na boca, como se diz dos pobres (...) a gente fica com fome, fiquei com fome na PUC. Então, para mim foi muito difícil, porque eu fiquei com fome, eu pedi carona, como meu pai era motorista de ônibus, para eu economizar na passagem, e a passagem era caríssima até a Central do Brasil, de Nova Iguaçu, eu pedi carona muito tempo, e, aí, até fui posta para fora do ônibus, óbvio. Então, eu costume dizer que (...) quando a gente entra na faculdade (...). Foi um processo de degradação da minha autoestima, tão grande! Porque, como a gente entra na faculdade dessa maneira, você está tão acostumado a baixar a cabeça. Sempre falo isso! Você baixa a cabeça para pedir carona, você baixa a cabeça para pedir *xerox*, você baixa a cabeça para a professora para falar que não tem um DVD em casa para assistir ao filme que ela pediu. Você baixa a cabeça para dizer que você não pode comprar o

livro. Resultado: quando você termina o curso, você não consegue mais levantar a tua cabeça, porque está com torcicolo. Teu pescoço está tão duro! Você está com a cabeça tão para baixo, que você demora. Eu acho que demorei. Eu tenho cinco anos de formada! Pelo menos nos últimos quatro, eu fiquei tentando levantar a minha cabeça. Eu tive depressão! Foi um processo de degradação da autoestima. (...) Eu fico pensando: meu Deus, graças a Deus os pobres e negros chegaram à universidade. Mas, meu Deus, a que custo! Que custo é esse? Que degradação é essa? Talvez tenha pessoas que não se recuperem jamais, eu pude me recuperar, enfim, minha vida material era isso.

(Ex-estudante da PUC-Rio, bacharel em Comunicação Social em 2001. Rio de Janeiro, 18/07/2006)

Ela, ao comparar sua vida atual com a que teve anteriormente à sua formação adquirida na PUC-Rio, mostra o seu percurso e sua ascensão social; porém, mais do que isso, afloram no texto a certeza e a alegria de se ver criando paradigmas, de se ver gerando e abrindo caminhos:

Agora, hoje, eu ganho um excelente salário em relação à população brasileira, não em relação aos apresentadores, não em relação a quem faz a mesma coisa que eu, meu salário é baixo em relação às outras pessoas que têm a mesma função. Eu ganho um salário baixo em relação a eles, mas eu conquistei muitas coisas, e essa conquista não foi minha, foi uma conquista familiar. Com isso a minha irmã está na universidade, está se formando, tem melhorado, melhorou a vida dos meus pais, e melhorou em muito a minha vida. Estou pagando a minha casa própria, claro que tudo ainda é início, começando uma casa, mas já tenho um carrinho, não ando mais de ônibus há um ano e pouco, dois, sei lá, então, isso, há uma mudança drástica da minha vida, fora o *glamour* de ser uma apresentadora, muito mais *glamour* do que tudo. Não é você contribuir com o carro da tua mãe ou contribuir com o orçamento familiar da tua mãe, com dinheiro, mas é contribuir, saber que tua sobrinha fala “ah não, eu vou fazer Jornalismo também”, ou então teu sobrinho fala “minha tia conseguiu, vou fazer Medicina”. Jamais se sonhava em entrar na universidade, fui

a primeira pessoa da minha família a entrar na universidade, de todos, por parte de pai, de mãe, e de todos os ancestrais, de tudo, enfim, de todos os escravos. (*idem*).

Por fim, como podemos perceber, o caminho para a transformação das condições materiais de existências dos indivíduos das camadas mais pobres da nossa sociedade, não importando neste aspecto se são da “raça” negra ou não, começa com um pequeno gesto, com uma pequena ação, com a agência humana de cada um de nós, e essas ações se espalham pela sociedade como um contágio, e seu efeito multiplicador transforma caminhos e realidades.

Um dos aspectos mais importantes da análise da trajetória das profissionais entrevistadas está no impacto que sua formação acadêmica teve sobre a sua família e comunidade de origem. O desenvolvimento de novos projetos e a participação ativa em projetos já existentes, especialmente os ligados aos pré-vestibulares, é um traço marcante na trajetória de alguns desses indivíduos. A perspectiva de quem se forma e consegue ingressar imediatamente na esfera do trabalho e, em função disso, inicia um processo de ascensão social, sendo originário das comunidades pobres, principalmente convivendo com a cotidianidade da violência, seria a de seguir o caminho “natural” em busca de outros lugares mais tranquilos para viver, geralmente para viver em lugares distantes da comunidade onde nasceu e se criou. Mas, em alguns dos casos estudados, as entrevistadas mantiveram seu vínculo com a comunidade mesmo depois de terem ascendido socialmente. De uma maneira geral, todas as entrevistadas colaboraram e colaboram de alguma forma com suas comunidades e ajudaram a muitos dos seus vizinhos e familiares a galgarem um espaço melhor e a melhorarem suas vidas.

Dentre as diversas formas de contribuição, quero destacar a trajetória de uma das entrevistadas, que dirige toda a sua formação acadêmica para trabalhar em função de sua comunidade. Ela ressalta em suas relações com a comunidade o fato de as pessoas irem até ela para conversar, para perguntar determinadas coisas,

para pedir orientação. Destaco ainda que a sua ação junto à sua comunidade de origem a levou a desenvolver todo o seu pensamento e todo o seu trabalho em função de tentar melhorar a qualidade de vida das pessoas que ali moram. Essa atitude tem feito uma diferença significativa em sua comunidade. A respeito dessa “ação afirmativa” e sobre seus projetos, ela declara:

Hoje a gente desenvolve uma série de projetos a partir das dificuldades que a gente vê nessa comunidade. A gente tem um conselho, que a gente chama de conselho da comunidade, que a gente reúne uma série de líderes, de lideranças, de moradores, creche, igrejas, para estar nos ajudando a pensar quais são os problemas e como é que a gente interage com essa comunidade. Então, eles apontam para a questão de que tinha muita gente analfabeta, então a gente trouxe um projeto de alfabetização de jovens e adultos e aí (...) a gente já trabalhava com a questão do pré-vestibular (...) tem muitas mulheres chefe de família na comunidade, sem recursos, sem fonte de renda, então, a gente montou um projeto de grafite, para usar a grafite como uma forma de geração de renda. Então, assim, a gente está sempre em contato com essa comunidade, pensando em quais são as necessidades e como é que a gente pode interagir. Acho que é, nesse sentido, todo o trabalho que eu faço. E a minha formação acadêmica eu uso trazer coisas e pessoas a essa comunidade para tentar melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram aqui (...).

(Ex-estudante da PUC-Rio, licenciada em Letras em 1998. Duque de Caxias, 31/05/2006).

Um outro significativo relato é dado por outra entrevistada, não só por sua atividade ligada às aulas de redação que continua dando no pré-vestibular em que estudou, mas principalmente pelo efeito simbólico de sua conquista para toda a comunidade, conquista essa que não considera somente dela, mas de todos.

Hoje, eu já estou fazendo 10 anos, esse ano, dando aula no pré-vestibular. Em 1996 nós fundamos o pré-vestibular, está fazendo 10 anos. Quando eu entrei na universidade, eu fundei

um pré-vestibular lá na comunidade, hoje meus ex-alunos são professores, eu fiquei velha. Vários professores são ex-alunos meus, os meninos ficam me encarnando “como assim, você deu aula para o professor de matemática, deu aula para o professor de história”, e eles se formaram. Então, lá na comunidade, uma rede, uma teia, o pré-vestibular caminha sem mim. Eu fiquei dois anos em São Paulo, eles continuaram a vida. Eu voltei, assumi lá o posto de novo, dou aula de redação, e já passaram, sei lá, 500, 600 alunos pela minha mão, então, eu contribuo dessa maneira.

(Ex-estudante da PUC-Rio, bacharel em Comunicação Social em 2001. Rio de Janeiro, 18/07/2006).

É retratada também pela entrevistada a peculiaridade da vida em comunidade, com todos os seus episódios de ciúme e inveja da conquista do outro e, especialmente, o orgulho que algumas pessoas da comunidade sentem por esta conquista.

Nossa, é (...) para mim é mais difícil, acho que complicado fazer essas perguntas, porque tem a questão do *glamour*. Eu estou sempre na minha comunidade, estou lá todo sábado e domingo, inclusive dou aula ainda no pré-vestibular. Então, é exemplo não só para minha família; aquela conquista, a conquista da universidade, foi uma conquista coletiva, inclusive do bairro, vizinhos. Eu me lembro que não tive dinheiro para fazer a formatura, e aí no dia da minha formatura, no dia que eu fui assinar lá, minha mãe foi comigo, eu assinei o livro de colação de grau. Pois é, eu assinei, e aí meio triste, porque claro todo mundo estava se formando, mas eu não queria ter aquela formatura, porque não era a minha vida, não era a minha realidade, só que eu não tinha dinheiro para nada, nem para o diploma (...) e aí, quando eu cheguei em casa meio assim, sabe, tudo bem, estou formada, e aí, eu cheguei em casa tinha uma mega festa, todos os meus vizinhos já estavam organizando aquela festa há um mês, sabe, assim, todo mundo chegou, cada um (...) chegou com um prato disso, daquilo, quando eu abri o portão estava o bairro inteiro dentro do quintal da minha mãe, sabe, fizeram uma mega formatura. Ninguém teve uma formatura como a minha, maravilhosa. Então, foi uma conquista de todo mundo, sabe, todo mundo está sempre lá participando, todo mundo acha o má-

ximo que eu esteja lá, que eu apresente o jornal e no domingo esteja lá sentada na barraca com eles, oh, eles acham o máximo isso, mas é a vida, vida normal, continua a vidinha simples. (Ex-estudante da PUC-Rio, bacharel em Comunicação Social em 2001. Rio de Janeiro, 18/07/2006).

Destaquei as relações comunitárias como uma questão importante porque compreendo que cada indivíduo, com a sua “agência” ou como sujeito coletivo, a partir das redes de solidariedade, tem feito a diferença nas comunidades pobres, operando uma verdadeira mudança de *habitus*.<sup>5</sup> Desse modo:

Se o *habitus* representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social devem implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças (Souza, 2003: 62).

Afinal, são destas comunidades em que os indivíduos convivem diariamente com o descaso das autoridades, com a violência, que tem surgido o verdadeiro sentido da expressão “cidadanização”, ou seja, o compromisso que cada um tem em sua intervenção política como cidadãos conscientes da necessidade de transformar a sua realidade social. Ao manterem esse forte vínculo com a comunidade essas profissionais, servindo de exemplo e referência, contribuem com a possibilidade de fazerem os outros sonhar com seu ingresso na universidade e com a possibilidade de conquistar melhores oportunidades na vida. Esse dado é significativo, especialmente por demonstrar que, por serem profissionais negras em ascensão social, elas trazem um

---

5 Segundo Bourdieu, a funcionalidade do “capital cultural” encontra-se basicamente fundada na formação inicial em um ambiente social e familiar que corresponde a uma posição específica na estrutura social, na qual os indivíduos incorporam o *habitus* familiar ou de classe como um conjunto de disposições para a ação.

novo paradigma de análise, pois assim como é possível ascender e permanecer negra, também é possível ascender socialmente, permanecer negra e manter o vínculo com a comunidade, sem deixar de reconhecer a sua origem pobre.

Por conseguinte, os achados deste estudo indicam que a ampliação de oportunidades para a inserção no Ensino Superior constitui o principal fator responsável pelo aumento dos capitais cultural, social e econômico dos indivíduos provenientes das camadas pobres e, particularmente, dos membros da população negra. Nesse sentido, as ações afirmativas têm contribuído fortemente com significativas transformações nas condições de ingresso dos profissionais negros na esfera do trabalho, que já não ocupam exclusivamente posições subalternas, como as histórias de vida aqui narradas o ilustram.

Por esse aspecto, a passagem pela universidade, além de ampliar o nosso capital cultural oferecendo melhores oportunidades de ingresso na esfera do trabalho, para algumas das profissionais entrevistadas ampliou também o “capital social”,<sup>6</sup> abrindo avenidas de mobilidade que normalmente estariam fechadas para os indivíduos da população negra. A colocação profissional, em uma posição condizente com a formação recebida na universidade permitiu que as entrevistadas indicassem uma melhoria das condições materiais de vida, que foi sentida tanto no plano pessoal quanto no familiar, com efeitos multiplicadores para toda a comunidade. Tais oportunidades, que são de naturezas distintas, além de permitirem a ampliação do capital econômico, ajudaram a garantir direitos, contribuindo fortemente para a conquista da cidadania das profissionais entrevistadas. Tendo

---

6 Segundo Bourdieu, “O capital social” é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação de um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis.” (2005: 67).

em vista esse aspecto, posso dizer que as ações afirmativas têm ampliado os direitos de cidadania dos indivíduos da população negra, ou seja, vêm atuando como uma poderosa ferramenta no processo de “afrocidadanização”.

Por fim, todos os relatos apontam para esta condição de processo; de um devir; de futuro. Com certeza ainda há muito a se fazer, muita luta a enfrentar, porém o conjunto de vivências e percepções das profissionais entrevistadas reflete esta potencialidade revolucionária das ações afirmativas, ou seja, de uma transformação profunda nas condições materiais, culturais e simbólicas na vida dos indivíduos da população negra brasileira. Nesse aspecto, as profissionais entrevistadas transformaram sua condição de inserção na esfera do trabalho, tornaram-se outras profissionais; transformaram materialmente as suas vidas pessoais, melhoraram as vidas materiais das suas famílias, e algumas delas continuam comprometidas com as suas comunidades de origem. Fizeram mais, mantiveram seus laços sociológicos fortemente atados, não se mudaram em massa para áreas melhores e mais ricas das cidades: permaneceram onde sempre estiveram. Suas trajetórias inspiram e iluminam os sonhos de irmãos, sobrinhos, parentes e vizinhos. Transformaram educação em valor familiar e comunitário, e desse valor extraíram, e extraem, outros valores, éticos e estéticos, para as suas comunidades.

Estão se transformando, e ao fazê-lo, estão revolucionando os seus universos. A educação tornou-as cada vez mais negras: mais negras e mais cidadãs.

## Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Escritos e educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.). 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. *Educação superior, trabalho e cidadania da população negra: o que aconteceu com os estudan-*

tes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede beneficiários das ações afirmativas da PUC-Rio. 241 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. A dimensão afirmativa das ações: uma perspectiva analítica e a experiência do PVNC. In: FONSECA, Denise (org.). *O social em questão. Revista do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio*, v.10, n.10, ano VII, 2º semestre de 2003, p. 116-135.

PASTORE, José; DO VALLE SILVA, Nelson. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999.

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? In: *Lua Nova*, n.59, p. 51-73, São Paulo, 2003.

SOUZA E SILVA, Jailson de. “*Por que uns e não outros*”, a caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.



## POSFÁCIO

Lúcia Xavier\*

POUCAS VEZES temos tido o prazer de entrar em contato com a produção das intelectuais negras por meio da publicação dos seus estudos e pensamentos. Especialmente aquelas que se debruçam em estudar as diferentes dinâmicas sociais que atravessam a vida das mulheres negras. *Outras mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI*, organizada, por Denise Pini Rosalem da Fonseca e Tereza Marques de Oliveira Lima, é uma dessas oportunidades. É também uma viagem no tempo. Tempo que revela as profundas desigualdades raciais produzidas pelo racismo patriarcal que, ainda hoje, destrói milhares de talentos e nega a contribuição das mulheres negras para toda a sociedade. Cada texto revela o passo a passo desse processo, deixando evidente que a universidade tem sido um dos campos de uma longa batalha que busca dar novo sentido a muitas das contribuições para uma efetiva transformação social.

Logo de início nos deparamos com a introdução de Denise Pini Rosalem da Fonseca intitulada “Sujeito político e objeto de estudo: as mulheres negras que falam aqui”, que nos apresenta as trajetórias das mulheres negras intelectuais que participam desta publicação como sujeitos políticos e objeto de estudo. Ao serem indagadas sobre as razões que levam diferentes mulheres, em diferentes épocas e em diferentes partes, a se engajarem em articulações e ações na esfera pública, as autoras discorrem sobre as suas trajetórias e os contextos em que estão inseridas. Respondendo também sobre as suas formas de luta, as suas reivindicações, as alterações em suas vidas e as suas conquistas. E ao

---

\* Assistente social e coordenadora da Organização de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (Criola).

mesmo tempo, quando, na qualidade de intelectuais, reforçam a estratégia por reconhecimento da contribuição das mulheres negras por meio dos seus estudos e pesquisas, estendendo a possibilidade da fala para outras mulheres. As suas falas e as falas que traduziram nessa publicação é outra vez uma estratégia de retomar a condição de sujeitos políticos das mulheres negras.

A presença das mulheres negras na esfera pública não é nova. Elas estão engajadas em diferentes articulações e ações políticas ao longo dos séculos em nosso país, mesmo que ainda permaneçam invisíveis; inclusive como parte dos interesses acadêmicos. Por isso, foi possível instituir a mulher negra como “objeto” de estudo, mesmo com todas as dificuldades. Nesse sentido, a publicação oferece uma segunda oportunidade, a de consolidar espaços de reflexão sobre o agir das mulheres negras.

A publicação oferece ainda, no corpo central do livro, em forma de perguntas que nos ajudam a dialogar com os resultados dos estudos e pesquisas apresentados. A primeira questão é: “Quem são elas? Outras discussões ontológicas e epistemológicas”. E a segunda questão é: “Onde elas (não) estão? Outras aproximações do estabelecido no Rio de Janeiro”. Questões que certamente revelam a busca delas/nossa pelos motivos que nos tornaram mulheres negras. E pelos mecanismos de superação dos processos de exploração e expropriação causados pelo racismo patriarcal. Busca que parece solitária e única. Apresenta-se num caminho aparentemente sem história, sem presença, sem exemplos. Como se tivéssemos começando agora nessa luta milenar.

A trajetória de cada mulher negra revela as diferentes estratégias criadas para dar suporte para o enfrentamento do racismo patriarcal, que nos transforma em menos humanos, menos capazes, menos qualquer coisa. E ao mesmo tempo para enraizar-nos, dar sentido, identidade e pertencimento. Aqui as autoras esbarram também com outra solidão, aquela que fala de si nas outras. E nos faz perguntar por que não eu?

Na segunda parte da publicação os estudos apresentados nos

fazem refletir sobre os diferentes eixos de subordinação de raça, gênero, classe social, idade, geração, orientação sexual que marcam a trajetória das mulheres negras e a forma como elas reagem a esses processos. A confluência entre diferentes dimensões aponta para a necessidade de elaborar novos conceitos que permitam compreender os efeitos desses eixos na vida das mulheres negras.

*Outras Mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI* deixa ainda muitas indagações sobre quem somos, onde estamos e para aonde vamos como sujeitos políticos. Certamente as contribuições de Vanessa Santos do Canto, Antonia Lana Alencastre Ceva, Caroline Fernanda Silva, Adriana Severo Rodrigues, Jussara Francisca de Assis, e Sandra Regina Souza de Marcelino, nos permitirão ver um horizonte mais brilhante.



## BIBLIOGRAFIA\*

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam*: universo imaginário do crime no feminino. Relume Dumará: UFRJ. Núcleo de Antropologia Política, 2001.

ALVAREZ, Geovana D'Abreu. Amor e solidão pelas ondas do rádio no Madre Pelletier. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (org.). *Comunicação e gênero*: a aventura da pesquisa. Porto Alegre: edi-PUCRS, 2008, p. 62-78.

ANDRADE, Manuel de. Territorialidade, desterritorialidades e novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: *Território*: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994, p. 213-220.

ANJOS, José Carlos dos. A reterritorialização do negro no centro de Porto Alegre. In: *A tradição do Bará do Mercado*. Porto Alegre: PMPA/SMC/CMEC, 2007, p. 52-77.

\_\_\_\_\_. *No território da linha cruzada*: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*. Casa-Grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: 34, 1994.

---

\* *Nota das organizadoras*: cada ensaio deste livro apresenta referências bibliográficas ao seu final. Entretanto, no intuito de facilitar ao leitor a visão do conjunto dessas referências, optamos por agrupá-las aqui. Ademais, acrescentamos obras fundamentais que não foram mencionadas nas referências porque não foram usadas diretamente, mas que compõem a trajetória e a bagagem intelectual dos pesquisadores que geraram o presente livro.

ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ASSIS, Jussara Francisca de & FONSECA, Denise Pini Rosalem da. *Vencedoras, estrategistas e/ou invisibilizadas?: um estudo das possibilidades e dos limites do Programa Pró-Equidade de gênero para as mulheres negras nas empresas*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2010.

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. In: *Estudos feministas*. CIEC/ECO/UFRJ, Número especial, out./1994, p. 203-216.

AZEVEDO, Célia. *Onda negra, medo branco – O negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARRETO, Raquel Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. 127 p.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. [1957] São Paulo: Pioneira, 1971. 2 vols.

\_\_\_\_\_. *O candomblé da Bahia (rito nagô)*. [1957] São Paulo: Nacional, 1978.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. 1.ed. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. 1.ed. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. [1949]. 4.ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

\_\_\_\_\_. *O segundo sexo: a experiência vivida*. [1949]. 3.ed. V.2. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1975.

BELL HOOKS [WATKINS, Gloria]. *Feminist theory: From Margin to Center*. Nova York: South End Press, 1984.

\_\_\_\_\_. *Talking Back. Thinking Feminist. Thinking Black*. Boston: South End Press, 1989.

\_\_\_\_\_. *Yearnings. Race, gender, and cultural politics*. Boston: South End Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Teaching to Transgress. Education as the Practice of Freedom*. Nova York: Routledge, 1994.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. In: *Estudos feministas*, Florianópolis, v.3, n.2, 1995, p. 479-488.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. [1909] 4ª reimpressão. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos e educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.). 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRAGA, Reginaldo Gil. *Batuque Jêje-Ijexá em Porto Alegre: a música no culto aos orixás*. Porto Alegre: FUMPROARTE, Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 1998.

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. *Cadernos Pagu* (26), jan-jun./2006, p.329-376.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BUENO, Edna. Conversas de além-mar (prefácio). In: FERNANDES, Maria Celestina. *A árvore dos gingongos*. Ilustração: Jô Oliveira. São Paulo: DCL, 2009, p.5.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. Nova York/Londres: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *The physic life of power: theories in subjection*. Califórnia: Stanford University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: *Estudos feministas*, v.8, n.2, 2000, p.92-108.

CANTO, Vanessa Santos do & FONSECA, Denise Pini Rosalem da. O devir "mulher negra". Subjetividade e resistência em tempos de crise do capitalismo. Dissertação apresentada em junho de 2009 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio.

CAPINHA, Graça; FELDEMAN-BIANCO, Bela. *Identidades: estudos de cultura e poder*. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: *Estudos avançados*, n.17 (49), 2003, p. 117-132.

CASTANHA, Marilda. *Agbalá, um lugar continente*. Ilustração: Marilda Castanha. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. v.1. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura.

\_\_\_\_\_. *O poder da identidade*. v.2. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CHIES, L.A.B. *A prisão dentro da prisão: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul*. Sínteses da pesquisa realizada com fomento do CNPq-Brasil e Universidade Católica de Pelotas/UCPEL, 2008.

CHIEVANATO, Júlio José. *O negro no Brasil*. Da senzala à guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHIPALAVELA, Maria João. *A escola e a dona lata*. Ilustração: Victorino Kiala. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 2008.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CORRÊA, Norberto. Prefácio. In: BRAGA, Reginaldo Gil. *Batuque Jêje-Ijexá em Porto Alegre: a música no culto aos orixás*. Porto Alegre: FUMPROARTE, Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 1998, p. 12-14.

CORRÊA, Roberto. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994, p. 251-256.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: *Cadernos Pagu*, n.19, 2002, p. 59-90.

\_\_\_\_\_. O tráfico do gênero. In: *Cadernos Pagu*, n.11, 1998, p. 127-140.

COSTA, Sueli Gomes. Movimentos feministas, feminismos. In: *Estudos feministas*, Florianópolis, n.12 (N.E.): 264, set.-dez./2004, p.691-703.

\_\_\_\_\_. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: *Revista estudos feministas*, n.2, 2002, p. 301-323.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros, os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. A vida como obra de arte. In: *Conversações 1972-1990*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: 34, 1992, p. 118-126.

\_\_\_\_\_. *Post scriptum* sobre as sociedades de controle. In: *Conversações 1972-1990*. Rio de Janeiro: 34, 1992, p. 219-226.

DIEESE. Mulher negra: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos. In: *Estudos e pesquisas*. São Paulo: DIEESE, ano II, n. 14, 2005.

DU BOIS, W.E.B. [1903]. *The souls of black folk*. Nova York: Dover, 1994.

EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. Dissertação de Mestrado em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996. 152 p.

\_\_\_\_\_. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FANON, Frantz. (1952). *Black skin, white masks*. Londres: Pluto Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Maria Adriana da Silva Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FARIA, Glauco; PIRES, Thalita. *Homofobia em preto e branco*. *Revista Fórum*, n.94, jan./2011, Publisher Brasil, p. 6-12.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965. 2 vols.

\_\_\_\_\_. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERNANDES, Maria Celestina. *A árvore dos gingongos*. Ilustração: Jô Oliveira. São Paulo: DCL, 2009.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FONSECA, Denise Pini Rosalem da. *Cooperação e confronto. Resistência social na periferia dos engenhos-de-açúcar. Bahia, 1791-1835*. Rio de Janeiro: Historia y Vida/7Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. & LIMA, Tereza Marques de Oliveira. *Notícias de outros mundos*. Lendas, imagens e outros segredos das deusas nagô. Rio de Janeiro: Historia y Vida, 2002.

\_\_\_\_\_. Conversando sobre o conceito “identidade cultural”: questões sociais e percepções políticas. In: MONTEIRO, Maria Conceição & LIMA, Tereza Marques de Oliveira (orgs.). *Dialogando com culturas: questões de memória e identidade*. Niterói: Vício de leitura, 2003, p. 117-122.

\_\_\_\_\_. *Resistência e inclusão: história, cultura, educação e cidadania afrodescendentes no Brasil e nos Estados Unidos*. v.1. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

\_\_\_\_\_. O feminino, pelo feminino, em nome do coletivo: gênero, raça e testemunho literário. In: LIMA, Tereza Marques de Oliveira; MONTEIRO, Maria Conceição (orgs.). *Figurações do feminino nas manifestações literárias*. Rio de Janeiro: Caetés, 2005, p. 37-53.

\_\_\_\_\_. De tranças, tramas e outras urdiduras: contos infantis nada inocentes. In: DI CANDIA, Michela & LIMA, Tereza Marques de Oliveira (orgs.). *As muitas Áfricas: tradição, memória e resistência*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, p. 139-156.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Curso no Collège de France: (1981-1982). Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade* (v. I): *A vontade de saber*. 18.ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France: (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão; revisão da tradução por Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão; revisão da tradução por Claudia Berliner São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 33.ed. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 16.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

GATES, Henry Louis, Jr. *Race, writing and difference*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1960.

\_\_\_\_\_. *The signifying monkey. A theory of African-American literary criticism*. Nova York: Oxford University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. (org.) *Reading black, reading feminist: a critical anthology*. Nova York: Penguin Group, 1990.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GILROY, Paul. *Small Acts. Thoughts of politics of black cultures*. Londres/Nova York: Serpent's Tail, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, T. Madel (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 87-106.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). *Movimentos sociais e urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.

GRISCI, Carmen Ligia Iochins; BESSI, Vânia Gisele. Modos de ser e trabalhar na reestruturação bancária. In: *Sociologias*. Porto Alegre, v.6, n.12, jul./dez., 2004, p. 160-200.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva & FONSECA, Denise Pini Rosalem da. *Educação superior, trabalho e cidadania da população negra: o que aconteceu com os estudantes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede beneficiários das ações afirmativas da PUC-Rio*. 241 p. Tese de Doutorado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. A dimensão afirmativa das ações: uma perspectiva analítica e a experiência do PVNC. In: FONSECA, Denise (org.). *O social em questão. Revista do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio*, v.10, n.10, ano VII, 2º semestre de 2003, p. 116-135.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade, *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, 2005, p. 6774-6792.

HALL, Stuart. *As identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 1.ed. Trad. Adelaide La Guardia...[et al.]. Belo Horizonte/Brasília: Editora da UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, 22, 2004, p. 201-246.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOEBEL, Adamson; FROST, Everett. *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

HUTCHEON, Linda. *A poetics of post modernism*. History, theory, fiction. Nova York/Londres: Routledge, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, Rio de Janeiro, 2000.

IPEA/UNIFEM. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3.ed. Brasília: Programa Igualdade de Gênero e Raça (UNIFEM) e Diretoria de Estudos Sociais (IPEA), 2008.

JINKINGS, Nise. *O mister de fazer dinheiro: automação e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boitempo, 1996.

KING, Martin L. *O grito da consciência*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1968.

KOYADE. *Álbum Koyade*. Porto Alegre: Demo Rap e Yahya Produções Artísticas, 2006.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. 1.ed. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL/LEP. Lei n.7.210 - 11/07/1984.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIMA, Tereza Marques de Oliveira & FONSECA, Denise Pini Rosalem da (orgs.). *Caminhos de luz. Apostolados afrodescendentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007.

LOVELL, Peggy A. Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil. In: *Estudos afro-asiáticos*, n.22, set./1992, p. 85-98.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? In: *Cadernos Pagu*, n°. 11, 1998, p. 107-125.

MACHADO, Vanda. *Ilê Axé. Vivências e invenção pedagógica. Crianças do Afonjá*. 2.ed. rev. atual. Salvador: EDUFBA, SMEC, 2002.

\_\_\_\_\_. Por uma pedagogia nagô. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da (org.). *Resistência e inclusão: história, cultura, educação e*

cidadania afrodescendentes no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003, p. 119-137.

MARCELINO, Sandra Regina de Souza & FONSECA, Denise Pini Rosalem da. *Mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio*. Dissertação apresentada em maio de 2011 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio.

MEYER, Dagmar Estermann. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero & saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MILLER, Terena Santana. A televisão na rotina das presidiárias do Madre Pelletier. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (org.). *Comunicação e gênero: a aventura na pesquisa*. Porto Alegre: edi-PUCRS, 2008, p.79-107.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. In: AGUIAR, F. (org.). *Literatura e história*. São Paulo, SP: Edusp, 1993, p.115-161.

MONTES, Maria Lúcia. Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, Lilia M.; QUEIROZ, Renato da S. (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo, SP: EDUSP/ Estação Ciência, 1996, p.47-75.

MOORE, Jacqueline M. *Booker T. Washington, W.E.B. Du Bois, and the struggle for racial uplift*. Delaware: SR Books, 1965.

MORRISON, Toni. *Playing in the dark: whiteness and the literary imagination*. Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

MOURA, Carlos Eugênio M. de (org.) *Candomblé - Desvendando identidades*. Novos escritos sobre a religião dos orixás. São Paulo: EMW editores, 1987.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Estação Ciência/Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Cadernos PENESB*. Niterói: EdUFF, 2004, p.17-34.

\_\_\_\_\_. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MYNAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10.ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

NASCIMENTO, Alexandre. *Ação afirmativa: da luta do movimento negro às políticas concretas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. *Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Identidades interseccionais e militâncias políticas. In: GROSSI, Miriam (org.). *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 385-403.

ORO, Ari. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. In: *Revista estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro, ano 24, n.2, 2002, p. 345-384.

\_\_\_\_\_. O Bará do Mercado Público. In: *A tradição do Bará do Mercado*. Porto Alegre: PMPA/SMC/CMEC, 2007, p. 30-51.

PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PASTORE, José; DO VALLE SILVA, Nelson. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajatória e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. “*O guarda espera um tempo bom*”: a relação de custódia e o ofício dos inspetores penitenciários. Rio de Janeiro, 2006 – Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIZA, E.; ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 91-120.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. v.5. São Paulo: Cortez, 2008.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRINS, Baujke; MEIJER, Irene Costera. “Como os corpos se tornam matéria”: entrevista com Judith Butler. In: *Revista estudos feministas*, v.10, n.1. Florianópolis, 1º. semestre, 2002, p. 155-167.

PRUDENTE, Wilson. *A verdadeira história do direito constitucional no Brasil*. v.1. Niterói, RJ: Impetus, 2009.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução: Carlos Piovezani Filho, Nilton Milanez; revisão técnica por Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga a Beijing. In: *Estudos feministas*. 1995/2, ano 3, p.446-456.

RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.

RODRIGUES, R. S. *Identidade negra em terreiros de candomblé de Belo Horizonte: um estudo psicossocial a partir do discurso de lideranças religiosas*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. FAFICH - UFMG, 2006. 160 p.

\_\_\_\_ & FONSECA, Denise Pini Rosalem da. *À procura de novos caminhos: mulheres negras e suas experiências a partir do sistema prisional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008 - Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nágò e a morte*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_ et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_ & SILVEIRA, M. Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Regina Coeli. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. *Raça, sexualidade e política: um estudo da constituição de organizações mulheres lésbicas negras no Rio de*

Janeiro. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Federal Fluminense/UFF – RJ, 2006.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: *Estudos feministas*, Florianópolis, v.12, n.2, mai-ago./2004, p. 35-50.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006.

SCOTT, James C. *The moral economy of the peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University Press, 1976.

\_\_\_\_\_. *Weapons of the weak. Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *Domination and the arts of resistance. Hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Mulher e realidade: mulher e educação*. Porto Alegre: Vozes, v.16, n.2, jul-dez./1990.

\_\_\_\_\_. *Gender and the politics of history*. Nova York: Columbia University Press, 1999.

SEGNINI, Liliana. Constantes recomeços: desemprego no setor bancário. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina Jardim (orgs.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas: 34, 2001, p. 143-185.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da. *O Serviço Social lançando um olhar racializado a essa expressão da questão social*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Luterana do Brasil/ULBRA, Canoas, RS, 2004.

\_\_\_\_\_ & FONSECA, Denise Pini Rosalem. *Obirin Dudu: um olhar sobre a identidade e a cidadania das mulheres negras*. Dissertação apresentada em maio de 2009 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção. *O pensamento negro em educação no Brasil*. São Carlos: Ufscar, 1997.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

SOUZA, Edileuza Penha (org.). *Negritude, Cinema e Educação*. Caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003. Vol. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? In: *Lua Nova*, n.59, p. 51-73, São Paulo, 2003.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA E SILVA, Jailson de. *“Por que uns e não outros?” a caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VANSINA, Jan. *A tradição oral e sua metodologia*. In: KIZERBO, J. (org). *História geral da África*. São Paulo/Paris: Ática/Unesco, 1968.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Lendas africanas dos orixás*. Salvador: Corrupio, 1985.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na antiga Costa dos Escravos, na África*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2000.

VINAGRE SILVA, Marlise. O exercício do poder feminino na tradição étnico-religiosa Iorubá no Brasil: uma estratégia para concretizar direitos em uma sociedade globalizada e desigual. Trabalho apresentado na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social. O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual. Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região, *International Federation of Social Workers* IFSW. Salvador, 2008. CD-rom. 10p.

VOGEL, Arno; SILVA MELLO, Marco Antônio; PESSOA DE BARROS, José Flávio. *A galinha-d'Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 1993.

WERNECK, Jurema Pinto. *Nossos passos vêm de longe!* Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema Pinto (org.). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Criola, 2009.

WEST, Cornel. *Questão de raça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WOLFF, Maria Palma. *Mulheres e prisão: a experiência do Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

YEMONJÁ, Mãe Beata de. *Caroço de dendê: a sabedoria dos terreiros*. Como ialorixás e babalorixás passam conhecimentos a seus filhos. Ilustração: Raul Lody. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1997.

\_\_\_\_\_. *Omini Parinã* (a água apaga o fogo). In: LIMA, Tereza Marques de Oliveira & FONSECA, Denise Pini Rosalem da (orgs.). *Caminhos de luz*. Apostolados afrodescendentes no Brasil. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007, p.27-31.

## Publicações acessadas pela Internet

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: *Estudos feministas*, v.3, n.2, 1995. Disponível em <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/10112009-123548bairros.pdf>. Acesso em 05/01/2008.

BUTLER, Judith. Merely cultural. In: *Social text*, n.52/53, Queer transexions of race, nation, and gender (Autumn-Winter, 1997a), p.265-277. Duke University Press Stable URL. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/466744>. Acesso em 17/09/2008.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: *Estudos feministas*, v.8, n.2. Florianópolis: UFSC, 2000, p.91-107. Disponível em <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/16112009-035108caldwell.pdf>. Acesso em 10/02/2010.

\_\_\_\_\_. Racialized boundaries: women's studies and the question of "difference" in Brazil. In: *The journal of negro education*, v.70, n.3, Black women in the academy: challenges and opportunities (Summer, 2001), p.219-230. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3211212>. Acesso em 17/09/2008.

CARNEIRO, Sueli. Desigualdades raciais: fontes de conflitos e violência social. In: ETHOS. *O compromisso das empresas com a promoção da igualdade racial*. São Paulo: Instituto Ethos, 2006. Disponível em [http://www.geledes.org.br/attachments/1107\\_Inclusao\\_racial\\_empresas.pdf](http://www.geledes.org.br/attachments/1107_Inclusao_racial_empresas.pdf). Acesso em 21/03/2008.

\_\_\_\_\_. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*. São Paulo, v.17, n.49, dez./2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-401420030003000008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 22/06/2010.

DUCADOS, Henda (2004.) A mulher angolana após o final do conflito. Disponível em <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/mulher-angolana.php>. Acesso em 18/05/2010.

ETHOS. Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas – Pesquisa 2010. Disponível

em [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil\\_2010.pdf](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil_2010.pdf). Acesso em 14/07/2011.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. In: *8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association*. Pittsburg, 1979. Disponível em [http://www.leliagonzalez.org.br/material/Cultura\\_Etnicidade\\_e\\_Trabalho.pdf](http://www.leliagonzalez.org.br/material/Cultura_Etnicidade_e_Trabalho.pdf). Acesso em 25/11/2009.

\_\_\_\_\_. Mulher negra (1984), p.1-13. Disponível em [http://www.leliagonzalez.org.br/material/mulher negra.pdf](http://www.leliagonzalez.org.br/material/mulher%20negra.pdf). Acesso em 15/01/2010.

LAESER. LABORATÓRIO DE ANÁLISES ECONÔMICAS, HISTÓRICAS, SOCIAIS E ESTATÍSTICAS DAS RELAÇÕES RACIAIS - Instituto de Economia da UFRJ. *Tempo em Curso*: boletim mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho brasileiro. v.01, n.01, nov. 2009. Disponível em <http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/tempoEmCurso/TEC%202009-11.pdf>. Acesso em 15/12/2009.

LOPES, Márcia. Respeitar o direito à alimentação é lei. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br/artigo>, 2006. Acesso em 28/09/2008.

MOREIRA, Crispim. O desafio da segurança alimentar. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br/artigo>, 2007. Acesso em 28/09/2008.

PAIXÃO, Marcelo. *Desigualdades raciais no Estado do Rio de Janeiro*: um panorama através dos indicadores do Censo 2000. (Nota de estudos 05/2003). Disponível em [http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/nota\\_05.pdf](http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/nota_05.pdf). Acesso em 15/01/2010.

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e (neo)pragmatismo, *Revista brasileira de educação*, n.29, p.28-39, mai-ago./2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n29/n29a03.pdf>. Acesso em 13/10/2011.

\_\_\_\_\_. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade, *Caderno Cedes*, Campinas, v.26, n.70, p.373-391, set-dez./2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 13/10/2011.



## ÍNDICE DE TERMOS

AÇÕES AFIRMATIVAS 16,80,129,181,183,197,198  
ADOLESCÊNCIA 11,17,21,23,25  
ÁFRICA 8,83,85,86,166,167  
AFROCIDADANIZAÇÃO 16,18,19,183,186,191,198  
AFRODESCENDENTE 60,73,123  
AFROBRASILEIRO 68,198  
AGÊNCIA 193,196  
AGENTES SOCIAIS 70  
ANGOLA (ANGOLANA) 12,32,59,62,65,67,70  
ANTIRRACISMO 12,24,27,29,32,59,64,67,72,74  
ASSISTENTE SOCIAL 28,34,165  
BANTO 65,165  
BATUQUE 13,23,59,67,79,84,86,90,92,94,96,97  
CANDOMBLÉ 12,26,72,73,74  
CIDADANIA 13,34,62,90,98,123,174,175,176,183,197  
CIDADÃO 170,196  
CIDADANIZAÇÃO 198  
CONCEIÇÃO EVARISTO 59,66,  
COR 8,2123,41,91,101,122,126,127,128,163,166,169,173,175  
CULTURA AFRICANA 12,86  
CULTURA AFRODESCENDENTE 12,72  
CULTURA ORGANIZACIONAL 14,124,130  
DESIGUALDADE 116,123,125,126,130,132,135,137,142,145,148,157,  
173,185  
DEVIR 14,15,32,43,47,48,50,61,184,186,187,188,197,198,201  
DEVIR MULHER NEGRA 12,40,42,43,45,46,47,53,54  
DEVIR POLÍTICO 11  
DIÁSPORA 8,52,81,83,85,98  
DIREITOS HUMANOS 28,30,81,147,150,165,174,176

DISCRIMINAÇÃO 15,21,25,85,88,123,124,135,136,146,147,154,160,  
169,171,173,174,175,176,185,188

DISCURSO 15,24,27,31,33,42,45,49,53,54,61,66,136,142,150,156,157,  
171,183,184,188,189,191

EDUCAÇÃO SUPERIOR 12,19,27,35,181,182

EMPRESAS 14,106,121,124,129,130,131,132,133,134,135,136,137

ENSINO 18,72,73, 82,109,126,168,174,181,182,185,189

ENSINO MÉDIO 31,88,106,108,110

ENSINO FUNDAMENTAL 31,88,107,108,110

EPISTEMOLOGIA 43,48,49,52,60

ESCRavidÃO 50,52,62,69,70,86,125

ESCRAVO 8,125,168,181,192

ESTRATÉGIA 15,17,24,33,65,98,150,152,154,156,157,162,165,166,176,  
201,202

ESTRATÉGIA DE MILITÂNCIA 11

ETNIA 15,50,65,70,159

EXCLUSÃO SOCIAL 15

ENESSO 29

FEMINISMO NEGRO 13,60,64,67

FORMAÇÃO ACADÊMICA 31,193,194

HEGEMONIA 75

IBGE 27,127,128,130

ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ 12,72

INFÂNCIA 11,17,21,59,60

INTELECTUAL 25,30,31,40,52

INTELECTUAL ORGÂNICO 30

INTERSECCIONALIDADE 15

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA 35,98,168,173

INVISIBILIZAÇÃO 12,32,66,131,161,170

IPEA 132

JUVENTUDE 93

LAESER 126,128,130

LÉLIA GONZÁLEZ 45

LÉSBICA 15,24,33,61,161-176

LGBT 15,29,164,165,166,172,173,175,176  
LITERATURA 32,65,66,67,68,69,70,75  
MARIA CELESTINA FERNANDES 12,65,67,70  
MARIA JOÃO CHIPALAVELA 12,67,74  
MARIA MULHER (ONG) 25  
MILITÂNCIA 11,24,25,29,30,32,34,64,65,68,69,74,93,162,166  
MITO DA DEMOCRACIA RACIAL 61,135,136  
MOBILIDADE 16,123,131,134,183,186,187,188,197  
MODERNIDADE 47  
MOVIMENTO FEMINISTA 32,39,49,51,60,61,62,156,161,162,164  
MOVIMENTO LGBT 15,29,172  
MOVIMENTO NEGRO 17,29,35,45,60,61,62,85,90,92,93,94,147,162,164  
MULHER BRANCA 24,110,163  
MULHERES LÉSBICAS 15,165,166,176,178  
MULHERES NEGRAS INTELLECTUAIS 11,12,59,64,201  
MULHER PARDA 106,107,110  
NAGÔ 73  
ONTOLOGIA 40,42,43,45,46,151,153  
ORIENTAÇÃO SEXUAL 15,50,122,145,146,162,163,166,167,172,173,  
175,176,202  
PARADIGMA 13,48,59,81,132,192,193  
PERTENÇA 11,17,20,21,22,23,33,65,69,74,75,87,92,133,136  
POBREZA 12,16,20,116,167,181  
POLÍTICAS PÚBLICAS 13,18,29,80,85,88,90,98,117,124,135,137,157,  
162,175,176,185  
PONCIÁ VICÊNCIO 12,68,69,75  
PRÁTICAS POLÍTICAS 12,54,74  
PRÁTICAS SEXUAIS 167,174  
PRÁTICAS SOCIAIS 80  
PRECONCEITO 15,24,26,153,166,168,169,170,171,172,176  
PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO 14,124,137  
PUC-RIO 15,18,31,67,165,181,182,186,189,190,191,192,194,195,196  
RAÇA 14,15,28,41,50,54,61,90,91,115  
RELAÇÕES DE PODER 12,18,20,30,32,53,61,83,124,132,152

RELAÇÕES SOCIAIS 8,18,34,63,81,98,115,121,137,150,182  
SEXO 7,24,41,43,48,126,127,129,132,133,145,147,148,162,163,174,182  
SEXISMO 12,14,35,41,45,50,53,121,125,129,131,137,155,156,157,162,  
163,164,178  
SILENCIAMENTO 66,174,176  
SISTEMA PRISIONAL 13,105,106,116,117  
SUBALTERNO 17,19,153  
SUBJETIVIDADE 15,52,72,145,146,151,152,154,157,173  
SUJEITO COLETIVO 72, 196  
SUJEITO DE DIREITOS 13,97  
SUJEITO POLÍTICO 11,17,19,20,25,29,32,60,62,201  
SUJEITO SOCIAL 13,90  
TEORIA FEMINISTA 49  
TEORIA *QUEER* 12  
TERREIRO 12,26,72,73,83,86,87,88,96,98  
TERRITÓRIO 43,68,80,81,82,83,86,97,167  
TERRITORIALIDADE 67,81,82,86,87,98  
DESTERRITORIALIZAÇÃO 69  
TRADIÇÃO 9,66,79,112,116,151  
TRADIÇÕES 71,73,75  
VANDA MACHADO 12,67,72,73

## AUTORAS

**Adriana Severo Rodrigues** é assistente social; especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Escola Superior do Ministério Público e Especialista em Intervenção Sociofamiliar (ULBRA); mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi bolsista internacional da Fundação Ford (2008-2010); integrante da Liga dos Direitos Humanos da UFRGS e do Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ). Tem experiência com pesquisa na área de gênero, raça e sistema prisional. Atualmente trabalha na Fundação de Proteção Especial do Estado do Rio Grande do Sul, com crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Professora convidada no Curso de Especialização de Ética e Educação em Direitos Humanos da Faculdade de Educação da UFRGS, ministrando a disciplina de Direitos Humanos, Raça e Etnia.

**Antonia Lana de Alencastre Ceva** é pedagoga com habilitação em Supervisão/Administração Escolar (2003); mestre em Educação Brasileira pela PUC-Rio (2006) e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social na PUC-Rio. É pesquisadora da ONG Rede de Desenvolvimento Humano, Rio de Janeiro, RJ. Autora do Curso de Capacitação “Diálogo Brasil & África: história, culturas e identidades” para os professores da Educação Básica da Escola CEPE, Miguel Pereira, RJ (2011). Ministrou dois módulos na Pós-Graduação *lato sensu* em História e Cultura da África, Afro-Brasileira e Indígena da Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ (2011).

**Caroline Fernanda Santos da Silva** é graduada em Serviço Social e mestre em Serviço Social pela PUC-Rio. Sua atuação tem ênfase em relações raciais e de gênero, especialmente em questões que envolvem as mulheres negras brasileiras. Seus principais estudos compreendem os seguintes temas: territorialidade, identidade racial, território, cidadania e religiões de matriz africana. Participa de congressos científicos envolvendo tais questões e é militante de movimentos sociais. Atualmente é professora adjunta na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Campus Canoas.

**Jussara Francisca de Assis** é mestre em Serviço Social pela PUC-Rio (2010), onde também se graduou no ano de 2008, e Especialista em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2010). Tem dedicado seus estudos às seguintes áreas: situação das mulheres negras brasileiras, tanto no mercado de trabalho quanto no âmbito da saúde sexual e reprodutiva; políticas públicas; saúde; estratégia e saúde da família; Serviço Social e relações étnico-raciais; Ética e Serviço Social. Participa ativamente de encontros, seminários, congressos nacionais e internacionais e demais fóruns de discussão.

**Sandra Regina de Souza Marcelino** é assistente social e mestre em Serviço Social pela PUC-Rio. Atuou durante 10 anos na área de Educação em Direitos Humanos e movimentos sociais. Tem pesquisado e trabalhado com questões ligadas aos direitos humanos, preconceito, discriminação, diversidade e orientação sexual. Participa de congressos e fóruns de discussão e publicou vários trabalhos. Atualmente trabalha na área da Educação Pública desenvolvendo atividades de competências e habilidades socioemocionais com crianças.

**Vanessa Santos do Canto** é advogada; mestre em Serviço Social pela PUC-Rio; doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento

de Direito da PUC-Rio; membro do corpo editorial das revistas *Lugar comum* (UFRJ) e *Global Brasil* (Rio de Janeiro); membro da Rede Universidade Nômade. Áreas de interesse: Direito Constitucional; poder constituinte; direito de resistência; teorias feministas do Direito; políticas públicas; ações afirmativas, desigualdades étnico-raciais e de gênero.

Este livro foi composto com Utopia 11/14 para o texto,  
9/11 para as notas e Myriad Pro 11 para os títulos.  
Miolo impresso em papel pólen soft 80g/m<sup>2</sup>,  
em agosto de 2012, na gráfica da  
Editora Vozes, em Petrópolis, RJ.